

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO PEDRO LISBÔA SILVA

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA:
UM ESTUDO ACERCA DA INTEGRAÇÃO EM DEFESA SOB A PERSPECTIVA DOS
COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA**

Porto Alegre

2024

JOÃO PEDRO LISBÔA SILVA

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA:
UM ESTUDO ACERCA DA INTEGRAÇÃO EM DEFESA SOB A PERSPECTIVA DOS
COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Lisbôa Silva, João Pedro

O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: UM ESTUDO ACERCA DA INTEGRAÇÃO EM DEFESA SOB A PERSPECTIVA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA / João Pedro Lisbôa Silva. -- 2024.

117 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Integração. 2. Base Industrial de defesa.. 3.
Complexo Regional de Segurança. 4. Paradigmas. . 5.
América do Sul.. I. Quedi Martins, José Miguel,
orient. II. Título.

JOÃO PEDRO LISBÔA SILVA

**O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA:
UM ESTUDO ACERCA DA INTEGRAÇÃO EM DEFESA SOB A PERSPECTIVA DOS
COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador
UFRGS

Profª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Me. João Gabriel Burmann da Costa
UNIRITTER

AGRADECIMENTOS

Creio que os agradecimentos de todo trabalho, em certa forma, expressam a coautoria da pesquisa. Somos marcados e constituídos por aqueles que decidem compartilhar conosco a caminhada da vida. Dessa forma, dedico esta seção para agradecer aqueles que caminharam comigo durante a universidade e me auxiliaram direta e indiretamente na construção deste trabalho.

Em primeiro lugar, devo minha graduação ao Estado Brasileiro e ao povo deste país que possibilitaram que eu tivesse acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Agradeço à Prof. Analucia e ao Prof. João Burmann por aceitar compor a banca e avaliarem este esforço de pesquisa. À professora Analucia devo também a inspiração de sempre pensar na materialidade que constitui as relações internacionais. Muito Obrigado à ambos. Ao Professor Lucas Henriques por apresentar-me a área de Relações Internacionais como via para meu desenvolvimento profissional e intelectual. Seu gesto de boa-vontade e solidariedade proporcionou que eu descobrisse minha paixão pelo curso e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Agradeço à minha irmã Júlia Lisbôa Silva, uma pesquisadora e pessoa brilhante com a qual tenho a sorte de conviver. Obrigado por me escutar, acalmar e acalantar no decorrer deste trabalho. As contribuições que deste para mim durante nossos 23 anos de caminhada conjunta estão além do que minhas palavras podem abarcar. Obrigado por auxiliar na minha construção enquanto ser humano, me apoiar irrestritamente e acima de tudo, obrigado por me acompanhar durante todas as transformações da minha vida. Anseio pelo dia que eu possa também estar nos agradecimentos dos teus trabalhos. Agradeço às minhas irmãs Victória Lisbôa, por desde pequeno me inspirar a seguir caminhos diferentes, ser exemplo de rebeldia e de ousadia ante os desafios da vida, e Marcelli Lisbôa pela candura, maturidade e afago que me prestou desde o princípio dos meus dias nesta terra. Sem vocês três não haveria Eu. À minha mãe Nara Lisbôa pelo afeto e pelo cuidado, e ao meu pai Luiz Carlos pelo zelo e inspiração. Obrigado por me incentivarem desde cedo aos livros e proporcionarem condições para que eu alcançasse meus sonhos. Ao meu sobrinho João Victor, simplesmente por existir, espero me tornar um ponto de referência para ti. Amo vocês. Agradeço em especial à minha avó Anna Fausta pelo carinho, amor e através de seu exemplo de vida, me inspirar a ser alguém melhor mesmo que não esteja mais presente neste plano. Tu também és coautora deste trabalho.

Minha mais sincera gratidão à Cláudia Arsevento, minha terapeuta, uma profissional de caráter excepcional que me auxiliou tanto a suportar as desventuras da graduação, quanto a viver plenamente suas alegrias. Para além do âmbito acadêmico, muito obrigado pelo auxílio em meu desenvolvimento pessoal e emocional.

Agradeço imensamente ao meu amigo Lucas Paredi, para além do afeto que me deu e paciência em me ouvir e acompanhar ao longo dos anos, por ser um dos primeiros exemplos de pensamento livre que tive contato. Obrigado, por me ensinar a pensar criticamente, duvidar dos padrões que me eram impostos e, portanto, me ensinar a ser uma pessoa mais feliz. À minha amiga Anna Silva, pela sinceridade, gentileza e beleza que agrega a minha vida. Obrigado por me ajudar a lidar com o fim da graduação e por me ouvir.

Agradeço à minha amiga Micaela Greco, o ser humano mais excepcional que a Área de Relações Internacionais me permitiu conhecer. Agradeço pelos conselhos tanto intelectuais quanto pessoais que tornaram possível a sobrevivência durante o período de TCC. Às caríssimas amigas, Maria Vitória, Juliana Lobato e Maria Antônia Mascarello por me acompanharem no cotidiano da graduação e me receberem de braços abertos na Turma 17.

Um imenso obrigado àquele que tornou possível este trabalho: Meu orientador José Miguel Quedi Martins. Para além de viabilizar a construção da pesquisa, o Professor inspirou-me a dedicar estes meses ao estudo árduo dos Estudos Estratégicos Internacionais, e encorajou-me a pensar para além dos planos convencionais. Obrigado pela inspiração, sua vocação à docência inspira a todos os alunos. Nesse sentido, devo um agradecimento à Oficina de Estudos Estratégicos através da PROEXT que efetua a difícil tarefa de manter vivo o debate dos temas estratégicos no âmbito do curso de Relações Internacionais.

Obrigado à minha amiga Francisca Marques, que, para além de servir exemplo acadêmico e intelectual, me proporcionou a mais doce amizade desses anos de graduação. Sou grato pelos momentos tanto nos corredores da FCE quanto fora deles. Obrigado por compartilhar comigo 4 anos de graduação e os conselhos, risadas e abraços contidos neles. À minha família das R.I, Ana Paula Melo e Murilo Priebe pelos momentos vividos na FCE, pelos textos e pela amizade. À minha amiga Manuella Gadegast a qual sou imensamente tributário tanto no campo profissional quanto pessoal.

E por fim, obrigado àqueles os quais as páginas desta seção não fora capaz de abarcar. Todos vocês são coautores deste trabalho e da pessoa que me tornei. Sem vocês não seria possível.

Será mais nobre sofrer na alma pedradas e flechadas do destino feroz ou pegar em armas contra o mar de angústias – e, combatendo-o, dar-lhe fim?– **William Shakespeare.**

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema analisar os impactos do Conselho de Defesa Sul-Americano na estrutura da Base Industrial de Defesa Regional da América do Sul de 2008 a 2023. Em relação a esse tema, percebe-se que o processo de integração em defesa na América do Sul se intensificou a partir dos anos 2000, culminando com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no âmbito da União das Nações Sul-Americanas. Somado a esse arcabouço institucional estava o objetivo de promoção do intercâmbio e da cooperação no âmbito da indústria de defesa. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é a seguinte: o processo de integração impactou (ou demonstrou algum tipo de correlação) no desenvolvimento da base industrial de defesa? Como hipótese de trabalho tem-se que o Conselho de Defesa Sul-Americano e o adensamento integratório tiveram impactos favoráveis sobre o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Regional. Enquanto hipótese secundária tem-se que o maior grau de integração impacta favoravelmente, enquanto o menor impacta desfavoravelmente. O objetivo geral da pesquisa, assim, é investigar os impactos do projeto de Integração em Defesa nos moldes do Conselho de Defesa Sul-Americano no fortalecimento produtivo da Base Industrial de Defesa Sul-Americana a fim de traçar uma relação entre o adensamento do projeto de cooperação e a expansão da base produtiva regional em matéria de defesa. Em temas específicos, busca-se analisar a teoria dos complexos regionais de segurança e sua aplicabilidade na América do Sul; Ilustrar os paradigmas de integração em defesa sul-americana do período em análise; estimar os impactos do paradigma de integração sul-americano na Base Industrial de Defesa Brasileira enquanto estudo de caso. Para atingir seus resultados, a pesquisa adota como metodologia as categorias de análise principais da teoria dos Complexos Regionais de Segurança e do conceitos de Paradigma de Cervo (2003) como forma de entender a configuração securitária da América do Sul e sua desagregação do modelo de processo integratório marcado pela UNASUL. Em segundo lugar, será feita a ilustração do histórico de integração sul-americana desde 2000 até 2022, apoiado largamente nos conceitos de Paradigma elaborado por Cervo (2003). E por fim estimar os impactos do paradigma de integração sul-americano na Base Industrial de Defesa Brasileira enquanto estudo de caso através de dados de exportação de equipamentos de defesa de modo a aferir o papel da região sul-americana na composição da demanda da BID brasileira.

Palavras-chave: Integração. Base Industrial de defesa. Complexo Regional de Segurança. Paradigmas. América do Sul.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the South American Defense Council on the structure of the South American Regional Defense Industrial Base from 2008 to 2023. Regarding this theme, it is observed that the defense integration process in South America intensified from the 2000s, culminating in the creation of the South American Defense Council (SDC) within the framework of the Union of South American Nations. Along with this institutional framework was the objective of promoting exchange and cooperation in the defense industry. Given this, the research's guiding question is: did the integration process impact (or demonstrate any kind of correlation) the development of the defense industrial base? The working hypothesis is that the South American Defense Council and the integrative deepening had favorable impacts on the development of the Regional Defense Industrial Base. A secondary hypothesis is that a higher degree of integration has a favorable impact, while a lower degree has an unfavorable impact. The general objective of the research is to investigate the impacts of the Defense Integration project under the South American Defense Council on the productive strengthening of the South American Defense Industrial Base to establish a relationship between the deepening of cooperation and the expansion of the regional productive base in defense matters. In specific terms, the research seeks to analyze the theory of regional security complexes and its applicability in South America; illustrate the paradigms of South American defense integration during the analyzed period; estimate the impacts of the South American integration paradigm on the Brazilian Defense Industrial Base as a case study. To achieve its results, the research adopts as methodology the main analysis categories of the theory of Regional Security Complexes and the concepts of the Cervo Paradigm (2003) as a way to understand the security configuration of South America and its breakdown from the integrative process model marked by UNASUR. Secondly, the historical illustration of South American integration from 2000 to 2022 will be conducted, largely supported by the concepts of the Paradigm elaborated by Cervo (2003). Finally, the research aims to estimate the impacts of the South American integration paradigm on the Brazilian Defense Industrial Base as a case study through defense equipment export data to assess the role of the South American region in the composition of the Brazilian Defense Industrial Base demand.

Keywords: Integration. Defense Industrial Base. Regional Security Complex. Paradigms. South America.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E O CONCEITO DE PARADIGMA APLICADO À INTEGRAÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO SECURITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL.....	21
2.1	CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA	21
2.2	APLICAÇÃO DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NA REALIDADE SUL-AMERICANA.....	30
2.2.1	A INTERPRETAÇÃO DESENVOLVIDA POR BUZAN & WAEVER.....	30
2.2.2	APLICAÇÕES DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA EM VISTAS DA UNASUL.....	35
2.3	O CONCEITO DE PARADIGMA EM AMADO CERVO E SUA APLICAÇÃO À REALIDADE EM ESTUDO	38
3	Histórico da Integração Sul-Americana Ilustrada a Partir de uma Abordagem Multidimensional.....	42
3.1	Paradigmas e Complexos: Construção de Uma Abordagem Multidimensional.....	42
3.2	As Bases da Integração na América do Sul e a Formação Da UNASUL	45
3.3	Projeto UNASUL Sob as Lentes de Uma Análise Multidimensional:	53
3.3.1	Plano Institucional da União das Nações Sul-Americana.....	53
3.3.2	Histórico de Atuação da UNASUL.....	58
3.3.3	O Conselho De Defesa Sul-Americano e as Concepções Securitárias do Paradigma UNASUL.....	67
3.3.4	Efetivação de Uma Análise Multidimensional do Paradigma UNASUL.....	70
4	EFEITOS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NOS MOLDES UNASUL-CDS SOBRE A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NA REGIÃO : O CASO BRASILEIRO	73
4.1	A Visão da Base Industrial De Defesa pelo Estado Brasileiro	74
4.1.1	A Base Industrial de Defesa nos Documentos Doutrinários Brasileiros.....	75

4.1.2	Mecanismos de Indução Estatal sobre a Base Industrial de Defesa Nacional	79
4.1.3	Projetos Estratégicos de Defesa.....	81
4.2	A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA	85
4.2.2	Estrutura do Mercado de Equipamentos de Defesa.....	89
4.3	Análise da Presença Sul-Americana na Pauta de Exportações Brasileira em Material Militar	96
5	CONCLUSÃO	103
	REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema analisar os impactos do Conselho de Defesa Sul-Americano na estrutura da Base Industrial de Defesa Regional da América do Sul de 2000 a 2022. Como forma de mensurar os supracitados impactos, opta-se aqui pelo estudo de caso brasileiro enquanto amostra de observação. O processo de integração na América do Sul se intensificou a partir dos anos 2000, culminando com a criação da União das Nações Sul-Americanas, doravante UNASUL (PINTO, 2019) e teve fim em 2018, quando há a suspensão em massa dos países do bloco e a paralisação de suas atividades que culminaria na saída do Brasil no ano de 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2019) e sua posterior adesão ao Fórum Para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul - PROSUL (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). A organização, de acordo com Rafael Cesar Pinto (2019), seguiu caminho contrário de muitas experiências internacionais e partiu de um ponto inicial da criação do aparato institucional para depois atingir maior nível de engajamento comercial entre os membros. Isto é, representa uma integração inicialmente em bases políticas. Enquanto fruto desse esforço de adensamento institucional da UNASUL, há a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, resultado de proposta da República Federativa do Brasil, e com objetivo particular de garantir uma hegemonia de consenso brasileira na região. No âmbito geral, o órgão não se apresenta enquanto uma aliança militar de defesa nos moldes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), mas sim, como instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa (Brasil, 2017). De forma geral, o Conselho guiava-se por diretrizes de respeito à soberania das partes constituintes, intercâmbio de informações e respeito à democracia no subcontinente. Entretanto, o objetivo de maior importância para essa pesquisa reside no tópico de “Promoção do intercâmbio e da cooperação no âmbito da indústria de defesa” (Brasil, 2017). Esse objetivo específico aliado a considerações feitas por Rezende (2013) de que a efetivação do CDS necessariamente passava pelo seio da necessidade do desenvolvimento, assunto caro a região sul-americana e latina em geral, leva a sua quase que natural ligação ao fortalecimento de uma base de defesa industrial no subcontinente capaz de fornecer ao mercado regional com material de defesa necessário de forma autônoma.

Ainda em relação da articulação do CDS com a base industrial de defesa sul-americana, na primeira conferência de ministros de defesa no âmbito do Conselho de Defesa, em Santiago De Chile, fica exposto em sua declaração final que constam como objetivos da organização

“Elaborar um diagnóstico da indústria de defesa dos países membros; identificar capacidades e áreas de associação estratégica, para promover a complementaridade, investigação e transferência de tecnologia; Promover iniciativas bilaterais e multilaterais de cooperação e produção de indústria de defesa no âmbito dos países membros deste conselho.” (Declaración de Santiago de Chile, 2009)

Adjunto a esse claro objetivo de desenvolvimento de uma base industrial de defesa, soma-se dispositivos que incentivam a aquisição de material militar preferencialmente através dos países do órgão, (Silva, 2015) promovendo o engajamento produtivo em defesa na região. A desagregação do processo de integração Sul-Americano em torno da UNASUL não é totalmente abarcada nas produções acadêmicas recentes de Relações Internacionais, em especial não dando atenção devida a conceitos e variáveis importantes como a dualidade de projetos de integração regional, com a retirada massiva de integrantes nos anos finais (Pinto, 2019) e a posterior criação do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul, doravante PROSUL (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019), além do papel de fornecimento de investimentos e tecnologia brasileiro à região, papel esse ressaltado por Teixeira (2013) como tradicional nas dinâmicas sul-americanas. Tendo em vista a crise integratória, o vácuo acadêmico que se segue e a recente retomada da presença e esforços brasileiros em direção ao projeto de integração no modelo UNASUL, (PLANALTO, 2023) esse trabalho busca tecer uma relação explicativa entre o processo de integração em defesa (através do CDS) e impactos para a Base Industrial de Defesa regional, em vistas a suas mudanças na base industrial de defesa brasileira.

Nesse sentido, a teoria dos Complexos Regionais de Segurança, serve enquanto base sob a qual se ergue a análise realizada nos capítulos a seguir. Isso se deve a alguns conceitos em particular que mostram-se essenciais para a análise aqui proposta. Em primeiro lugar destaca-se a relevância do nível Regional de análise. No livro “Regions and Powers: The structure of International Security” (Buzan & Waever, 2003) os autores partem da premissa que o nível de análise regional, desde o fim da ordem bipolar, torna-se cada vez mais relevante do ponto de vista securitário. Isso se daria largamente baseado no fato que o fim da disputa no centro do sistema internacional entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas

Soviéticas deu maior margem e autonomia de ação para potências locais da periferia do sistema internacional, devido ao menor incentivo às potências centrais de interferirem nas regiões além das que estão imediatamente inseridas.

Nesse sentido, os autores defendem que a regionalização das políticas de segurança e a crescente relevância desse nível de análise, torna a teoria dos complexos regionais de segurança um aparato teórico de relevância para compreender as dinâmicas securitárias. Segundo os autores, a ideia principal da teoria supracitada é que a maioria das ameaças viaja mais facilmente em distâncias curtas do que em distâncias longas, e isso faria com que a interdependência de segurança seja comumente padronizada em clusters de base regional, isto é, complexos de segurança. Os autores ressaltam que, apesar desses clusters regionais de segurança serem passíveis de ação extrarregional, há em suas constituições dinâmicas intrarregionais autônomas dos padrões exercidos pelos países centrais.

Ao definirem a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança Buzan e Waever destacam que:

O RSCT usa uma mistura de abordagens materialistas e construtivistas. Em relação à esfera materialista, usa ideias de territorialidade e distribuição de poder que estão próximas daquelas utilizadas pela corrente do neorealismo. A ênfase [da teoria dos complexos regionais de segurança] no nível regional é compatível e complementar com o esquema estrutural do neorealismo, mas contradiz a tendência da maior parte das análises neorealistas que se concentram fortemente na estrutura de nível global. Do lado construtivista, o RSCT baseia-se no conjunto da teoria da securitização em nossos trabalhos anteriores (Buzan et al. 1998; Wæver 1995c), que focam nos processos políticos pelos quais as questões de segurança são constituídas. Isto rompe assim com o neorealismo ao tratar a distribuição de poder e os padrões de amizade e inimizade como variáveis essencialmente independentes. (Buzan & Waever, pag.32 2003).

Ainda nessa obra, os autores definem um conceito importante que difere das análises de tendência realista nas relações internacionais. Isso se dá ao afirmarem o papel da polaridade nas dinâmicas de segurança internacional. Pela visão dos autores, a polaridade apesar de afetar, não determina efetivamente as relações de segurança entre os países. Assim parte-se de três conceitos centrais para a pesquisa a ser formulada: a definição de complexos regionais de segurança e a implicação de dinâmicas regionais singulares às regiões (portanto a importância da análise no nível regional) e a concepção de que a polaridade não configura-se enquanto definidor cabal e/ou único das dinâmicas securitárias entre os Estados, possibilitando a análise de mudanças no padrão de interações dos Estados a partir de outras esferas.

Destaca-se também que o trabalho se apoia largamente no conceito de “Paradigma”, elaborado por Amado Cervo (2003). Esse conceito é tradicionalmente usado para análise de política externa, contudo, aqui, instrumentaliza-se esse aparato não para seus fins iniciais, mas sim aplicados a finalidades diferentes com objetivo de extrair teor explicativo dos fenômenos, neste caso, a integração sul-americana em defesa. Desse modo, utiliza-se aqui uma concepção de paradigma aplicado à integração, isto é, um construto teórico que abarca interesses e tendências de média a longo prazo que se expressam em um projeto político (CERVO, 2003) contudo, aplicado ao nível regional instrumentalizado para compreender o processo de integração na América do Sul. Cervo (2003) define o conceito como “explicação compreensiva do real”, isto é, desempenha a função de “organizar a matéria objeto de observação, dando inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana” (Cervo, 2003). Um paradigma possui três características principais: (a) Cosmovisão — A existência de ideia de nação que uma unidade tem de si mesma e a respectiva maneira com que enxerga o mundo. Ou seja, a cosmovisão de uma unidade ou seus mandatários. (b) Interesses — Comportar interesses ou um conjunto deles, sendo eles de natureza política, econômica, securitária, cultural etc. (c) E por fim ter Expressão Política — possui natureza e expressão na política (Cervo, 2003). Dessa forma, trata-se o projeto de integração UNASUL-CDS enquanto um paradigma, visto que é um projeto de expressão política regional que reflete uma cosmovisão e agrega interesses dos diversos atores da América do Sul.

Tendo em vista a problemática apresentada, esse trabalho busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: o processo de integração impactou (ou demonstrou algum tipo de correlação) no desenvolvimento da base industrial de defesa? Diante da pergunta de pesquisa proposta, tem-se como hipótese primária que o Conselho de Defesa Sul-Americano e o adensamento integratório tiveram impactos favoráveis sobre o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Regional. Enquanto hipótese secundária tem-se que o maior grau de integração impacta favoravelmente, enquanto o menor impacta desfavoravelmente.

Tem-se enquanto objetivo geral da pesquisa apresentada investigar os impactos do projeto de Integração em Defesa nos moldes do Conselho de Defesa Sul-Americano no fortalecimento produtivo da Base Industrial de Defesa Sul-Americana, a fim de traçar uma relação entre o adensamento do projeto de cooperação e a expansão da base produtiva regional em matéria de defesa. Em relação aos objetivos específicos que compõe esse projeto, são eles: Analisar a teoria

dos complexos regionais de segurança extrair os conceitos fundamentais para construção analítica deste estudo; Ilustrar a UNASUL-CDS enquanto paradigma no processo de integração em defesa sul-americana do período em análise; estimar os impactos do paradigma de integração sul-americano na Base Industrial de Defesa Brasileira enquanto estudo de caso.

A elaboração deste trabalho justifica-se em termos acadêmicos e sociais. No que diz respeito às motivações acadêmicas, ressalta-se a escassez de produção acadêmica acerca da integração em defesa da América do Sul a partir de 2016. Em relação a isso, há o fortalecimento do projeto de integração centrado na UNASUL (PINTO, 2019) e seus órgãos constituintes a partir da década de 2000 até o ano de 2018, quando há saída de diversos membros e a paralisação das atividades da instituição, o que levaria a saída do Brasil no ano de 2019 (AGÊNCIA BRASIL, 2019) e sua adesão ao PROSUL (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). A partir dessa ruptura do modelo de integração, seguiu-se um vácuo de produções acadêmicas dedicadas a explicar os rumos e causas da estagnação e posterior ruptura desse processo. Cita-se como exemplo o repositório virtual desta Universidade, LUME, que apresenta desde 2016 poucas produções acadêmicas dedicadas a entender o processo de integração sul-americano a partir do ano supracitado, produções essas que de forma grata este trabalho apoia-se. O presente trabalho busca humilde e respeitosamente auxiliar a preencher esse vazio. Além disso, nenhum dos trabalhos do repositório e poucos fora dele, levam em consideração o retorno do Brasil à UNASUL. Em termos sociais, este esforço analítico busca evidenciar a correlação do CDS com o fortalecimento da base industrial sul-americana em defesa e, se bem sucedido, gera uma melhor compreensão da importância da integração regional em matéria de defesa para as dinâmicas industriais internas, dessa forma, fornecendo subsídios para uma política mais clara e assertiva no âmbito regional. Ademais a Indústria de defesa, tem por perfil de força de trabalho alta média de escolaridade e salários elevados em comparação a média dos demais ramos produtivos (Silva Filho et al., 2013). Assim, a compreensão sobre um importante ramo produtivo pode ser traduzido numa melhor eficiência econômica, portanto, empregos, arrecadações e desenvolvimento.

Ressalta-se também que o corte temporal foi escolhido em razão de dois fatores: O início do adensamento do processo de integração na década de 2000, até 2023 com a reentrada brasileira na UNASUL (PLANALTO, 2023). Neste ponto, destaca-se a originalidade do estudo,

ao lançar luz sobre um tema corrente e discorrer sobre o adensamento da Base Industrial de Defesa sul-americana e Integração no vento de seu acontecimento.

O caminho teórico, técnico e procedimental do trabalho divide-se, em linhas gerais, em três partes . Em primeiro lugar busca-se elucidar as categorias de análise principais da teoria dos Complexos Regionais de Segurança a serem utilizados na construção da pesquisa. Aqui apoia-se largamente nos conceitos descritos por Buzan e Waever em sua análise da América do Sul enquanto complexo regional de segurança. Buscou-se através das lentes e conceitos da corrente supracitada entender a configuração securitária da América do Sul e sua desagregação do modelo de processo integratório marcado pela UNASUL.

Em segundo lugar, é construída a ilustração do histórico de integração sul-americana desde 2008 até 2022, apoiado largamente nos conceitos de Paradigma no âmbito de política externa elaborado por Amado Cervo. Isso se dá de forma a compreender a dualidade de projetos apresentada no período. Em terceiro lugar, o autor estima os impactos do paradigma de integração sul-americano na Base Industrial de Defesa Brasileira enquanto estudo de caso. Isso se dá tendo em vista o papel histórico brasileiro enquanto maior fonte de investimentos e tecnologia para os projetos de integração da América do Sul (Teixeira, 2013), portanto, estudo de caso ideal para aferir os efeitos da integração na BID. Este passo baseia-se largamente em estudos promovidos pelo Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEA) e os dados disponíveis via Ministério da Defesa do Brasil, acerca do estado atual da Base Industrial de Defesa.

O trabalho divide-se nas seguintes seções além desta introdução: Complexos Regionais de Segurança e o Conceito de Paradigma Aplicado à Integração : Ponto de Partida Para Análise da Configuração Securitária da América do Sul; Histórico da Integração Sul-Americana Ilustrada a Partir de uma Abordagem Multidimensional; Efeitos Do Processo De Integração Nos Moldes UNASUL-CDS Sobre a Base Industrial De Defesa Na Região: O Caso Brasileiro; Considerações Finais e Referências.

2 COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA E O CONCEITO DE PARADIGMA APLICADO À INTEGRAÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA ANÁLISE DA CONFIGURAÇÃO SECURITÁRIA DA AMÉRICA DO SUL

O capítulo que aqui se apresenta tem como objetivo explicitar as principais categorias teóricas que sustentam a análise a que se propõe a pesquisa. Nesse sentido, esta parte reservada para a criação do arcabouço geral, sob o qual se firmam as considerações posteriores, explora a definição dos complexos regionais de segurança, sua relevância para entender a configuração securitária sul-americana e explicitar o conceito de “Paradigma”, elaborado por Amado Cervo (2003). Esse conceito é tradicionalmente usado para análise de política externa, contudo, aqui instrumentaliza-se esse aparato não para os fins iniciais que foi pensado, mas sim, aplicados a finalidades diferentes com objetivo de extrair teor explicativo dos fenômenos, neste caso, a integração sul-americana em defesa.

2.1 CONCEITOS E CATEGORIAS DE ANÁLISE DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Em “Regions and Powers: The structure of International Security” (Buzan & Waever, 2003) Buzan e Waever partem da ideia que o nível de análise regional, desde o fim da ordem bipolar, tornou-se gradualmente mais relevante do ponto de vista securitário. O fim da disputa no centro do sistema internacional entre as principais potências do século XX — Estados Unidos da América e União Soviética — deu maior margem e autonomia de ação para potências locais da periferia do sistema internacional agirem em seu entorno estratégico, devido ao menor incentivo às potências centrais de interferirem nas regiões além das que estão imediatamente inseridas. Além de alterar o nível de penetração da influência das potências que compõem o centro do sistema internacional dentro das regiões da periferia, o fim da guerra fria também leva a uma mudança na natureza da agenda securitária nas relações interestatais (Buzan & Waever, 2003).

O advento da globalização e os efeitos da intensificação das forças de mercado pós década de 1990 geraram paradoxalmente ainda maior incentivo para coordenação interestatal regional, devido a securitização de recursos ambientais regionais e dos padrões de identidade (Buzan &

Waeber, 2003). Segundo os autores, o fim da ordem bipolar traz à tona diversos temas de ordem não-militar para os debates na arena internacional. A agenda securitária atual seria composta por temas diversos, marcada por uma concepção de segurança enquanto um aspecto essencialmente multissetorial com uma pluralidade de atores envolvidos (Buzan & Waeber, 2003). Essa mudança se daria em detrimento de uma concepção de segurança centrada unicamente em dinâmicas político-militares estadocêntricas, dominante durante o período da guerra fria. Posteriormente, veremos que a diminuição do nível de influência extrarregional e o debate em volta desses novos temas securitários serviram enquanto coluna dorsal da estruturação do modelo de integração em torno da UNASUL. Válido ressaltar, entretanto, que esses novos temas não substituíram as preocupações materiais clássicas, mas passaram a dividir com elas a atenção dos Estados (Buzan & Waeber, 2003). Nesse sentido, os autores defendem que a regionalização das políticas de segurança e a crescente relevância desse nível de análise, tornam a teoria dos complexos regionais de segurança um aparato teórico de expressivo poder explicativo para compreender as dinâmicas mundiais contemporâneas (Buzan & Waeber, 2003).

Ainda de acordo com Buzan e Waeber (2003), a base sobre a qual se assenta o aparato teórico supracitado é a noção de que a maioria das ameaças (relativas a segurança internacional) viaja mais facilmente em curtas distâncias, e portanto, cria uma condição de interdependência securitária entre os países inseridos em uma mesma região. Interdependência essa que se expressa comumente padronizada em clusters de base regional, isto é, complexos de segurança (Buzan & Waeber, 2003).

Tais complexos, por definição, são agrupamento de unidades onde os processos de securitização estão tão intimamente conectados que os seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros (Buzan & Waeber, 2003). Os autores ressaltam que, apesar desses clusters regionais de segurança serem passíveis de ação extrarregional, há em seu cerne dinâmicas intrarregionais autônomas aos padrões exercidos pelos países centrais. Neste ponto, desenha-se um aparato analítico importante para esta pesquisa: a distinção do nível global — palco restrito a um número pequeno de países considerados grandes potências — com as dinâmicas que ocorrem em nível regional (Buzan & Waeber, 2003).

A teoria dos complexos regionais de segurança nada mais é que uma estrutura conceitual ou modelo teórico de base regional que agrega conceitos clássicos como a ideia de polaridade somadas à ênfase nos processos políticos, militares, históricos e econômicos relacionados à

segurança, singulares a cada região (Buzan & Waever, 2003). Assim, a Teoria dos CRS nos oferece uma base de análise e um ponto de partida para estudo dos fenômenos intrarregionais sul-americanos.

Entretanto, os autores apontam a dificuldade de conceituar de forma simples o que é uma região (Buzan & Waever, 2003). Isso se dá, principalmente, por estar analiticamente situada entre o nível global e o individual, isto é, das unidades do sistema. A distinção dos níveis regional e individual não mostra particular empecilho, contudo, distinguir o regional do Global nem sempre é uma tarefa fácil para as correntes de Relações Internacionais. Segundo Buzan & Waever (2003), regiões são, de forma geral, definidas enquanto entidade composta por agrupamento de unidades geograficamente confinadas a um espaço comum. Esse agrupamento estaria inserido em um sistema global que conta com estrutura própria. Os autores ainda apontam que apesar de terem sentido ontológico e político singulares, as regiões não apresentam qualidade de ação, como as unidades. Mais especificamente,

A região, pelo contrário, refere-se ao nível onde os estados ou outras unidades se ligam suficientemente estreitamente para que os seus títulos não possam ser considerados separados uns dos outros. O nível regional é onde os extremos da segurança nacional e global interagem e onde ocorre a maior parte da ação. (Buzan & Waever, pag.43, 2003)

Os autores ainda ressaltam a ligação entre configuração da polaridade sistêmica e a relevância das dinâmicas regionais, afirmando que

Já existe alguma ligação na literatura. Lake (1997: 61-2), por exemplo, argumenta que a bipolaridade maximiza o nível sistêmico da dinâmica de segurança, incentivando a competição mundial entre superpotências, penetrando em todas as regiões e tornando o nível global excepcionalmente intenso; e Schweller (1999: 41-2) observa o uso da análise de polaridade no nível regional. A multipolaridade e a unipolaridade são mais difíceis de avaliar, com menor concorrência a nível global, mas também menos restrições ao comportamento das grandes potências (Miller 2000). Estas estruturas poderiam permitir mais ou menos espaço para o nível regional do que a bipolaridade. Wivel (2000) vai mais longe, expondo toda uma teoria sobre como as variações na polaridade global afectam o nível regional, e B. Hansen (2000: 68, 81) prevê “alta actividade regional” sob a unipolaridade. (Buzan & Waever, pag.29, 2003)

Ademais, ao olharem para as tradições de pensamento na área de relações internacionais, os autores apontam que Realistas e Globalistas ignoram a importância do conceito de territorialidade (Buzan & Waever, 2003). Os primeiros focam no sistema, sua estrutura e os incentivos e restrições impostas às unidades. Os segundos se afastam deliberadamente em seus escritos da utilização dos diferentes níveis de análise (global, regional e unitário) em favor de um

compromisso teórico-metodológico com a “desterritorialização” enquanto aspecto fundamental para compreensão das relações internacionais contemporâneas (Buzan & Waever, 2003).

Assim, Buzan & Waever (2003) destacam a territorialização como aspecto fundamental da teoria dos Complexos Regionais de Segurança, pois o fenômeno da globalização não retira a importância desse fator na definição das relações internacionais, e ao tratarmos desse conceito pela lente regional obtemos uma análise empírica e construção teórica mais claras da realidade a que se pretende compreender. Ademais, o conceito de territorialização diz respeito também a admitir que os Estados estão localizados em um lugar específico. Isto é, os estados não pairam uniformemente, estão inseridos em regiões com formações e processos políticos, sociais e econômicos singulares. O que parece ser uma assunção óbvia, torna-se necessária visto a abstração extremada do que seria o sistema e suas estruturas nas teorias neorrealistas como a waltziana, que assumem a total homogeneidade dos sistema e suas condições e incentivos gerados por elas (Buzan & Waever, 2003).

Ao definirem a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança Buzan e Waever destacam que:

O RSCT usa uma mistura de abordagens materialistas e construtivistas. Em relação à esfera materialista, usa ideias de territorialidade e distribuição de poder que estão próximas daquelas utilizadas pela corrente do neorrealismo. A ênfase [da teoria dos complexos regionais de segurança] no nível regional é compatível e complementar com o esquema estrutural do neorrealismo, mas contradiz a tendência da maior parte das análises neorrealistas que se concentram fortemente na estrutura de nível global. Do lado construtivista, o RSCT baseia-se no conjunto da teoria da securitização em nossos trabalhos anteriores (Buzan et al. 1998; Wæver 1995c), que focam nos processos políticos pelos quais as questões de segurança são constituídas. Isto rompe assim com o neorrealismo ao tratar a distribuição de poder e os padrões de amizade e inimizade como variáveis essencialmente independentes. (Buzan & Waever, pag.32 2003).

Dessa forma, podemos extrair conceitos essenciais para uma base sobre a qual sustentar a análise presente: O rompimento com o axioma determinista neorrealista sobre os padrões de amizade e rivalidade serem inexoravelmente definidos pela distribuição de poder, isto é, a polaridade regional, ainda sim admitindo sua relevância. Esse ponto se mostra de especial importância ao estudar a América do sul, o que será tratado adiante. Somado a isso, a ênfase no nível regional de análise como artifício de primeira relevância para explicar questões securitárias adjunto ao foco nos processos políticos sob as quais são formuladas as dinâmicas de segurança, nos permite lançar olhar para os processos de integração sul americana em defesa, sua natureza,

consequências e desdobramentos para as dinâmicas de segurança, em especial, para os impactos na constituição de uma base industrial regional comum de segurança.

Assim a partir da definição supramencionada dos complexos regionais de segurança, parte-se de conceitos iniciais para a pesquisa a ser formulada: A implicação de dinâmicas regionais singulares às regiões (portanto a importância da análise no nível regional), a concepção de que a polaridade não configura-se enquanto definidor cabal das dinâmicas securitárias entre os Estados, o que nos permite analisar a mudança na esfera securitária a partir de outras causas que não a concentração de capacidades, e a natureza política das dinâmicas securitárias.

A partir dessa breve explanação geral sobre a Teoria dos Complexos Regionais De Segurança e destaque de pontos importantes para análise construída nesta pesquisa, faz-se necessário adentrar de forma mais atenta alguns conceitos e construções teóricas descritas por Buzan e Waever. São elas: a relação entre os níveis global e regional, o processo de securitização, a definição dos Estados enquanto potências regionais, globais ou superpotências e os tipos de CRS, além da definição de subcomplexos.

A relação, não somente a distinção, entre os níveis global e regional representa um artifício importante para teoria como visto anteriormente de forma breve. Segundo os autores, “o nível global trata de estruturas de macrossistemas que restringem e moldam o comportamento das unidades do sistema. A forma como estas estruturas são definidas molda assim a natureza, e mesmo a possibilidade, do nível regional.” (Buzan & Waever, 2003). Assim, vemos a admissão de um relacionamento entre ambos níveis no modelo descrito. Entretanto, faz-se necessário ressaltar alguns pontos deste trabalho que se assemelham e diferem da teoria escolhida. Os autores apesar de privilegiarem o nível regional de análise, não negam e inclusive englobam a presença de atores globais nas regiões e o peso da estrutura do sistema enquanto fator que também influenciam as dinâmicas regionais. Entretanto, visto que o foco deste trabalho reside na identificação de mudanças da Base Industrial de Defesa Sul-americana causadas pela integração regional nos moldes da UNASUL, isto é, como dinâmicas exclusivamente internas à região afetaram o objeto de estudo, há a necessidade de fazer uma escolha teórica de exclusão da influência dos atores globais e da estrutura do sistema internacional como um todo na região, privilegiando o nível de análise e a identificação das dinâmicas específicas as quais este trabalho busca responder.

O processo de securitização, apesar de não ser a centralidade do trabalho proposto, é indispensável para a compreensão da teoria dos complexos de segurança, visto que esta se ergue sobre a concepção de segurança definida pela concepção teórica de “securitização”. Esse termo designa o processo de determinação por pessoas, líderes e Estados (sujeito securitizador) do que é ou não é definido enquanto uma ameaça securitária (objeto securitizado) (Buzan & Waever, 2003). Os autores apontam que o processo ocorre quando

Uma questão de segurança é colocada (por um ator de securitização) como uma ameaça à sobrevivência de algum objeto referente (nação, estado, a ordem econômica internacional liberal, as florestas tropicais), que se afirma ter o direito de sobreviver. Dado que uma questão de sobrevivência envolve necessariamente um ponto sem retorno em que será demasiado tarde para agir, não é defensável deixar esta questão para a política normal. O sujeito securitizador reivindica, portanto, o direito de utilizar meios extraordinários ou de violar regras normais, por razões de segurança. [...] Não perguntamos se certo tema é uma ameaça por si só, mas focamos nas questões de “quando” e “sob que circunstâncias” um sujeito securitiza um tema. (Buzan & Waever, pag.71, 2003).

Este conceito apresenta uma visão importante da segurança enquanto uma construção fruto de um processo político, portanto formada essencialmente por percepções e interesses distintos de cada ator. Essa conceitualização mostra-se um elemento essencial na formulação da teoria dos complexos de segurança e utiliza-se dela ao identificar-se os temas que aglutinaram os países sul-americanos em torno do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Ainda quanto ao livro "Regions and Powers", Buzan e Waever (2003) discorrem sobre o papel da polaridade nas dinâmicas securitárias e sua importância também para os complexos regionais de segurança. Para tanto, elaboram uma classificação de três níveis para os estados. As Superpotências são aqueles atores com capacidade de verdadeiramente atuar a nível global, isto é, projetar possuir poder militar e influência política e a capacidade de espriar seus recursos de poder sobre o globo. Necessariamente possuem recursos político-militares do mais alto nível e necessitam perceber-se e serem percebidos pelos demais atores enquanto unidades possuidoras do mais alto status. Em geral são fontes de valores universais e sua legitimidade depende do estabelecimento de tais valores (Buzan & Waever, 2003).

As Grandes Potências, são atores que são reconhecidos enquanto detentores de um nível alto de capacidades materiais, entretanto incapazes de atuar em todo globo, apenas em algumas regiões. A principal característica de uma grande potência reside na maneira com que os demais

atores a vêem, isto é, estes atores são levados em consideração ao se pensar no nível sistêmico (Buzan & Waever, 2003).

Por fim, o caso de maior importância para nossa análise, as Potências Regionais definem-se enquanto atores capazes de definir a polaridade na região que estão inseridos mas são incapazes de projetar seu poder muito além de sua esfera imediata e os demais atores os veem enquanto capazes de determinar dinâmicas relevantes apenas nas suas respectivas regiões (Buzan & Waever, 2003). A importância dessa conceituação para a análise feita reside no fato que o Brasil configura-se enquanto potência regional.

A utilização desse sistema de classificação se relaciona intimamente com os níveis de análise. Os únicos atores capazes de atuar a nível sistêmico são as super e grandes potências. Dessa forma, é possível relacionar o nível de análise aos atores envolvidos. Entretanto, nesse sentido, faz-se necessário grifar, por questões de clareza acadêmica, que apesar dos autores admitirem e analisarem ativamente o papel das potências globais na configuração das dinâmicas de uma dada região, aqui optou-se por excluir essa variável de análise, visto que não condiz com o objetivo da pesquisa, como dito anteriormente. Ademais, justifica-se esta escolha de acordo com Buzan & Waever (2003), ao constatarem que potências externas, independente do grau de esforço, não conseguem afetar o processo autônomo de securitização de um Complexo Regional de Segurança.

A definição breve acima auxilia-nos a pensar a polaridade dos complexos e é um dos determinantes do tipo de dinâmica securitário desenvolvido em uma região, tendo em vista que os atores envolvidos moldam o tipo o qual o CRS irá tornar. Um Complexo Regional de Segurança tem por característica a presença de um padrão duradouro de amizade ou inimizade entre as unidades que o compõem, assim formando unidades subsistêmicas exclusivas de interdependência securitária. Ou seja, nesse subsistema a interação securitária entre as unidades em seu interior são relevantemente maiores que em comparação às relações mantidas com unidades externas a ele (Buzan & Waever, 2003). Nesse subsistema, as unidades são influenciadas por fatores de formação cultural ou civilizacional comum (Buzan & Waever, 2003). Em geral, a existência de um CRS pode ser traçado a 3 fatores distintos: A natureza anárquica do sistema internacional, pressão geográfica (isto é, a adjacência) e as dinâmicas de polaridade, ou balança de poder (Buzan & Waever, 2003) Destas razões, uma especial chama atenção principalmente no que concerne a América do Sul, segundo os autores

A adjacência é potente para a segurança porque muitas ameaças viajam mais facilmente em distâncias curtas do que em distâncias longas. O impacto da proximidade geográfica na interação de segurança é mais forte e mais óbvio nos setores militar, político, social e ambiental. A regra geral de que a adjacência aumenta a interação de segurança é muito menos consistente no sector económico (Buzan et al. 1998: 95–117). Todos os Estados do sistema estão, até certo ponto, enredados numa rede global de interdependência em matéria de segurança. (Buzan & Waever, pág.45-46, 2003).

Ou seja na esfera econômica e produtiva, a lei geral da adjacência não se aplica, isto é a proximidade geográfica não necessariamente induz a engajamentos econômicos e produtivos, mas sim a dinâmicas de segurança que engloba todos os aspectos securitizados pelos atores desde recursos ambientais a acumulo de capacidade militar. O projeto Unasul-CDS pode ser interpretado de acordo com a teoria dos Complexos Regionais de Segurança como um esforço para solucionar os temas securitários (gerados via processo de securitização) através da cooperação, do conserto político-econômico e da sincronização da intensidade dessas dinâmicas securitárias com as desempenhadas em matéria de relacionamento intra econômico regional.

Os CRS são divididos em 2 tipos: Padrão e Centrado (Buzan & Waever, 2003). Essa tipologia faz referencia ao padrão de interação entre as unidades do sistema regional. O tipo Padrão diz respeito a uma constituição regional Vestfaliana, marcado por uma agenda securitária que gira em torno de temas político-militares estatais e tem uma polaridade definida unicamente por unidades pertencentes ao bloco, podendo variar de multi a unipolar. Nesse arranjo, não há a presença de Grandes Potências inseridas na região, tendo assim uma distinção clara entre os níveis de atuação regional e internacional (Buzan & Waever, 2003). Esses CRS podem apresentar diferentes padrões de interação: formação de conflitos, regime de segurança e comunidade de segurança (respectivamente, de forma geral, dizem respeito ao aumento de coordenação e dessecuritização entre as unidades, isto é, o processo de encarar enquanto não-ameaças as dinâmicas interestatais da região) (Buzan & Waever, 2003). Os complexos ditos Centrados tem por característica a unipolaridade e haver em sua configuração unidades classificadas como Grandes ou Superpotências. Nesses casos, as dinâmicas regionais muitas vezes são afetadas pela estratégia global desempenhada por essa unidade, entretanto, como apresentam grau elevado de interdependência entre si, ainda constituem-se como um CRS (Buzan & Waever, 2003). Dessa forma, um CRS pode seguir três diferentes caminhos: (a) Continuidade de suas estruturas — manutenção do status quo e da maneira com que se desenrola a interação entre os estados; (b)

Alteração interna — ocorre modificação estrutural devido a elementos internos à região, como mudança de polaridade, integração, alteração nos padrões de amizade, etc; (c) Alteração externa — expansão ou contração do bloco, ou seja, aumento ou diminuição do número de unidades (Buzan & Waever, 2003). Esses “destinos” estão necessariamente ligados aos tipos de CRS, ou seja, do caráter da relação entre os Estados. A conexão de tais conceitos com o processo de integração se dá através de que, dentro das alterações internas de um complexo regional de segurança, o aumento no grau de coordenação entre as unidades para formação de uma comunidade de segurança pode levar ao aumento da integração, conforme admitem os autores (Buzan & Waever, 2003). Considerando que a única materialização de uma comunidade de segurança é o CRS da Europa Ocidental, encarnada no estabelecimento da União Europeia (Buzan & Waever, 2003), há a noção, embora não explicitada por Buzan & Waever, está contida em suas análises, de que a formação de uma comunidade de segurança necessariamente passa pelo processo de integração regional. Assim, neste trabalho, encara-se comunidade de segurança e integração regional enquanto processos correlatos. Faz-se isso não pela descrição teórica clara, mas pela junção da experiência material somada às inferências possíveis e admitidas pela teoria. Assim, essas categorias teóricas dão a sustentação necessária para empreender uma análise multidimensional acerca do processo de integração sul-americano que é feita no próximo capítulo.

Tendo em vista o exposto acerca da teoria dos complexos regionais de segurança, fica claro a adequação da escolha teórica ao tema proposto. Afirma-se isso, baseado no quadro conceitual que ela fornece para análise securitária de dinâmicas intra regionais, somado à capacidade de abarcar com seu ferramental teórico as mudanças a serem exploradas nos capítulos a seguir. Além disso, oferece uma visão multissetorial de segurança, abarcando recursos ambientais, economia e identidade enquanto aspectos da realidade social que estão associados ao estudo da segurança (e por vezes indissociáveis a ela). A teoria desenvolvida por Buzan & Waever se apresenta enquanto um esforço analítico nem tão generalista como as abordagens realistas e globalistas e nem tão especificista a ponto de diferenciar por completo os processos ocorridos em cada região do planeta (Buzan & Waever, 2003). Dessa forma, os autores brindam o campo de relações internacionais com um modelo capaz de analisar coerentemente dinâmicas securitárias regionais, sem ceder a pressões generalistas e estruturalistas e de sorte a não encarar as mesmas enquanto fenômenos inéditos, únicos e tão singulares a ponto de não ser possível

correlaciona-los com a estrutura das relações internacionais. Assim, utiliza-se os Complexos Regionais de Segurança como ponto de partida e instrumental teórico para analisar a base industrial de defesa sul-americana e sua correlação com processo de integração. Por fim, com vistas à exposição feita, há de se tecer a relação entre os complexos regionais de segurança e a Base Industrial de Defesa. A formação de uma base industrial de defesa regional não ocorre pairando em um espaço homogêneo, isto é, o fator da territorialidade é fundamental na análise aqui proposta. Além disso, o fortalecimento de uma Base Industrial de Defesa é um objeto securitizado pelos atores do complexo regional de segurança da América do Sul, como fica exposto no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano (Brasil, 2008).

2.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NA REALIDADE SUL-AMERICANA

A partir do papel da importância do nível regional de análise para a segurança internacional, da polaridade, dos tipos de Estado inseridos em uma região e os demais fatores acima expostos podemos lançar um olhar analítico sobre a configuração securitária Sul-Americana a partir da teoria dos Complexos Regionais de Segurança. A seção que segue apoia-se majoritariamente na análise promovida por Buzan & Waever no Livro “Regions and Powers: The structure of International Security” (Buzan & Waever, 2003) e posteriormente por outros autores latino-americanos que também operacionalizam esse modelo anos após Buzan & Waever. Assim, é possível atingir dois objetivos de primeira importância para essa análise: operacionalizar os conceitos expostos acima sobre a região da América do Sul de acordo com os autores clássicos, e, posteriormente, prover uma análise da estrutura securitária regional após a criação da UNASUL e do conselho de defesa sul americano.

2.2.1 A INTERPRETAÇÃO DESENVOLVIDA POR BUZAN & WAEVER

Buzan & Waever (2003) ao escreverem *Regions and Powers*, além de apresentarem as categorias de análise da teoria, também fornecem sua aplicação nos distintos complexos de segurança ao redor do mundo. Ao discorrerem sobre a América do Sul, os autores ressaltam que, historicamente, a região presenciou poucas guerras interestatais, o que não significa que as mesmas tenham estado ausentes na região (Buzan & Waever, 2003, p.304). Os conflitos ocorridos

teriam variado de intensidade nos Séculos XIX e XX, visto que, enquanto aqueles ocorridos durante o Século XIX apresentam como característica o envolvimento de mais de dois países e maior duração, os posteriores teriam sido menos destrutivos e limitados (Buzan & Waever, 2003).

Os autores também grifam que o complexo regional da América do Sul pode ser dividido em dois subcomplexos: o Norte-Andino, que engloba a parte noroeste do subcontinente e o escudo das Guianas; e o Cone Sul, constituído pelos países banhados pela bacia do Rio da Prata (Buzan & Waever, 2003). Em vista do corte temporal e da limitação da extensão imposta pelo formato da pesquisa, aqui foca-se em análises pós-guerra fria. Assim, dois fatores importantes da análise de Buzan & Waever são intencionalmente postos de lado: a ação das potências externas no complexo sul-americano (notadamente os EUA) e o debate histórico tratado no livro acerca da guerra fria. Assim, atemo-nos às características estruturais e as dinâmicas modernas do CRS sul-americano.

Os autores ressaltam que o CRS da América do Sul é marcado por algumas características históricas, presentes antes, durante e após a Guerra Fria. O complexo regional de segurança sul-americano seria de tipo padrão “marcado por tensões sociais internas e instabilidade política, rivalidades regionais e repercussões transnacionais, e intervencionismo de grandes potências, principalmente americano” (Buzan & Waever, 2003). Ainda ressalta-se dois fatores históricos, pré conflito bipolar, que são importantes para a entender de forma adequada a evolução das dinâmicas de segurança no continente. As disputas territoriais seria o primeiro desse elenco, com diversos casos de expansão ou diminuição de fronteiras de forma forçosa. Ademais, a divisão linguístico-cultural entre países hispânicos e lusitanos não gerou um tipo de divisão de alianças ou polarização na região. Isso ocorre devido a uma percepção de ameaças diversas por cada unidade, onde um ator poderia se mostrar um aliado em um esfera e um inimigo em outra, isto é, os interesses se cruzavam e emaranhavam em um cenários de múltiplos conflitos (Buzan & Waever, 2003).

Somado a este último fator, tem-se o medo brasileiro de uma possível coalizão anti-brasileira por seus vizinhos hispânicos e o papel ambivalente que o país ocupa (e percebe-se enquanto) na região: ao mesmo tempo um líder regional e um ator de aspirações globais, mais próximo aos núcleos de poder internacional do que seus vizinhos locais (Buzan & Waever, 2003). A partir de tais características, analisa-se os diferentes níveis nos quais está embebida a região.

Tendo em vista o escopo deste trabalho, aqui discorre-se em linhas gerais o plano doméstico (unidades) e regional (complexos e subcomplexos).

A nível doméstico, observa-se alguns fenômenos comuns a todos os Estados da região. A partir do início da década de 1980, os países da região passaram por um grande processo de democratização, substituindo os regimes militares até então no poder (Buzan & Waever, 2003). Somado à guinada democrática, ocorre também, um intenso processo de abertura econômica e adoção de reformas de orientação neoliberal. Essas mudanças apresentam efeito estrutural sobre como os países se organizaram politicamente (Buzan & Waever, 2003). Segundo os autores, a política sul-americana passava por uma alternância de períodos conservadores, populistas e golpes militares, quase que como um ciclo. A fixação da democracia no continente aparentemente rompe com o padrão de comportamento político dentro das unidades (Buzan & Waever, 2003). A instalação de regimes democráticos teve um impacto ainda maior no cone-sul, onde o aumento da predição de comportamentos causado pela mudança a um regime mais democrático, a substituição do pensamento geopolítico por padrões de amizade e cooperação (que iniciaram-se ainda no período de vigência dos regimes militares) levaram a um processo de integração que gerou o Mercado Comum do Sul (Mercosul) (Buzan & Waever, 2003). Nesse sentido, houve também uma importante mudança da concepção de segurança pelos países na região. De acordo com Buzan & Waever (2003), ocorre a securitização do desenvolvimento social e econômico. Isto é, a concepção da marginalização social e espacial das populações enquanto ameaças existenciais aos Estados. O desenvolvimento social seria condição imprescindível para o desenvolvimento econômico que por si garantiria a soberania e a defesa nacional. Este fator apresenta-se claramente na constituição da UNASUL, que tem enquanto espinha dorsal a manutenção dos regimes democráticos na região e o fomento ao desenvolvimento socioeconômico dos países através da cooperação regional (Brasil, 2017). Por fim, ressalta-se que o modelo neoliberal apresenta seu desgaste a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando os diferentes interesses das elites voltadas para o mercado internacional e da ampla população que buscava manter seus padrões de vida geram expressiva tensão social (Buzan & Waever, 2003). Esse desgaste abre espaço para a expansão de governos de orientação social-democrata na região, que apresentaram-se enquanto alternativa ao modelo neoliberal (Pinto, 2019). Por fim, os autores ressaltam que ocorre um aprofundamento do processo de securitização da economia. Isto é, a esfera econômica passa gradualmente a ocupar

mais espaço na agenda securitária e ser vista enquanto crucial para manutenção da existência do Estado (Buzan & Waeber, 2003). Esse fenômeno gera os processos de integração econômica regional, o mais notável sendo o Mercosul. Esse ponto mostra-se de interesse primo para essa pesquisa. A aliança da esfera econômica, do desenvolvimento social e da segurança internacional levam à necessidade do que foi expresso no estatuto do Conselho de Defesa Sul-americano enquanto criação de uma Base Industrial de Defesa regional (Brasil, 2008).

Quanto ao nível dos subcomplexos — de maior relevância — tem-se algumas assunções gerais e posteriormente o detalhamento de cada um das duas subestruturas que compõem o CRS. No que diz respeito ao Cone-Sul, diversas rivalidades históricas (sendo a principal delas entre Brasil e Argentina), litígios territoriais e a desconfiança fruto do pensamento de raízes geopolíticas presente na região, a partir dos anos 80, foram substituídos por um novo padrão de afinidade entre as Unidades (Buzan & Waeber, 2003). Os autores apontam como causas para esse desdobramento a resolução de questões fronteiriças e, principalmente, a aproximação Argentino-Brasileira, cristalizada na formação do Mercosul. O aumento das trocas comerciais, incentivo a construção de confiança entre as unidades e redefinição da postura militar de ambos países geram uma mudança nos padrões de amizade-inimizade na sub região causando mudanças estruturais que geraram o que hoje se aproxima de uma comunidade de segurança (Buzan & Waeber, 2003). Esse fenômeno, no entanto, não pode ser interpretado nos termos de uma “paz democrática”, mas sim como um processo motivado pelo medo da potencial mudança de regime democrático, visto que os atores encaravam a manutenção da democracia enquanto um cenário mais desejável que o sequestro do Estado por forças autoritárias (Buzan & Waeber, 2003). Ademais, o papel de hegemom estabilizador do Brasil na região — um notável mantenedor do status quo e instigador das vias diplomáticas enquanto meio de resolução de conflitos — dificultou a eclosão de grandes conflitos na região (Buzan & Waeber, 2003).

As dinâmicas ocorridas no Subcomplexo do Cone sul são tidas como de maior efeito e relevância para o restante do complexo regional, visto que englobam as três maiores potências regionais, segundo os autores — Argentina, Brasil e Chile e a elas estão ligadas a estabilidade institucional e econômica da região (Buzan & Waeber, 2003). Os autores apontam que essa subestrutura, a partir do fim do século XX com a criação do Mercosul, forjaram um novo padrão de afinidades, o que hoje aproxima-se de uma comunidade de segurança (Buzan & Waeber, 2003). A opção pelo projeto de integração foi impulsionada principalmente pelo temor brasileiro

do acelerado processo de globalização e a possível marginalização do país. A partir daí desenvolve-se a economia enquanto parte da segurança do estado (Buzan & Waeber, 2003).

Em relação ao subcomplexo norte-andino, os autores mencionam pouco da configuração securitária intrarregional sem levar em conta o poder de penetração estadunidense na região. Os autores justificam esse modo de análise afirmando que o estudo das dinâmicas dessa subregião apresentam-se particularmente difíceis devido às intensas relações transregionais (Buzan & Waeber, 2003).

Dessa forma, aqui foca-se na análise do quadro geral da região. A partir de um ponto de vista estrutural, as dinâmicas de desconfiança, em oposição ao ocorrido no cone-sul, não foram substituídas por projetos de integração. Ao contrário, os novos desafios securitários, como o tráfico de drogas transnacional na região, inflamou ainda mais alguns conflitos já existentes (Buzan & Waeber, 2003).

Os autores discorrem longamente acerca do caso colombiano, onde a fragmentação do Estado devido a ação de guerrilhas e grupos narcotraficantes, somados ao efeito spillover (tanto regional quanto global) do tráfico de drogas levaram ao envolvimento de potências extra regionais na região (Buzan & Waeber, 2003).

De forma geral a segurança nessa seção do continente é largamente estruturada ao redor da questão do narcotráfico que leva tanto ao envolvimento extrarregional quanto à instabilidade nas fronteiras ainda não firmemente definidas (Buzan & Waeber, 2003).

Ambas regiões apresentam distintos padrões de interdependência securitária. Nesse sentido os autores apontam a incoesão do complexo, visto que não desenvolveu-se uma forma conjunta de manejar os conflitos a nível regional. O nível mais efetivo no qual os países sul-americanos apresentariam maior coesão seria no nível ideológico, isto é, as ideias e tendências políticas de uma unidade transbordavam com certa facilidade às demais, no entanto, sem que isso gerasse um maior nível de integração ou ação conjunta (Buzan & Waeber, 2003).

Ressalta-se que essa ausência de conserto entre as unidades e a falta de instituições capazes de mediar essas interações rapidamente se transforma durante o século XX, com a criação da UNASUL. Dessa forma podemos ver o órgão enquanto um esforço das unidades rumo a uma maior coesão dentro do complexo regional de segurança, sanando tanto os problemas de resolução de conflitos que se processaria pela organização (Brasil, 2008) quanto a falta de

institucionalidade regional. Adjunto a isso, temos o papel singular e relevante da República do Brasil. De acordo com os autores,

Embora as diferenças entre o Cone Sul e o Norte Andino sejam suficientemente marcantes para justificar vê-los como subcomplexos distintos, o Brasil continua a ser o eixo que mantém unido o RSC sul-americano. O Brasil é obviamente central no Cone Sul, mas também tem interesses diretos e indiretos no Norte Andino. Está preocupado com as repercussões dos problemas da droga e com o crescente envolvimento dos EUA. (Buzan & Waever. 2003, pág. 332.)

Aliado a isso, o intenso temor brasileiro de uma possível “internacionalização da região amazônica” , isto é, a securitização da Amazônia pelos atores globais, faz com que o Brasil desloque constantemente unidades e faça esforço para manter presença na região (Buzan & Waever. 2003). Constata-se assim que o esquema de interdependência securitária brasileiro estende-se sobre ambos os subcomplexos. Dessa forma, observamos o Brasil enquanto “aglutinador regional”, personagem capaz de manter as dinâmicas securitárias sul-americanas interconectadas, interdependentes e de fato regionais (Buzan & Waever, 2003). Este ponto também fornece a justificativa para o estudo, no terceiro capítulo deste trabalho, da Base industrial de Defesa brasileira enquanto estudo de caso, visto que é o ator interconectado a ambos subcomplexos.

2.2.2 APLICAÇÕES DA TEORIA DOS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA NA AMÉRICA EM VISTAS DA UNASUL

Tendo em vista que o livro “Regions and Powers: The structure of International Security” (Buzan & Waever, 2003), no qual os autores descrevem o modelo de análise securitária regional, foi desenvolvido no início da década de 2000, muitas mudanças tanto estruturais quanto conjunturais afetaram o complexo regional de segurança sul-americano. Dentre elas destaca-se o próprio tema deste trabalho, a União das Nações Sul-americanas e o Conselho de Defesa Sul-Americano. A fim de contribuir para a criação de um cenário completo e congruente com a realidade atual e considerando os objetivos desta pesquisa, o autor deste trabalho utiliza análises mais recentes formuladas por pesquisadores sul-americanos a fim de demonstrar as análises sobre as quais se assenta a pesquisa.

Em seu artigo “ Segurança Internacional: Da ordem Internacional aos Desafios para América do Sul e Para Celac”, Cepik (2013) utiliza a abordagem dos complexos regionais de

segurança nos moldes de Buzan & Waever para, dentro outras coisas, posicionar a América do Sul frente a estrutura do sistema internacional e discorrer sobre o papel do nível regional de análise. Apoiando-se nos conceitos de securitização e no conceito de Complexo Regional enquanto região na qual os problemas securitários dos atores não podem ser pensados sem considerar os demais atores da região (Buzan & Waever, 2003), Cepik sumariza a estrutura dos Complexos Regionais de Segurança enquanto “condicionada pela distribuição de poder regional, os padrões de amizade e inimizade entre os atores relevantes (polarização) e as relações de poder com atores externos, principalmente as grandes potências.” (Cepik, 2013). Ao tratar especificamente da América do Sul o autor faz considerações importantes acerca da configuração regional sul-americana, citando que

No que se refere à distribuição das capacidades militares (polaridade), a distribuição regional de poder é multipolar. Apesar de possuírem grandes assimetrias entre si, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia podem ser classificados como pólos na região. Em relação aos padrões de amizade e inimizade, a polarização é baixa, especialmente no Cone Sul. No entanto, a persistência de tensões fronteiriças, ameaças não estatais, projetos secessionistas e guerras civis não permite que a região seja caracterizada como pacífica. (CEPIK, 2013. Pág. 319).

Além da definição da polaridade e polarização da região, ao contrastamos as concepções de Buzan & Waever (2003) e Cepik (2013), o último afirma que a subdivisão do complexo regional de segurança da América do Sul em dois sub complexos é errônea, visto que a principal dinâmica do complexo andino — o tráfico internacional de narcóticos colombiano — impacta consideravelmente nas dinâmicas do cone sul. Além disso, a institucionalização dos processos de integração regional que abarcam ambos os sub complexos, garantiriam coesão suficiente a ponto de rejeitar a divisão em dois sub complexos. O autor ainda aponta que em comparação aos demais países latino-americanos, a América do sul apresenta um processo de interdependência securitária e de integração regional mais avançando, compartilhando questões comuns. Dessa forma, apoiados em Cepik (2013), interpreta-se aqui a UNASUL, e mais especificamente o Conselho de Defesa Sul-Americano, enquanto a cristalização de um processo coeso de independência securitária, isto é, um projeto político que busca definir um eixo político, econômico e securitário na região sul-americana como um todo, além de considerar a América do Sul enquanto um sistema regional multipolar. Cepik (2013) ressalta a falta de capacidade brasileira de assumir os custos do processo de integração, algo refletido na estrutura da

UNASUL, o que corrobora com Rafael Cesar Pinto (2019) ao afirmar a busca brasileira por uma diplomacia de consenso na região.

Por fim, Cepik (2013) conceitua Inexpugnabilidade como “a condição de um país na qual as capacidades convencionais que ele possui tornam impossível para qualquer outro país sustentar uma invasão territorial e a derrocada da soberania do Estado”. Ao considerarmos o conceito de inexpugnabilidade, descrito por Cepik (2013) pode-se concluir que os esforços para integração em defesa têm efeito de dotar a região não apenas de um caráter duradouro de paz entre seus membros mas como forma de conferir maior capacidade de defender-se externamente, tendo em vista que a coordenação entre as unidades, a formação de uma identidade de segurança comum e o objetivo de somar esforços produtivos em uma Base Industrial de Segurança comum dotam a América do Sul de tal condição. Todos esses elementos estão elencados nas disposições do tratado constitutivo do CDS. Assim, encara-se o CDS enquanto instância capaz de dotar os países da América do Sul de tal condição perpassando pela coordenação de uma Base Industrial de Defesa comum.

Rezende e Fuccille (2013) começam seu artigo acerca do complexo regional de segurança da América do Sul apontando as considerações de Buzan & Waever sobre o continente enquanto incompletas e/ou desatualizadas. Os autores partem dos conceitos-chave descritos por Buzan & Waever (2003) como o papel dos padrões de amizade e inimizade entre os países, a influência da balança de poder regional nas dinâmicas de segurança, a classificação dos complexos enquanto centro e padrão, o papel aglutinador brasileiro na região etc. No entanto, operacionam esses conceitos de acordo com a então nova realidade sul-americana. As novas instituições regionais com potencial securitizador e o papel brasileiro enquanto centralizador de ambos complexos são duas das principais razões que os autores apontam para caso raro do CRS sul-americano. Ao contrário do que afirma Cepik (2013) quanto a multipolaridade da região ou do que constata Buzan & Waever (2003) sobre a classificação do complexo Sul-Americano enquanto padrão, de acordo com Rezende e Fuccille (2013), a região sul-américa seria um complexo regional de segurança centrado, no entanto, sem a presença de uma potência global. Os autores embasam essa constatação através da constatação de que o Brasil, além de representar um único polo de poder na região e não ser uma potência (o que até então classifica-se enquanto um CRS padrão unipolar) tem sim domínio sobre as dinâmicas internas securitárias do complexo., portanto sendo

de modelo centrado. Para além da discordância sobre a natureza da região, os autores afirmam que

Diferentemente do que apontam Buzan e Wæver, a coesão institucional e o futuro de uma possível comunidade de segurança passam a ter mais a ver com o futuro da Unasul do que do Mercosul e do papel exercido pelo Brasil. O protagonismo exercido pelo país na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualifica como ator central para o CRS, exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional. (Rezende e Fuccille; 2013, pág.85),

Assim, os autores constataam que as análises de Buzan & Waever (2003) em relação aos fenômenos determinantes para a mudança da natureza do bloco não mostraram-se tão determinantes conforme o modelo original. A expansão de um novo e mais ambicioso processo integratório — a União das Nações Sul-Americanas teria afetado a dinâmica securitária regional (Rezende & Fuccille, 2013). No entanto, ressalta-se que os autores aceitam o construto analítico de uma divisão de dois sub complexos sul-americanos.

Esse breve apanhado de aplicações dos conceitos da teoria dos complexos regionais de segurança na realidade sul americana, serve enquanto artifício para explicitar dois fatores: a multiplicidade de possíveis análises a partir da ênfase em determinada variável e demonstrar o impacto dos processos de integração no molde da UNASUL para com as estruturas das relações securitárias regionais, demonstrando assim que , a partir da lente teórica dos CRS, os processos de integração representam um fenômeno relevante na transformação ou manutenção dos conceitos fundamentais que estruturam um complexo regional de segurança — polaridade e padrões de amizade e inimizade entre as unidades de um sistema.

2.3 O CONCEITO DE PARADIGMA EM AMADO CERVO E SUA APLICAÇÃO À REALIDADE EM ESTUDO

No que tange a conceitualização de Paradigma, formulada por Amado Cervo, o autor discorre acerca da análise paradigmática enquanto ferramenta conceitual-analítica em seu artigo “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático” (2003). Para o autor, paradigma seria Esse conceito seria versátil e flexível, onde não necessariamente todas as nuances e variáveis de um problema a ser explicado caiba dentro dele (Cervo, 2003). Em outras palavras, o conceito de paradigma refere-se a uma abstração da realidade material em um construto semi-metafísico mais generalista capaz de fornecer uma explicação coerente ao

fenômeno a ser estudado. Cervo (2003) define que a aplicação da abordagem paradigmática nas relações internacionais é a geração de conceitos através da observação empírica. O autor descreve que o uso de tal abordagem (nas relações internacionais) evoca certos pressupostos, como

Em primeiro plano, por trás de um paradigma, verificamos a existência de ideia de nação que um povo — ao menos seus dirigentes — faz de si mesmo, a visão que projeta do mundo e o modo como percebe a relação entre esses dois elementos. Tais pressupostos nos levam ao conjunto de valores cultivados, ou seja, à identidade cultural, que condiciona os desígnios duradouros da política exterior. O paradigma comporta uma cosmovisão, a imagem que uma determinada formulação conceitual projeta dos outros povos, nações ou do mundo todo.

Em segundo plano, o paradigma comporta percepções de interesse. A leitura que os dirigentes fazem dos interesses nacionais — sociais, políticos, de segurança, econômicos, culturais — modifica-se com a mudança do paradigma.

Em terceiro plano, o paradigma envolve a elaboração política. Nesse sentido, condiciona tendências de médio ou longo prazos, como também explica suas rupturas. Ou seja, envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e a decisão. (Cervo, 2003, pág 7).

Isto é, podemos resumir as características de um paradigma em 3 qualidades distintas: (a) Cosmovisão — Possuir em si conteúdo que englobe uma cosmovisão, uma ontologia, uma identidade de um determinado ator ou grupo de atores. (b) Interesses — Identificar nesse construto interesses desses atores (sendo esse um fator de mudança do paradigma). (c) Expressão Política — Possuir natureza política, relacionando a esfera interna a externa com impactos para além do curto prazo.

O resgate desses pontos, que em primeira vista pode parecer repetição dos conceitos acima descritos, tem por função formar uma esquematização mais clara possível para criarmos as conexões necessárias para erigir o arcabouço analítico que será usado. Tendo em vista essas qualidades, aqui utiliza-se o conceito de Paradigma aplicado ao processo de integração regional. Como forma de fornecer uma explicação para os rumos da integração sul-americana em matéria de Defesa, é necessário, através da observação da realidade material histórica, desenvolvida no próximo capítulo deste trabalho, dividir os diferentes projetos ou expressões políticas em paradigmas de integração regional. O conceito de paradigma (2003) descrito por Cervo, foi inicialmente pensado para a análise de política externa das unidades. Entretanto, podemos ver uma enorme aderência do conceito de paradigma ao plano regional e integratório.

O compromisso e propósito inicial da análise paradigmática não é abarcar perfeitamente todas as variáveis da situação empírica sendo estudada, mas sim gerar um construto conceitual

capaz de gerar explicações satisfatórias a um nível mais geral (Cervo, 2003). Quanto à aderência do conceito de paradigma com a análise do plano regional a ser empreendido, percebe-se que os projetos de integração (que aqui serão tratados enquanto um paradigma em si) são dotados de todas as 3 características necessárias a um paradigma. Apresentam uma cosmovisão, um “deve ser”, uma identidade acerca da realidade material dos sujeitos, nesse caso, os Estados. Neles estão incumbidos incontestavelmente interesses desses mesmos atores, e são definidos a nível ontológico por esses interesses, de sorte que a mudança deles geraria um novo projeto de integração — como de fato gerou — e, por fim, também apoiando-me em Buzan & Waeber (2003) quanto a natureza política dos processos securitários regionais, é inegável a natureza política dos processos de integração regional. Esse último ponto amarra os principais conceitos abordados neste capítulo e no próximo: Os complexos regionais de segurança (e o processo de securitização indissociável a este conceito), o uso da análise paradigmática e a análise do processo de integração.

Tendo em vista a construção das relações necessárias, seguimos destrinchando o conceito de Paradigma de Cervo (2003). Para o autor, os resultados advindos da análise paradigmática giram em torno de dois tipos. O primeiro sendo o efeito cognitivo “uma vez que o paradigma organiza a matéria, sempre complexa, difusa e disparatada quando se trata do comportamento humano, conferindo-lhe o grau possível de inteligibilidade orgânica” (Cervo, 2003) e o segundo simplesmente definido enquanto Operacional. Cervo (2003) ressalta que a produção de conhecimento a partir de paradigmas necessariamente passa pela condição de que o objeto analisado seja de natureza estrutural para as relações internacionais. Isto é, não serve a análises de conjuntura, mas a geração de construtos que durem no tempo. O que mais uma vez, é congruente com a relação aqui forjada, visto que os processos de integração regional constituem-se enquanto processos estruturais. Essa concepção apoia-se em Cepik (2013) e Rezende & Fuccilli (2013), visto o papel de transformação estrutural ao qual atribuem aos processos de integração, em especial ao processo UNASUL.

Ressalta-se que o passo a ser dado para relacionar o conceito de paradigmas aos projetos políticos de integração é curto, apesar de não usual. É dizer, o conceito inicialmente pensado para análise de política externa e seus padrões, nada mais está passando senão por uma substituição de atores. Ao invés de analisarmos o padrão de comportamento de um estado, analisa-se aqui o padrão de integração entre os Estados de uma região.

Por fim, de modo a concluir o capítulo que aqui se apresenta, faz-se necessário a sumarização de alguns temas e a construção de algumas relações a partir dos conceitos expostos previamente. Como explicitado anteriormente o uso dos complexos regionais de segurança apresenta-se enquanto arcabouço teórico cabível a análise aqui proposta. Assume-se isso, tendo em vista o foco no nível regional de análise, o papel da polaridade e dos padrões de amizade e inimizade, o processo de securitização no qual se assenta a teoria e a classificação e caracterização de um complexo regional de segurança, o que nos fornece base e instrumental teórico para, posteriormente, traçarmos os paradigmas de integração sul-americano, e, mais tarde, sua relação com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa. No que diz respeito às relações a serem erigidas antes de prosseguirmos para os próximos capítulos, elas se constituem em três. A primeira, diz respeito à correlação dos complexos regionais de segurança e o processo de integração. Tendo em vista que aqui utiliza-se a teoria dos CRS enquanto paramental teórico para análise de integração regional, faz-se necessário aclarar a relação entre esses dois pontos de forma breve. A teoria desenvolvida por Buzan & Waever (2003) e em posterior análises de Cepik (2013) e Rezende & Fuccilli (2013) abarcam claramente os processos de integração enquanto fenômenos do pós-guerra fria, capazes de alterar as estruturas de um complexo regional, isto é, sua polaridade e padrões de amizade e inimizade. Além disso, conforme descrito por Buzan & Waever (2003) o incentivo via mercado pós guerra fria, a interdependência securitária e a adjacência (o fato de ameaças viajarem mais facilmente por curtas distâncias) nos faz perceber o CRS enquanto um palco no qual se desenrolam os processos de integração em segurança. No caso Sul-Americano, tem-se a Unasul como formalização deste cluster ou um formato de condução desse CRS, ou seja, paradigma que guia o processo político da CRS, suas direções, características, formato e alinhamentos. Quanto a relação entre a análise paradigmática de cervo (2003) e os complexos resgato em Buzan & Waever (2003) a natureza política dos processos securitários regionais. O processo de integração em si possui uma inegável natureza política, o que torna ambos construtos aderentes visto que são constituídos de uma mesma natureza e os processos de integração aqui analisados são em matéria securitária.

3 Histórico da Integração Sul-Americana Ilustrada a Partir de uma Abordagem Multidimensional

Este capítulo tem por função ilustrar o passado histórico da integração sul-americana à luz de um modelo analítico multidimensional. Isto é, através do conceito de Paradigma, descrito por Amado Cervo (2003) e as considerações de Buzan & Waever (2003) na sua Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Aqui busca-se tratar da integração a partir de projetos paradigmáticos de integração entre as unidades de uma região e seus fins enquanto aqueles descritos por Buzan & Waever (2003). Essa operacionalização de conceitos distintos, contudo convergentes, serve enquanto base para análise da dimensão estrutural (O complexo Regional de Segurança) e a agência das unidades. Neste caso, aqui disserta-se sobre a UNASUL e sua instância securitária o CDS, enquanto primeiro projeto regional amplo que abarca todo o CRS em sentido a integração e uma comunidade de segurança. Nesse ponto, vê-se também a importância do Brasil enquanto agregador do CRS sul-americano. Posteriormente, vê-se que esse modelo entra em crise dando espaço a uma vacuo de articulação regional que tomou a forma de PROSUL, que neste trabalho basicamente é tratado enquanto um período de vácuo ou ausência de um paradigma integrador na região devido sua falta de expressão enquanto projeto político e a baixa institucionalidade.

3.1 Paradigmas e Complexos: Construção de Uma Abordagem Multidimensional

Inicialmente, faz-se necessário resgatar brevemente conceitos expostos no capítulo anterior a fim de construir de forma mais clara o esforço analítico sob o qual se sustenta o presente capítulo. Conforme mostrado anteriormente, Cervo (2003) define uma análise paradigmática, de forma geral, enquanto um construto teórico extraído da observação empírica. Uma sumarização da realidade material em um construto inteligível e capaz de fornecer explicações. O autor resgata em três (3) pontos os conceitos necessários para uma análise paradigmática aplicada às Relações internacionais: (a) Cosmovisão — A existência de ideia de nação que uma unidade tem de si mesma e a respectiva maneira com que enxerga o mundo. Ou seja, a cosmovisão de uma unidade ou seus mandatários. (b) Interesses — Comportar interesses ou um conjunto deles, sendo eles de natureza política, econômica, securitária, cultural etc. (c) E

por fim ter Expressão Política — possui natureza e expressão na política (Cervo, 2003). Um paradigma em si, serve para análise das estruturas de um dado fenômeno internacional, não para análises conjunturais e engloba a relação do interno com o externo somado à gerência da informação para formular o cálculo estratégico e a tomada de decisão (Cervo, 2003).

Somado ao arcabouço de Cervo (2003), há de resgatar-se os conceitos de Destinos de um complexo e seus tipos de interação explicitados por Buzan & Waever (2003). Segundo os autores, um complexo regional de segurança pode seguir três distintos rumos: (a) Continuidade de suas estruturas, isto é, manutenção do status quo e da modo com que se dá a dinâmica dos estados; (b) alteração interna, quando ocorre modificação estrutural causada por fatores internos à região, como mudança de polaridade, integração ou diferentes padrões de amizade, etc. E por fim (c) alteração externa, ligado à expansão ou contração do bloco (Buzan & Waever, 2003). Esses “destinos” estão diretamente ligados aos tipos de CRS citados anteriormente. Conforme os autores, um complexo pode ser classificado também de acordo com as dinâmicas que ocorrem em seu interior. Essas dinâmicas então determinariam se um CRS seria do tipo de Formação de Conflitos, Regime de Segurança ou Comunidade de Segurança (Buzan & Waever, 2003). A conexão de tais conceitos com o processo de integração é bem clara na obra dos autores, conforme destrinchado mais especificamente nas páginas anteriores. Em suma, os tipos de CRS podem ser entendidos também pelo seu grau de coordenação entre as unidades, isto é, pela intensificação da integração. Dessa forma podemos ver que os autores admitem a integração como uma variável importante nos complexos regionais, mesmo que a integração regional em segurança não seja explicitamente o foco de seus escritos. Dessa forma, cabe o trabalho de tecer conexões que não estão claramente conectadas embora sejam correlatas.

Em vista ao exposto, cabe agora associar as ideias desenvolvidas pelos autores em um construto coeso capaz de fornecer explicações. Nesse sentido, utiliza-se o conceito de Limiar desenvolvido pelo filósofo Russo Mikhail Bakhtin (2018). Limiar é um dos cronotopos desenvolvidos no âmbito da teoria do romance um dos cronotopos de Bakhtin — conceitos que servem enquanto categorias de análise para uma análise linguística ou literária, são elementos de análise das partículas que constituem um enredo literário, sendo os demais Estrada, castelo, salão, cidadezinha, tempo biográfico. (Bakhtin, 2018). Aqui utiliza-se o conceito de limiar enquanto ferramenta ilustrativa do fator multidimensional que existe na associação significativa de ideias propostas nesta seção do trabalho. O limiar representa o encontro entre o espaço e o tempo da

narrativa. É onde a narrativa é reduzida a ação do agente, ou seja, quando a ação do personagem constitui-se enquanto o núcleo dramático da trama (Bakhtin, 2018). Segundo Martins & Esquia (in Salles, 2021) “Trata-se de uma abordagem de tempo não-linear. Na qual o passado é algo que ainda não se extinguiu e na qual ele é reconstruído na luz do presente em conformidade com as possibilidades contidas do devir”. Em outras palavras, é uma área cinzenta da narrativa onde a própria estrutura da história narrada é definida pelas ações do personagem. Isto é, a narrativa deixa de ser focado num encadeamento espaço-temporal e recai sobre a ação do personagem, que tem o papel central e move o enredo.

Esse conceito mostra-se vital para análise aqui construída. Ele ilustra a análise da integração. Afirma-se isso com base de que esse é um processo que está acima do tempo que se localiza e tem seu motor na decisão ou engajamento dos atores em dar cabo do processo de integração. Assim, a integração regional representa um Limiar — construto onde a estrutura e a ação dos sujeitos se misturam, onde as ações destes definem a narrativa em si. Nessa visão, a integração é um processo composto por sujeitos, e é sobre eles que recai a responsabilidade de mover a narrativa.

O Paradigma, produto de expressão política que abarca interesses, cosmovisão e noção de identidade própria, é a efetivação da ação dos atores frente ao limiar. Nesse sentido, definimos aqui o projeto de integração UNASUL enquanto um paradigma regional que muda a estrutura (complexo regional sul-americano) através da ação do sujeito (na formação da UNASUL e efetivação da integração). Assim, usa-se o conceito de Limiar enquanto um construto para erigir assim uma associação significativa de ideias da integração com a defesa encarnadas em uma abordagem multidimensional — focada na estrutura e na transformação dela pela agência das unidades — possibilitando assim levantamento explicativo do processo de integração através da “mediatização entre o presente e o futuro, a prospecção da multiplicidade de possibilidades contidas no devir divisada mediante o reconhecimento de padrões buscados no passado” (Esquia & Martins in Salles, 2021).

Dessa forma, considera-se que a integração regional representa um limiar visto que depende da ação dos sujeitos, não está escrita ou dada. O tipo de dinâmica que se dá no âmbito do CRS Sul-Americano, tanto como manutenção de um regime de segurança, quanto para efetivação da integração e comunidade de segurança ou até mesmo retorno à lógica de balanceamento, depende ativamente da ação dos Estados — os sujeitos do processo de integração.

3.2 As Bases da Integração na América do Sul e a Formação Da UNASUL

Nesta seção busca-se de forma concisa explicitar o histórico de integração na América do Sul e as bases sob as quais se assentou a criação da União das Nações Sul-Americanas. Desta forma, aqui faz-se uma descrição objetiva do surgimento da UNASUL e localizá-la em um contexto temporal, de forma a ser possível, posteriormente neste trabalho, analisar sua estrutura e impacto na Base Industrial de Defesa regional. Dessa forma, analise-se os incentivos estruturais à integração, notadamente os efeitos do receituário neoliberal nas economias da região e paralisação das iniciativas pautadas no aprofundamento comercial, e a conjuntura favorável, através da sumarização das reuniões multilaterais que levaram a criação do organismo UNASUL. Esse caminho metodológico inspira-se naquele usado por Rafael Ilha Pinto (2019) ao discorrer sobre a trajetória da União Das Nações Sul-Americanas em sua tese de doutorado. Dessa forma baseia-se tanto nos documentos originais — atas e comunicados das reuniões entre os chefes de Estado da América do Sul, quanto nas análises depreendidas pelo autor.

Conforme definido em seu tratado constitutivo, a UNASUL é uma instituição intergovernamental dotada de personalidade jurídica internacional fruto dos esforços dos países sul-americanos rumo a um maior nível de concertação regional a nível econômico, securitário, ambiental, entre outras pautas abordadas pela instituição (Brasil, 2017). Para além de uma instituição, a UNASUL representa um esforço de síntese dos diversos esforços de integração regional em torno de um único projeto político capaz de abarcar todas as nações da região (Brasil, 2017). Dessa forma, podemos afirmar que essa experiência integrativa é fruto de fatores históricos, estruturais e conjunturais, que se fizeram sentir no contexto de sua criação.

Segundo Pinto (2019) a UNASUL é fruto das experiências de integração regional as quais o subcontinente presenciou e dos valores contidos em tais iniciativas, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Como explicitado anteriormente (Buzan & Waeber, 2003), os esforços rumo a um processo mais robusto de integração nas regiões do mundo e na América do Sul, isto é, corpos multilaterais imbuídos de institucionalidade, datam a partir do final da guerra fria, dentre muitas causas, pelo incentivo sistêmico das novas ameaças securitárias e as necessidades de inserção internacional segura na nova ordem neoliberal. O caso sul-americano não foi diferente. Conforme destacado por Buzan &

Waeber (2003) e validado pelos estudos de Pinto (2019) acerca do processo de integração nos marcos da UNASUL-CDS, a globalização teve um papel efetivo em moldar as ações de sujeitos de modo a condicionar a necessidade de integração regional pois “a necessidade de fortalecer vínculos comerciais regionais pelas contingências econômicas históricas imprimidas aos países da região pelo multilateralismo que cria as condições necessárias à integração” (Pinto, 2019). As experiências de integração a partir da década de 1980 foram marcadas pelo que o autor definiu enquanto regionalismo comercial (Pinto, 2019). Esse tipo de integração foi marcada pela inspiração no modelo Europeu que desenvolve a partir da década de 1950, centrado na concepção de que o adensamento comercial levaria a transbordamentos positivos que acarretaria paulatinamente em um maior nível de integração em áreas correlatas, o que ao fim e ao cabo, levariam a supranacionalidade institucional. A partir dessa visão foram erigidos os processos do Mercosul e Comunidade Andina (Pinto, 2019). Entretanto, a instabilidade política regional e a competição por mercados globais levaram as iniciativas centradas no comércio a um ponto limite, impedindo avanços significativos na transferência de soberania nacional às instituições (Pinto, 2019). No contexto do fim da década de 1990 e início dos anos 2000, há o desgaste e estagnação desses modelos inspirados no neofuncionalismo europeu, e o resgate do papel do Estado como sujeito ativo na vida política, econômica e social (Pinto, 2019). Isso se deu principalmente pela vulnerabilidade das economias que adotaram abertamente a agenda liberalizante, fazendo com que elas ficassem mais vulneráveis às flutuações do mercado global. Nesse sentido, uma nova conjuntura política floresce na América do Sul, marcada por líderes nacionais que em diferentes graus, rejeitavam o receituário neoliberal então em voga. Esse fato tem vital importância visto o papel protagonista que o poder executivo dos países da região possuem quanto à matéria de política externa, poder esse encarnado na figura dos presidentes de Estado (Pinto, 2019). Nesse sentido a integração regional ganha nova forma, ainda com o engajamento comercial enquanto fator de primeira importância, porém, resgatando valores identitários sul-americanos que remetem ao período das emancipações, como ocorrido na Venezuela, Brasil e Argentina, principais polos regionais (Pinto, 2019). Nesse sentido, entender a posição brasileira é de vital importância para compreender a gênese da UNASUL e os novos esforços rumo à integração no século XX, tendo em vista que

A abertura de mercado indiscriminada, as políticas de austeridade draconianas, a política monetária e cambial e a crescente interdependência brasileira com os mercados mundiais levaram a economia do país a estar mais sujeita às flutuações e crises internacionais do período, em especial a crise dos mercados asiáticos que abalaram sobremaneira a

economia brasileira, ainda mais fortemente a economia argentina e em maior ou menor nível todas as economias da região. Em vista disso, [...] na procura por encontrar na região alternativas comerciais e de resolução dos impasses dos demais processos de integração na região, que tem origem a proposta de encontros presidenciais para construir soluções conjuntas para os impasses econômicos e também frear a ingerência de países estrangeiros na região.

Dessa forma, a vulnerabilidade da economia brasileira frente às mudanças econômicas no centro capitalista foram motor inicial para a primeira reunião dos líderes dos países da América do Sul. Essas reuniões representavam a necessidade da maior economia da região de “dinamizar o comércio regional com vistas ao fortalecimento dos países para negociar em melhores condições no plano internacional.” (Pinto, 2019). Ou seja, o Brasil agiu de forma a optar pela integração regional enquanto via para superar a crise econômica e melhorar as condições de sua inserção internacional. A opção brasileira pela integração regional sul-americana para além do Mercosul no período Fernando Henrique Cardoso também buscava compensar o peso da economia Argentina como destino de exportações brasileiro e o peso do comércio bilateral de forma geral, tendo em vista o desaquecimento da mesma no início dos anos 2000 e a paralisação do bloco platino (Pinto, 2019). Dessa forma o país optou por uma relação estratégica com a Venezuela que se materializa na criação da IIRSA. Posteriormente no período Kirchnerista, devido a recuperação da economia argentina, as relações com a Venezuela deixam de servir enquanto contrapeso regional a Buenos Aires e passa a constituir a base de uma relação tripartite que impulsiona a integração regional no subcontinente (Pinto, 2019).

A primeira reunião de chefes de Estado da América do Sul ocorrida em Brasília no ano de 2000 representou o protagonismo dos poderes executivos nacionais da região na orientação do processo de integração regional (Pinto, 2019). A reunião, orquestrada pelo Estado Brasileiro, tinha o objetivo de evitar a ingerência de Estados externos na região além de construir soluções e caminhos para a integração regional como forma de fortalecer as economias nacionais vulnerabilizadas pelo intenso processo de globalização (Pinto, 2000). Esse processo, no entanto, daria-se ainda pela via neofuncionalista de criação de acordos comerciais amplos na região. O Estado Venezuelano, capitaneado pelo então Presidente Hugo Chávez, entretanto, posicionou-se de forma diferente. Sob o ponto de vista do país caribenho, o fortalecimento econômico regional necessariamente passava por questões mais diversas, como processos políticos e sociais, não apenas a adesão e aprofundamento de acordos comerciais como, além disso, os próprios impasses exemplares de Mercosul e Comunidade Andina reforçavam sua posição (Pinto, 2019). Os frutos

da declaração giraram em torno do encontro de posições convergentes em diversos temas como Cooperação em tecnologia e informação, democracia, comércio, mas acima de tudo, da necessidade de maior adensamento na integração regional, inicialmente através da conexão física entre os países, dando origem ao que viria a ser a IIRSA — Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Pinto, 2019). Ademais, podemos destacar a securitização da democracia enquanto elemento essencial para região (Comunicado de Brasília, 2000). Quanto a esse ponto, destaca-se a assinatura em 2010 do protocolo adicional de respeito à democracia quanto ao requisito necessário para adesão e permanência no bloco (Brasil, 2017).

A importância da reunião reside em seu efeito de

construção de uma agenda de desenvolvimento comum, subsidiada pela integração infraestrutural física, energética e de telecomunicações. Além disso, já se dá um destaque relevante à manutenção das democracias regionais, isso em grande parte como consequência também das crises econômicas que, pouco a pouco vão se transformando em crises sociais e, porventura, em determinados casos institucionais” (PINTO, 2019, Pág.122).

A segunda Reunião de Chefes de Estado, ocorrida em Guayaquil no ano de 2002 refletia o aprofundamento dos pontos acordados entre as partes na reunião de Brasília (Pinto, 2019; Consenso de Guayaquil, 2002). Isto é, ressalta a necessidade de integração, de fazê-la em caráter não apenas comercial, o incentivo à continuidade da IIRSA e o interesse em coordenar as iniciativas da CAN e MERCOSUL em torno de único projeto (Consenso de Guayaquil, 2002). O ponto de interesse da reunião foi o reforço da noção da América do Sul enquanto zona de paz e o compromisso dos países da região em sua preservação, o que é interpretado enquanto uma maneira de blindar a região de quaisquer pretensões estadunidenses de envolvê-la na guerra ao terror (Pinto, 2019).

A terceira Reunião de Chefes de Estado, realizada em Ayacucho (2004) apresenta um ponto de inflexão no processo de integração regional. Na declaração de cusco (2004), há uma revisão mais intensa dos princípios liberalizantes da globalização e cristaliza a primazia da perspectiva política sobre o mecanismo comercial na condução do processo de integração regional (Pinto, 2019). Nela, há a clara adoção de valores que giram em torno de uma identidade compartilhada enquanto nações sul americanas, como visto no ponto 2 da declaração de Ayacucho, onde os chefes de Estado reconhecem a “cultura e história compartilhadas” além do compartilhamento de uma “continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração” e a reafirmação de valores de “liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela

independência de nossos povos” (Declaração de Ayacucho, 2004). Nesse sentido, em seu preâmbulo, a declaração também evoca figuras históricas conhecidas como libertadores da america hispanica (Declaração de Ayacucho, 2004). Ademais, ressaltam o suporte e incentivo ao adensamento das atividades da IIRSA (Declaração de Cusco, 2004). O ponto de maior relevância consiste na criação da Comunidade Sul-Americana de Nações — CASA — por iniciativa brasileira, órgão predecessor da UNASUL que encarnava os esforços de condensação das iniciativas de integração em torno de um corpo institucional único (Pinto, 2019; Declaração de Cusco, 2004). O aumento da intensidade retratado na reunião de Ayacucho, se deve principalmente à mudança de postura brasileira. A partir da posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a política externa brasileira muda sua postura em relação ao modo com o qual o processo de integração deveria ser conduzido, abandonando a postura ligada ao neofuncionalismo do governo anterior em favor de um projeto que abarcasse as esferas política, social e econômica. Nesse sentido, Pinto (2019) aponta que

Há uma clara intenção governamental em constituir um projeto integracionista, para além de questões comerciais e econômicas, mas que, de mesmo modo, parta da constituição de uma identidade regional com a clara intenção de transformar isso em um projeto político e de governo. Essa postura do presidente Lula em relação à integração regional vai ao encontro da reunião que se sucede e em consonância com o espírito identitário destacado anteriormente (Pinto, 2019; pág 216).

Dessa forma, percebemos a importância do Brasil enquanto articulador regional, tanto nos esforços iniciais de diálogo na região quanto na ativa conglomeração do projeto de integração regional em uma instituição que abarcava todos os 12 países do subcontinente americano. Para além desse fator, a importância da declaração de cusco consiste no fato de que ela deu um novo sentido ao que se entendia enquanto integração regional no subcontinente sul-americano, através do endosso a valores históricos identitários e ultrapassar as questões comerciais e estreitar um diálogo que reconheça valores sociais comuns (notadamente a democracia) e a necessidade de diminuição de assimetrias regionais e coesão entre as sociedades (Pinto, 2019).

A partir da Declaração de Cusco, as conferências entre os chefes de Estado da região se dão sob os auspícios da CASA. Em 2005 foram realizadas duas reuniões (uma em caráter extraordinário) que foram marcadas por agregarem as pautas consideradas de sucesso em matéria de integração (o caso da IIRSA e seus projetos de infraestrutura física) somados a novos temas como meio ambiente e mecanismos de justiça social (Pinto, 2019). Em 2006 acontece a Segunda

Reunião Ordinária de Chefes de Estado da CASA. Enquanto ponto principal, está a formulação do Plano de Ação da Comunidade Sul Americana (Pinto, 2019). Esse plano girava em torno de três pontos principais, sendo eles a integração econômica, comercial e financeira; o desenvolvimento de infraestrutura física, energética e de telecomunicações e a cooperação política, social e cultural. Pontos esses que viriam a ser as bases da UNASUL (Pinto, 2019).

Por fim, há a Segunda Reunião Extraordinária dos membros da Comunidade de Nações Sul-Americanas, ocorrida em 2007 na Venezuela. Nela dois pontos são importantes: o encontro de interesses de dois principais pólos do processo de integração — Caracas e Buenos Aires — e a transformação da Comunidade de Nações Sul-Americanas em União das Nações Sul-Americanas. O tema central da reunião foi a cooperação em matéria de energia, ponto no qual Pinto (2019) demonstra a convergência de interesses entre duas das tres maiores economias do continente. De acordo com o autor

A questão da integração energética já havia sido discutida nos fóruns IIRSA e em reuniões paralelas aos encontros presidenciais pelos seus ministros de energia. Entretanto, como grande produtora de hidrocarbonetos e pela ‘diplomacia do petróleo’ que o então governo Chávez vinha desenvolvendo à Venezuela, país sede do encontro, tinha grande interesse em construir acordos de cooperação nesse sentido. No entanto, a integração energética é também de grande interesse argentino, visto que se depara com o crescente esgotamento de suas reservas naturais, uma crise financeira e de pagamentos persistente e, essa circunstância, se torna um canal que possibilita a aproximação do chavismo e do kirchnerismo ascendente como nova força política na Argentina e para a região. É o início de uma parceria onde a Argentina fornece produtos e tecnologias agrícolas à Venezuela e esta, por sua vez, abastece a economia Argentina, em um período de bonança do preço do petróleo, fornecendo hidrocarbonetos, além de comprar parte de sua dívida e, posteriormente, dar suporte político em pleitos, moratória e renegociações internacionais (Pinto, 2019; pág 130).

Verificamos a existência de coordenação de interesses entre dois atores regionais importantes da região em torno de uma iniciativa brasileira. Esse ponto nos leva a duas considerações importantes: Os projetos de integração enquanto imbuídos de interesses diversos, convalidando uma das características necessárias de classificação de um paradigma de acordo com Cervo (2003) tornando essa aproximação teórica plausível e coesa; e a relevancia da polaridade na criação de uma comunidade de segurança dentro de um Complexo Regional de Segurança. Segundo Pinto (2019) o Projeto UNASUL nasce pelo incentivo, vontade e protagonismo dos executivos nacionais de Argentina, Brasil e Venezuela, o que ele definiu enquanto o “Triunvirato” da integração regional sul-americana. Isso é devido principalmente ao

tamanho de suas economias, sendo as três maiores da região, além da liderança ativa que exercem na América do Sul em processos de regionalização integrativos. Somado a isso tem-se as capacidades técnicas e tradição diplomática desses Estados (Pinto, 2019). Ainda de acordo com o autor, a manutenção da coordenação entre esses três pólos seria a base sob a qual se sustenta o projeto de integração aos moldes UNASUL, sendo sua disrupção posterior causada pela falta de sincronia entre os eixos Brasília — Caracas — Buenos Aires

É também durante o encontro que por sugestão do país-sede, muda-se o nome do projeto de integração sul-americano de para União das Nações Sul-Americanas, como forma de “destacar ainda mais um processo renovado de integração” que considera de mesma grandeza os objetivos políticos, sociais e econômicos (Pinto, 2019). Assim, a UNASUL sucede a CASA enquanto projeto de integração sul-americano, representando o adensamento e aprofundamento do nível institucional e de diálogo dos Estados da região.

Podemos notar que a realização das reuniões foi o processo inicial que aos poucos, sofrendo as mudanças da conjuntura, encarnadas na formação de novos governos críticos ao modelo neoliberal, e estrutura, notadamente o esgotamento de tal modelo, originaram a UNASUL, ou seja, conforme Pinto (2019), a “configuração político institucional no momento de sua formalização é consequência de um momento crítico específico da história política sul-americana, marcado fundamentalmente pela convergência de determinados matizes políticos comuns entre suas lideranças governamentais”.

Pinto (2019) retrata a União das Nações Sul-Americanas enquanto um espaço intergovernamental de coesão política entre as unidades sul-americanas, fruto da consonância em torno de um projeto de integração pelas 3 maiores potências do continente (Venezuela, Argentina e Brasil, este último com o papel de capitão do projeto UNASUL, visto o papel do executivo brasileiro na condução das negociações do projeto, poder este encarnado na figura do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva). Suas assunções fazem sentido ao considerarmos o plano institucional e, tal qual como fez, adotarmos um ponto de partida baseado no neoinstitucionalismo europeu e suas categorias de análise. Aqui, em consonância com sua análise porém para além do plano institucional, considera-se a UNASUL e o CDS em si enquanto um paradigma regional, isto é, um projeto de expressão política regional, que abarcou todas as unidades do subcontinente, capaz de estruturar ou direcionar as ações dos sujeitos rumo a um objetivo comum, sendo ele imbuído de valores compartilhados como o respeito mútuo à

soberania, preservação do regime democrático, anticolonialismo e autodeterminação sul-americana. Esses pontos, conforme exposto anteriormente, não foram concebidos desde sua criação, mas reflexo de interesses de players continentais importantes como Venezuela e Brasil. Somado a esses valores estão uma cosmovisão de sul-americano enquanto identidade compartilhada, noção que fica mais clara na encarnação dos libertadores da América. Isto é, uma identidade de irmandade e cooperação devido a uma mazela comum — ingerência externa europeia no início dos processos de colonização e posteriormente a ingerência dos EUA durante o período da guerra fria e a penetração desta potência na região andina por exemplo (Pinto, 2019; Buzan & Waeber, 2003). Isto é, o projeto de integração servia também enquanto veículo de valores comuns entre as unidades da região, como anticolonialismo, respeito à democracia e justiça social. E por fim, a UNASUL é um projeto político imbuído de diversos interesses. Conforme destaca Pinto (2019) a UNASUL pode ser interpretada enquanto a sincronização entre os três principais pólos de poder da América do Sul — Caracas, Buenos Aires e Brasília — em torno de um projeto comum de integração regional. Conforme demonstrado na reunião de Cusco 2007, há uma correlação de interesses e necessidades nas relações interestatais desses estados e a existência de interdependência regional entre eles como na questão energética e de meios de pagamento. Além disso, a criação de um projeto aos moldes da UNASUL, serviu aos propósitos iniciais de auxílio na inserção internacional brasileira frente à globalização no período pós-guerra fria, enquanto mecanismo de proteção e solapar as crises econômicas globais. Dessa forma, vemos que o projeto de integração moldado desde o início do novo milênio representava interesses nacionais desses três pólos relacionados a dinâmicas internas da região e sua utilidade frente à inserção internacional da região.

Assim podemos classificar a UNASUL não meramente enquanto espaço intergovernamental de coesão política regional — o que de fato está correto — contudo, o projeto UNASUL devido a tais características — Expressão política, agregador de interesses, portador de valores e cosmovisão compartilhada — extrapola o papel de uma instituição mas incorpora e encarna um paradigma de interação regional capaz de modificar a natureza das dinâmicas das interações entre as unidades do complexo regional de segurança da América do Sul e definir um curso regional rumo a construção de uma comunidade de segurança, processo similar ao ocorrido no subcomplexo do cone sul (Buzan & Waeber, 2003). Isso se dá, conforme visto (Pinto, 2019), não só pelo esgotamento do modelo neoliberal e da estagnação dos blocos comercialistas, mas

principalmente pela retomada das decisões estratégicas estatais e do papel do Estado enquanto sujeito promotor do desenvolvimento político, econômico e social tanto à nível doméstico quanto regional.

3.3 Projeto UNASUL Sob as Lentes de Uma Análise Multidimensional:

Nesta subseção, analisa-se a composição da UNASUL à luz de uma análise multidimensional definida no princípio deste capítulo. Isto é, aqui se encara a UNASUL para além da definição enquanto instituição internacional, mas sim como um paradigma de interação regional capaz de guiar ou influenciar a ação dos atores do complexo regional de segurança da América do Sul rumo a um objetivo compartilhado — a criação de uma comunidade de segurança. Faz-se isso com o fim de criar uma base analítica que permita o estudo do elemento segurança dentro deste projeto de integração regional, mais especificamente, a Base Industrial de Defesa. Para tanto é necessário pôr em curso uma análise dos instrumentos jurídicos da UNASUL que a definem e regulam seus meios de ação, além da esfera de valores da instituição, interesses e visão principalmente sobre o que diz respeito às concepções de segurança e por fim tecer um histórico com os pontos relevantes da trajetória da instituição. Com essas bases definidas, empreende-se uma análise multidimensional da UNASUL capaz de demonstrar sua aderência ao conceito de paradigma e a relevância explicativa dele; Os significados de seu surgimento e sua disrupção para o tipo e destino do CRS sul-americano.

3.3.1 Plano Institucional da União das Nações Sul-Americana

A União das Nações Sul-Americanas foi formalmente constituída com a elaboração do seu tratado constitutivo em Brasília, no dia 23 de maio de 2008 (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008). É formada inicialmente pelos órgãos : Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo; O Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; O Conselho de Delegadas e Delegados e a Secretaria Geral (Brasil, 2017). O preâmbulo do documento evoca a uma história compartilhada entre os povos dos países da região e de um destino histórico forjado pela luta dos libertadores da América (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008). É ressaltada a missão e convicção dos países participantes em não apenas integrar-se em “âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e de infraestrutura” mas também em construir uma cidadania e identidade sul-americana a partir dessa história e valores compartilhados (Tratado Constitutivo da União das Nações

Sul-Americanas, 2008). Nele, é definida a integração da América do Sul como uma etapa essencial e fase que compõe o processo de integração da América Latina (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008). Em relação aos objetivos desse processo, ainda no preâmbulo, fica definido que o desenvolvimento sustentável, bem-estar da população, superação da pobreza, exclusão e desigualdade social são objetivos que necessariamente passam pelo seio da integração regional dos membros (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 6). Para tanto, a UNASUL, meio pelo qual os Estados buscam esses propósitos, visa

construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados. (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 8).

Destaca-se nesse trecho, o que mais tarde repete-se dentro dos objetivos específicos da instituição, a integração em matéria de energia e o manutenção do Conselho Energético Sul-americano de Margarita (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008) que como vista em Pinto (2019) é um testemunho do encontro de interesses Argentinos e Venezuelanos, polos importantes para a região e motores do projeto de integração. Dentro da seara dos objetivos específicos, grifam-se ainda temas relevantes ao correlacionarmos com as abordagens e recortes deste *paper*. A proteção à biodiversidade e cooperação em matéria de climática e de meio ambiente citadas no Item G do tratado (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008), nos revelam a presença dos novos temas de segurança internacional na centralidade da integração regional. Apesar do tratado fazer uso da palavra segurança somente empregada no conceito de “segurança cidadã”, a securitização de alguns temas como a cooperação ambiental, a democracia, e o respeito à soberania estatal estão presentes no corpo do texto. Afirma-se isso tendo em vista que essas são questões encaradas como essenciais não somente ao processo de integração mas retratadas como essenciais à manutenção do status de paz regional e portanto, vistas enquanto temas que afetam a sobrevivência dos estados e portanto, constituem-se enquanto temas de securitizados pelos atores. O documento ainda descreve que a concretização dessas metas se daria dentro de uma estrutura institucional flexível, onde os Estados teriam o arbítrio de suspender a adesão a decisões

tomadas pela organização por tempo definido ou indefinido e declara um princípio de proporcionalidade de obrigações e responsabilidades, onde cada Estado assume os compromissos de acordo com a realidade particular (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008). Nesse sentido, o documento materializa esse conceito na descrição do que viria a ser a regra geral de composição do orçamento da Instituição:

O financiamento do orçamento ordinário de funcionamento da Secretaria Geral será realizado com base em cotas diferenciadas dos Estados-Membros a serem determinadas por Resolução do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, por proposta do Conselho de Delegadas e Delegados, levando em conta a capacidade econômica dos Estados-Membros, a responsabilidade comum e o princípio da equidade. (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 20)

Batista & Albuquerque (2017) em seus estudos acerca da instituição, compilaram um quadro com a alíquota orçamentária correspondente a cada país, prevista para os anos de 2016 a 2019 pela resolução UNASUR/CMRE N° 07/2015 conforme segue

Tabela 1: Comparativo histórico dos orçamentos anuais previstos para operação da Unasul, em percentuais dos contribuintes.

	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina	16%	16%	16,56%	12,52%	12,52%
Bolívia	0,8%	0,8%	1%	1,14%	1,14%
Brasil	39%	37,4%	38,95%	38,98%	38,98%
Colômbia	8%	8%	9,92%	11,10%	11,10%
Chile	7%	7%	7,2%	7,26%	7,26%
Equador	4%	4%	4%	3,72%	3,72%
Guiana	0,1%	0,1%	0,10%	0,11%	0,11%
Paraguai	1,6%	1,33%	1,24%	1,11%	1,11%
Peru	10%	8,34%	7,54%	7,26%	7,26%
Suriname	0,1%	0,1%	0,10%	0,12%	0,12%
Uruguai	1%	1%	1%	1,08%	1,08%
Venezuela	12,4%	12,4%	12,4%	11,6%	11,6%
Total %	100%	96,48% ⁹	91,6% ¹⁰	100%	100%
Total em Valores Absolutos (em USD)	8.198.335,00	9.830.375.00 ¹¹	11.872.517,00 ¹²	10.864.227,00	10.864.227,00 ¹³

fonte: Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da Unasul Apud Batista & Albuquerque (2017)

A partir da Tabela 1 é possível verificar a concretização do princípio da proporcionalidade na instituição. Ademais demonstra o peso orçamentário conferido ao Brasil, Argentina e Venezuela, respectivamente as três maiores economias da região. Esse fato corrobora o assumido por Pinto (2019) quanto ao papel desses três pólos de poder regional para efetivação do projeto UNASUL. Ademais, atesta a relevância da presença brasileira na região, fato que será resgatado posteriormente na justificativa do estudo de caso brasileiro exposto no terceiro capítulo deste trabalho. Em vistas a isso, faz-se necessário discutir acerca do modelo de tomada de decisão da organização. Conforme tratado constitutivo a adesão de novos membros, propostas de adoção de políticas e de criação de instituições, organizações ou programas comuns serão aprovadas apenas sob consenso (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008). Isto é, uma medida só pode ser adotada sob a circunstância de não haver votos contrários. De acordo com Batista & Albuquerque (2017), esse tipo de modelo permite com que todos os Estados participantes tenham o mesmo poder de voto, mesmo que com responsabilidades e recursos diferenciadas, como pode ser observado pelo quadro orçamentário previsto.

Relacionado ao modelo de decisões por consenso, está a interpretação da postura brasileira enquanto uma hegemonia de consenso e a UNASUL enquanto meio de efetivação dessa liderança regional (Guimarães, 2012). A hegemonia por consenso, é uma forma de compartilhamento da hegemonia regional, dividindo custos e vantagens da concertação regional e da institucionalização das relações entre os atores estatais. Ela confere ao principal polo do sistema a vantagem de liderar sem ser visto enquanto impositor de interesses e valores aos seus vizinhos (Guimarães, 2012). O Estado Brasileiro, segundo Guimarães (2012), utiliza-se da cooperação, e neste caso no modelo paradigmático da UNASUL, para exercer o papel de líder regional, de forma garantir seus interesses e o status quo do CRS sul-americano, tanto para benefício próprio quanto dos demais países da região evitando que o exercício desta liderança seja entendido como sub-imperialismo, uma preocupação comum aos diplomatas e militares brasileiros (Guimarães, 2012). Essa interpretação faz sentido com o modelo institucional da UNASUL de um espaço de concertação regional sem forte supranacionalidade ou transferência de soberania estatal dos estados a organização. A facultabilidade em acatar as decisões confere gera a noção de que o Brasil não procura exercer sua hegemonia regional de forma unilateral, mas busca compartilhamento desses custos e vantagens de expressão tanto políticas quanto econômicas (Guimarães, 2012).

Outro ponto de essencial importância para análise que se está levantando, é a declaração dos princípios basilares do processo de integração no modelo UNASUL, que consistem em

irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável; Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 7)

Além dos supracitados, o documento ainda cita dois itens encarados aqui enquanto portadores de carga subjetiva/valorativa. Primeiramente, o acesso universal à seguridade social e serviços de saúde, que constituem questões relativas a uma cosmovisão imbuída de valores políticos que não são homogêneos nos Estados Nacionais. Ademais, afirma ser imprescindível a vigência das estruturas democráticas e de respeito aos direitos humanos para consolidação do processo de integração regional e o logro de seus objetivos. Esses dois itens, somados ao objetivo de construção de uma identidade compartilhada nos revelam a instância subjetiva do processo. Isto é, a maneira com que os Estados enxergam a região e a posicionam frente ao sistema internacional, e a identidade compartilhada de resistência anticolonial a partir dela. A gravidade que conferem ao processo democrático, demonstra mais uma vez o caráter securitizado desse elemento pelos Estados-membros.

No que tange a esfera securitária e as relações da instituição com a Base Industrial de Defesa, o Tratado Constitutivo da Unasul (2008) aponta a cooperação em matéria de defesa na forma de intercâmbio de informações e experiências relativas a esse campo enquanto parte do escopo da organização. O documento ressalta dentre os objetivos da organização

A coordenação entre os organismos especializados dos Estados-Membros, levando em conta as normas internacionais, para fortalecer a luta contra o terrorismo, a corrupção, o problema mundial das drogas, o tráfico de pessoas, o tráfico de armas pequenas e leves, o crime organizado transnacional e outras armas, assim como para promover o desarmamento, a não proliferação de armas nucleares e de destruição em massa e a desminagem; (Tratado Constitutivo das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 10)

Isto é, percebemos a introdução da pauta securitária dentro do paradigma de integração da UNASUL inicialmente centrado em torno do estabelecimento de mecanismos de diálogo e, principalmente, sobre os novos temas de segurança, como descritos por Buzan & Waever, (2003). A luta contra o terrorismo, narcotráfico e crime organizado figuram dentro do quadro descrito

pelos autores enquanto ameaças de forte caráter regional (presente mais notadamente em espaços regionais) e incunbido das novas concepção de ameaças securitárias do pós-guerra fria (Buzan & Waever, 2003). Não há menções diretas a BID regional. Entretanto, nos pontos específicos dos objetivos da organização, citam-se pontos relativos à cooperação industrial como

- m) A integração industrial e produtiva, com especial atenção às pequenas e médias empresas, cooperativas, redes e outras formas de organização produtiva;
- n) A definição e implementação de políticas e projetos comuns ou complementares de pesquisa, inovação, transferência e produção tecnológica, com vistas a incrementar a capacidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento científico e tecnológico próprios (Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 9 — 10).
- u) A cooperação setorial como um mecanismo de aprofundamento da integração sul-americana, mediante o intercâmbio de informação, experiências e capacitação.(Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, 2008; pág 10).

Esses pontos podem ser entendidos como o gérmen de cooperação e diálogo para o que viriam a ser as iniciativas de integração em matéria de Base industrial de Defesa. Afirma-se isso com base na constatação de que os Estados-parte veem o intercâmbio tecnológico e cooperação industrial enquanto matérias importantes a serem alcançadas. A inserção das noções relativas a esses assuntos levanta as bases para a discussão de uma base industrial de Defesa na América do Sul. Ademais a admissão da possibilidade futura de cooperação setorial levanta os precedentes necessários ao que viria a ser a discussão da BID. Por fim, ressalta-se que os temas relativos à segurança e a Base Industrial de Defesa passaram a ser diretamente tratados pela UNASUL a partir da formalização do Conselho De Defesa Sul-Americano mais tarde no mesmo ano de 2008 no dia 16 de dezembro em reunião extra oficial dos Chefes e Chefas de Estado da organização na cidade de Salvador no Brasil (Brasil, 2008).

3.3.2 Histórico de Atuação da UNASUL

A história da UNASUL pode ser dividida em duas etapas de acordo com Batista & Albuquerque (2017) baseado na configuração do mosaico político regional. Ao pensarmos na UNASUL enquanto paradigma, isto é, projeto de expressão política, analisar sua história a partir da configuração política dos países da região tem potencial explicativo. A primeira é marcada de 2008 a 2013, com a preponderância de governos de centro-esquerda na região. A segunda tem duração de 2014 a 2016 marcada pela ascensão dos governos de centro-direita e o início de crises

no tecido institucional nos principais polos de integração regional (Venezuela, Brasil e Argentina). Entretanto, adiciona-se aqui uma terceira etapa marcada pela crise escancarada da organização com diversos membros denunciando seu tratado. Tecemos esta última com base nas considerações de Pinto (2019) acerca da crise em matéria de integração regional da UNASUL.

O primeiro período que se estende de 2008 a 2014 é marcado pela preponderância de governos de centro-esquerda nos países da região, e em especial, em Argentina, Brasil e Venezuela. Esse foi o período de formulação da instituição e seus órgãos como o Conselho de Defesa Sul-Americano, onde fixaram seus valores, propósitos e objetivos (Batista & Albuquerque, 2017). Nesse período, há três pontos a serem destacados: A atuação da UNASUL em relação a crise democrática paraguaia em 2012, a atuação do bloco como mediador de conflitos locais e a criação das missões de acompanhamento eleitoral. Fernando Lugo, então presidente paraguaio, foi deposto por um processo de *impeachment* no ano de 2012 devido a questões internas conturbadas (Batista & Albuquerque, 2017). A questão suscitou debate regional e esperava-se a articulação dos chefes de Estados dos países vizinhos via UNASUL. A resposta em um primeiro momento tardou, devido ao veto da Colômbia, que apesar de criticar a velocidade do processo de impeachment, não encarava enquanto um rompimento do tecido democrático. Mesmo com a falta de consenso no primeiro momento, em reunião extraordinária posterior, a UNASUL decide pela suspensão da República Paraguaia do bloco devido ao rompimento do compromisso com a democracia (Batista & Albuquerque, 2017). Apesar da discordância, a Colômbia agiu em conformidade com o Bloco e não barrou a suspensão paraguaia, mostrando a efetividade do mecanismo decisório de consenso em pressionar países de posição discordante em projetos de adesão majoritária (Batista & Albuquerque, 2017).

Ainda na seara da discussão democrática, a organização contava o Conselho Eleitoral da Unasul (CEU) (Batista & Albuquerque, 2017). O conselho atuou em diversos cenários de eleição regional, garantindo legitimidade aos processos de transição política e o rito democrático (Batista & Albuquerque, 2017). Ambas atuações descritas da UNASUL demonstram o compromisso da organização e de seus Estados-Membro com os valores e disposições do Tratado Constitutivo da Unasul, reforçando a ideia citada anteriormente da democracia enquanto objeto securitizado e a UNASUL enquanto ator securitizador.

No que tange a resolução de conflitos, a Unasul mostrou-se uma alternativa endógena e autônoma para resolução pacífica de conflitos sul-americanos (Batista & Albuquerque, 2017).

Cita-se como exemplo o caso da crise boliviana de 2008 e equatoriana de 2010. Os cenários se desenrolaram de modo que

A crise boliviana de 2008, por exemplo, confirmou a crescente autonomia dos países sul-americanos na resolução de seus conflitos. A crise começou quando os departamentos bolivianos mais ricos se insurgiram contra medidas do governo Evo Morales que modificavam a repartição dos impostos sobre petróleo e gás. Os líderes sul-americanos reuniram-se em Santiago do Chile para tratar do assunto e emitiram a Declaração de la Moneda, na qual manifestaram apoio ao colega boliviano, rechaçaram os atos violentos e advertiram que não reconheceriam um governo originado de um golpe de Estado ou ação separatista. Em 2010, a Unasul reagiu energicamente à tentativa golpista contra o governo de Rafael Correa, resultando na elaboração de uma cláusula democrática sob a forma de um Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da organização. (NERY, 2016, p. 72 APUD Batista & Albuquerque, 2017, pág. 15).

Nesse sentido, observamos a atuação exitosa da UNASUL enquanto paradigma de integração, em agregar os países da região em torno de valores e ações comuns como a preservação do processo democrático e o compromisso com a soberania dos Estados. Dessa forma, contribuindo para a estabilidade da política interna regional e da manutenção do processo de integração. A partir de 2014 a região presencia uma reorientação ideológica dos governos dos principais polos de integração regional, dando origem a uma nova etapa analítica da atuação da instituição.

A segunda fase da instituição, de 2014 a 2016, é entendida enquanto o processo de ascensão e concretização de governos de orientação de centro-direita em diversos países da região, em especial na Argentina em 2015 com a eleição de Mauricio Macri, e no Brasil em 2016 com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e posse do seu Vice-Presidente Michel Temer. Tendo em vista o protagonismo do poder executivo e das figuras presidenciais no processo de integração, essas mudanças em um primeiro momento não geraram alterações substanciais no processo de integração aos moldes da UNASUL, mas como veremos a posteriori, gerou as raízes para a crise desenhada no ano de 2019, isto é, o menor engajamento do poder executivo no processo de integração regional por parte da Argentina e do Brasil (este último mais claramente a partir da gestão Bolsonaro) se acentua e retroalimenta, levando ao abandono do projeto em 2019 e o isolamento da Venezuela. Segundo Batista e Albuquerque (2017) apesar das mudanças no mosaico ideológico regional, em um primeiro momento houve a continuidade e avanço do processo de integração regional a partir da UNASUL, segundo os autores

[...] nos primeiros anos de mosaico sul-americano de maioria de centro-direita, encontramos ampliação das missões de acompanhamento de eleições, continuidade de seu funcionamento como negociadora de crises na região e ampliação de suas propostas de integração regional, propondo políticas regionais de livre-circulação e dialogando com outras organizações sub-regionais. Nota-se, a partir disso, que a Unasul foi institucionalmente arquitetada, e isso inclui a cláusula da tomada de decisões por consenso, para que funcionasse como concerto político em um contexto de heterogeneidades, sejam quais forem as diferenças – não apenas no cenário de maioria de centro-esquerda, mas também em condições adversas, como encontrado nesse segundo período (2014-2016). (Batista & Albuquerque, 2017, pág 16).

Nesse período, há dois pontos relevantes que demonstram a capacidade da UNASUL enquanto instituição e paradigma de integração em se manter vigente. A presença da instituição nos acordos de paz entre o governo colombiano e as FARC e a expansão dos processos de acompanhamento eleitoral através do Conselho Eleitoral da Unasul (CEU), chegando inclusive a atuar em cenário extra-regional, no caso do convite da República Dominicana à instituição para acompanhamento das eleições de 2016 no país. Nesse sentido percebemos a atuação da UNASUL enquanto elemento agregador do Complexo Regional Sul-Americano e paradigma de contra-tendência à separação dos subcomplexos andinos e platino. Afirma-se isso com base na atuação relativa aos conflitos entre o governo colombiano e as FARC, que pode ser entendido enquanto meio de afastar a possibilidade de overlay de potências externas, notadamente os EUA. Em consonância com essa análise, cita-se também a atuação da instituição em relação à crise política Venezuelana em 2016, onde a instituição atuou no estabelecimento de um diálogo entre o governo e a oposição buscando solucionar a crise. A atuação da organização nesse sentido e também no de repelir a ingerência estrangeira na região, corroborando o papel de paradigma agregador dado a UNASUL, se deu

[...] através de incentivar o governo e a oposição para que cooperem, ao invés de uma ingerência internacional de assuntos que são soberanos aos venezuelanos. Coerente com isso, rechaçou o Decreto Executivo dos Estados Unidos, de 2015 e renovado em 2016, que considera a Venezuela uma ameaça incomum e extraordinária e possibilita sanções econômicas ao país. A organização afirma que tal decreto é uma afronta à soberania nacional venezuelana e “reitera o chamado que tem feito para o estabelecimento de um diálogo institucional na Venezuela que permita aos venezuelanos conciliarem e superarem suas diferenças sem nenhum tipo de intervenção nem pressão estrangeira” (Batista & Albuquerque, 2017, pág 17).

Somada a ação venezuelana, até o ano de 2016 a UNASUL manteve, enquanto paradigma e instituição, a função de incitar a concertação regional, com iniciativas como o projeto de livre circulação de pessoas no continente (Projeto de Cidadania Sul-Americana) sendo pautadas em

seu escopo (Batista & Albuquerque, 2017). Entretanto, essa configuração muda a partir do impeachment da então presidente Dilma Rousseff em 31 de Agosto de 2016, e como evento símbolo, tem-se a falha em chegar-se a um posicionamento comum, como ocorreu de forma exitosa em 2012 no caso paraguaio, devido ao veto do novo Presidente Argentino Mauricio Macri (Batista & Albuquerque, 2017). Dessa forma, percebemos que a crise interna no líder regional pelo que foi percebido enquanto corrosão da democracia, objeto até então securitizado pelos atores e instituição, somado a falha do mecanismo de tomada de decisão por consenso, nos mostra o início de uma crise no processo de integração sob o paradigma da UNASUL.

Por fim, tratamos do período de 2016 (a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff) até 2023, marcado pela acentuação da crise no âmbito institucional e no próprio projeto político representado pela UNASUL. Como observado na seção acerca da fundação da UNASUL, percebemos os pólos venezuelano, brasileiro e argentino enquanto o “triunvirato” da integração nos moldes da UNASUL. Isso se deve tanto ao seu papel ativo na criação do organismo e na manutenção da institucionalidade da integração quanto ao peso da diplomacia e economia desses três Estados. A manutenção da união desses atores em torno de um projeto comum foi elemento base para a sustentação desse projeto. De acordo com Pinto (2019) o

alinhamento político desses três países não foi só a condição de advento da UNASUL, como também, são os próprios pilares de sustentação, manutenção e desenvolvimento da unidade sul americana com o perfil estabelecido pela instituição. Deste modo, alterações substanciais nesta correlação de forças geopolíticas impactariam não só as relações regionais bilaterais, como também a própria UNASUL como instituição legítima de representação dos países sul americanos. (Pinto, 2019, pág. 214)

Tendo em vista o exposto e a UNASUL enquanto um órgão fundado sobre o protagonismo de seus chefes de estado, faz-se necessário analisar as mudanças domésticas desses países a fim de compreender os câmbios nos rumos do processo de integração. Dessa forma analisa-se o período de crise que se estende desde o impeachment brasileiro em 2016 a 2023 — a volta do Brasil a UNASUL — a partir de uma análise de mudanças domésticas dos três principais arquitetos do processo de integração.

Internamente, a partir já de 2014, o governo Rousseff já demonstrou um recuo visível da presença brasileira na região somado a diminuição substancial dos investimentos nos países vizinhos devido tanto a crise econômica que afetava o cenário brasileiro quanto a uma escolha política do gabinete da Presidente em vista das frágeis bases sobre as quais estava assentado seu

governo (Pinto, 2019). A partir da concretização do processo de afastamento da presidente em Agosto de 2016, assume em seu lugar o então vice-presidente Michel Temer (Pinto, 2019). O processo de impeachment em si foi responsável por uma grave crise nas instituições democráticas brasileiras e implantou uma agenda de governo expressamente oposta a do governo antecessor e tinha uma base parlamentar constituída pela antiga oposição ao governo Dilma. O governo Temer agrava ainda mais o afastamento brasileiro da cena regional e estreia um afastamento à Venezuela (Pinto, 2019). Este ponto é de vital importância, pois demonstra a disjunção entre os pólos Brasília e Caracas. Esse afastamento torna-se ainda mais substantivo com a posse do Presidente Jair Bolsonaro em 2019 (Pinto, 2019). O governo Bolsonaro foi marcado pelo alinhamento automático aos EUA, a rejeição do regionalismo, principalmente aos moldes da UNASUL encarado enquanto um produto ideológico do governo de seu antecessor Luis Inacio Lula da Silva (Pinto, 2019). Com isso em vista, no dia 15 de abril de 2019 o Brasil denuncia o tratado da Unasul e retira-se formalmente da instituição e posteriormente anuncia um novo organismo internacional de concerto, o “Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL) que contaria com uma estrutura mais flexível e leve (Pinto, 2019).

No que diz respeito ao cenário Argentino, as mudanças se iniciam ainda em 2015 com a eleição de Mauricio Macri à presidência da República. Ao contrário das gestões Kichneristas anteriores, o governo Macri não buscou dar continuidade ao processo de integração regional nos moldes da UNASUL e manter uma relação pendular de barganha com Brasil e Venezuela (Pinto, 2019). O novo governo argentino efetuou duas mudanças importantes em relação à política regional. A primeira delas diz respeito ao resgate do ideário neoliberal dos anos 1990, adequando o receituário do consenso de Washington à situação presente (Pinto, 2019). Essa mudança inicialmente interna é refletida posteriormente na condução da política externa regional. Isto é, o resgate dos velhos princípios comercialistas neoliberais da década de 1990 choca-se com uma instituição onde o papel do Estado é interpretado enquanto coordenador do desenvolvimento social e econômico, e também da integração política da região. Além disso, busca afastar-se das relações bilaterais construídas com a Venezuela durante a vigência da Unasul. Esse ponto, uma vez mais, mostra a disjunção entre os pólos, e nesse caso, da relação de interesse econômico mútuo mantido pelos países como descrito anteriormente no âmbito da reunião de Margarita (Pinto, 2019). Dessa forma, no dia 12 de abril de 2019 o presidente argentino anuncia a retirada

da Argentina da União das Nações Sul-Americanas (Pinto, 2019). Aqui, ressalta-se a nova relação entre os polos brasileiro e argentino, como destaca Pinto (2019)

O governo de Mauricio Macri encontrou em sua contra parte brasileira, eleito em 2018, um reforço substancial para uma mudança continental do perfil da integração regional. Uma mudança que passa fundamentalmente pela revisão e retorno de princípios neoliberais para políticas domésticas, mas também, com relação a política exterior desenvolvida por seus países. Essa nova configuração não só estabelece um retorno das políticas nacionais que privilegiavam o comércio como mecanismo de integração, deixando em um plano secundário a concertação política regional, como também, busca rejeitar de maneira categórica a institucionalização que se pressupunha encarnar esse formato de integração, a identificando sistemática e integralmente com seus fundadores e o que propunham para o contexto sul americano de relações regionais

Dessa forma, percebemos o retorno de governos orientados aos velhos princípios neoliberais da década de 1990 enquanto fator da desagregação do paradigma UNASUL. Afirma-se isso com base no fato de que isso atesta uma mudança na cosmovisão dos atores quanto o papel do Estado para com a integração. Ou seja, há um cambio na maneira com que os Estados percebem seu papel no processo de integração. O estado deixa de ser entendido por seus dirigentes enquanto ator de fomento à integração política, econômica e social dos países e passa a reservar-se ao papel de facilitador das dinâmicas comerciais. Dessa forma observa-se que a mudança argentina encontrou ecos no Brasil que juntos retornaram ao modelo comercialista neoliberal, rejeitando a continuidade da integração.

Por fim, cabe tratar do último pólo sul-americano. A configuração política venezuelana, ao contrário da Argentina e Brasil, resistiu a nova onda de governos de direita na região, mantendo os ideais chavistas a frente da Republica Bolivariana da Venezuela (Pinto, 2019). Esse fato por si só explica o afastamento dos demais polos regionais em relação ao país, que ainda se via interessado na integração aos moldes da UNASUL, portanto representando um projeto concorrente aos novos governos que visavam um modelo comercialista. Para compreender o cenário Venezuelano, faz-se necessário resgatar o peso mercado petrolífero para a economia nacional e para a viabilidade das vias de integração propostas pela Venezuela. A alta no preço do barril de petróleo que se mantém até 2008 confere maior relevância à atuação venezuelana internacionalmente e a permite constituir-se enquanto motor da integração e fonte de investimento regional devido à receita da exportação de petróleo (Pinto, 2019). Entretanto, com a baixa do preço do petróleo a partir de 2008, a crise nas relações com os EUA e aumento da sensibilidade do cenário político nacional com a mudança constitucional possibilitando a

manutenção do então presidente Hugo Chávez no poder, a UNASUL e a concertação regional passam a conferir papel importante na manutenção da legitimidade do Governo Venezuelano (Pinto, 2019). Os preços do petróleo voltam a aumentar a partir de 2010, garantindo maior alívio econômico ao país, entretanto a partir de 2014 o preço do barril cai novamente e mantém-se baixo, o que somado às sanções impostas ao país pelos EUA, mergulharam a economia venezuelana em um período de crise econômica e social, marcada pelo desabastecimento produtivo (Pinto, 2019). Em adição a esse cenário doméstico e internacional, o realinhamento de forças se faz sentir. O país passa a sofrer isolamento regional por diversos vizinhos, marcadamente Brasil e Argentina (Pinto, 2019). Em 2019 o isolamento regional ganha novos contornos para além das mudanças de postura nos países vizinhos. De acordo com Pinto (2019),

Com esse conjunto de novas lideranças eleitas para chefes de Estado entre os países da América do Sul um cerco se fecha em relação a Venezuela, ao bolivarianismo e ao chavismo encarnado por Nicolás Maduro. Todavia, Maduro vence as eleições presidenciais de 2019, automaticamente não é reconhecido como presidente pela oposição que indica, através da Assembleia Nacional controlada pela mesma, o deputado Juan Guaidó que preside a casa como presidente do país. Juan Guaidó é reconhecido como presidente venezuelano pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália e 18 países europeus e, na região, por Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Paraguai. Essa situação coloca a região em circunstâncias políticas totalmente extraordinárias e atípicas – mesmo para a política sul americana – onde, uma nação soberana tem sua liderança política indeterminada, contestada por uma parcela de antigos parceiros regionais, o que acaba por cindir politicamente a região, indo exatamente na direção contrária do projeto pretendido nos anos 2000 e representado especificamente na constituição da UNASUL.

O não-reconhecimento do governo Maduro pelos países da região demonstra o auge da ruptura entre os polos que outrora deram origem ao paradigma UNASUL. Essa situação apresentaria modificações apenas em 2023, com a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando o governo brasileiro decide reabrir a embaixada em Caracas e retomar as relações formais com o governo venezuelano.

Ressalta-se também que a falta de um paradigma capaz de abarcar todas as unidades da região em torno de objetivos e interesses comuns levou ao aumento da presença de potências extrarregionais no continente sul-americano, principalmente no que concerne ao isolamento do polo Venezuelano. A nível securitário, esse fato se manifesta com a aproximação Venezuelana à Rússia, tendo como ponto marcante a presença de quatro bombardeiros russos Tupolev-160 sobrevoando a América do Sul em 2023 e pousando no país caribenho (BBC, 2023). À nível econômico, vê-se a expansão da influência iraniana ao país, com o estabelecimento de uma

grande rede de supermercados na Venezuela que desempenha o papel de fornecedora de produtos de varejo em meio à crise de abastecimento do país (Singer, 2020).

Ainda no plano do Sistema Internacional, ao relacionarmos o momento histórico da mudança dos governos sul-americanos, percebemos que diversas lideranças ao redor do mundo passaram por uma perturbação da ordem vigente. A década de 2010 foi marcada pelo fim do governo Hu Jintao na China e Medvedev na Rússia, a tentativa de golpe no governo Erdogan e a primavera árabe no Oriente Médio. A turbulência do Período pode ser correlacionada à postura estadunidense e a Doutrina Wolfowitz. Esse termo designa a matriz de condução de política externa estadunidense elaborada pelo subsecretário de políticas de defesa do governo Bush, Paul Wolfowitz expressa no documento *Defense Planning Guidance* vazado em 1992 (Trizotto, 2018). A Doutrina esclarece a postura estadunidense no pós-guerra-fria no plano securitário e externo (Trizotto, 2018). Ela expressa a interpretação dos EUA enquanto centro unipolar do Sistema Internacional e guia a ação estatal de forma a dar continuidade a essa condição impedindo por todos os meios possíveis a formação de um novo pólo de poder no sistema (Wolfowitz, 1992). O documento ressalta o foco de ação nas regiões críticas a fim de evitar o surgimento de ameaças, sendo elas notadamente Europa, Leste Asiático, Oriente Médio e América Latina. (Wolfowitz, 1992). Além disso ressalta a necessidade de expansão do livre mercado e democracia liberal (Wolfowitz, 1992). Ao considerarmos (a) as mudanças bruscas ocorridas na década de 2010 nas regiões críticas descritas pelo *Defense Planning Guidance* — documento doutrinário que guiou durante o pós-guerra fria a ação do maior polo de poder militar e econômico mundial (b) com o fato de diversos governos caírem e terem dado lugar àqueles de orientação neoliberal, como foi o caso da América do Sul e (c) o caráter similar de muitos dos novos governos e (d) simultaneidade, é viável considerar a possibilidade da turbulência sistêmica ter relações com uma espécie de último suspiro da tentativa de manter a unipolaridade por parte dos EUA. Afirma-se isso considerando a mudança substancial que a efetivação da UNASUL e do CDS trariam para a inserção internacional da região. Vislumbrar a possibilidade de constituição de um novo pólo de poder na América do Sul não seria fantasioso. Dessa forma, por motivos de clareza acadêmica e honestidade intelectual, resgata-se o nível sistêmico como forma de abrir a possibilidade para explicações à nível do S.I para a crise em integração sul-americana.

A UNASUL passa por um hiato com a saída conjunta de diversos países a partir de 2018 e 2019 e o esvaziamento do bloco. A presidência da instituição e seu funcionamento institucional

foram indefinidamente pausados. É a partir dessa saída massiva de participantes da instituição que surge o PROSUL enquanto nova instituição para o conserto internacional. Em si, apesar de constituir-se enquanto mecanismo de diálogo regional, devido a sua baixa institucionalidade, falta de descrição de mecanismo de tomada de decisão, interesses e propósitos difusos, como podemos observar a partir não considera-se o PROSUL enquanto paradigma de integração, mas sim enquanto um vácuo de poder e concertação regional. Conforme Viégas & Rodrigues (2021) a instituição constitui-se enquanto um espaço de estrutura superficial e dispersa e não se representa de fato uma instituição de integração regional mas um fórum de diálogo. Além disso, a abstinência e a falta de ação concreta da organização ou dos países de forma individual tendo em vistas (ou em observância à) organização demonstra a incapacidade do Prosul em condicionar as ações das Unidades do Complexo Regional o que somado a seus interesses difusos e pouco concretos (necessidade para compreender-se um paradigma enquanto tal) nos permite classificá-la apenas enquanto um fórum sem maiores impactos para o destino do CRS sul-americano. Dessa forma, com o abandono da integração nos termos da UNASUL-CDS, a região passa por um vácuo quanto à concertação regional na esfera de defesa, deixando incerto os rumos das dinâmicas interestatais.

3.3.3 O Conselho De Defesa Sul-Americano e as Concepções Securitárias do Paradigma UNASUL

Nesta subseção busca-se tratar das concepções securitárias da UNASUL através do tratado constitutivo e regulamento do Conselho de Defesa Sul-Americano. Faz-se isso além de possibilitar a efetivação da análise a que se dispõe esse capítulo, também a fim de definir a relação do paradigma UNASUL com a Base Industrial de Defesa, de forma que possibilite levantar as correlações necessárias para tecermos a análise do capítulo 3 que se baseia em mensurar os impactos da integração regional na BID.

No dia 16 de Dezembro de 2008, no âmbito da União das Nações Sul-Americanas, foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano fruto de um grupo de trabalho da instituição (Brasil, 2008). O conselho foi idealizado como uma instância de coordenação e cooperação na área de defesa para as Nações Sul-Americanas, estando sob a coordenação dos Chefes e Chefas de Estado e Governo da UNASUL (Brasil, 2017). Isto é, o CDS constitui-se acima de tudo enquanto um mecanismo de concertação regional focada na criação de uma zona de paz,

identidade em matéria de segurança e integração à nível securitário (Brasil, 2017), portanto não baseia-se no modelo de aliança militar tradicional como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Vaz, Fucille & Rezende, 2017). É formado pelos ministros de defesa ou ocupante de cargo equivalente dos Estados-Membro e as delegações nacionais junto ao CDS são compostas por altos membros do Ministério da Defesa e de Relações Exteriores de seus membros (Brasil, 2017). Além disso, o conselho dispõe de instância executiva comandada por vice-ministros de defesa dos Estados e sua liderança exercida pelo mesmo país que ocupar a presidência Pro Tempore da UNASUL (Brasil, 2017).

Em sua carta de criação, o Conselho dispõe que seus princípios são marcados pelo respeito irrestrito à soberania estatal de seus membros, a não intervenção em assuntos internos, o respeito às instituições democráticas e do Estado de Direito e à autodeterminação dos povos, dentre outros elementos (Brasil, 2017). Enquanto pontos importantes para a investigação a que se destina este trabalho, cita-se enquanto princípios do CDS, a resolução pacífica de conflitos, defesa dos recursos ambientais regionais, criação de confiança e transparência na região através do diálogo entre os Estados, e, principalmente, formar uma cultura de paz na região (Brasil, 2017). Esses pontos se mostram de particular importância, visto que apontam para o objetivo, nas terminologias desenvolvidas por Buzan & Waever (2003), de uma comunidade de Segurança. Ainda com os conceitos expostos pelos autores em mente, podemos verificar a securitização dos novos temas de segurança, visto que está descrito enquanto princípio a defesa dos recursos ambientais e a concepção de democracia e manutenção dos direitos humanos enquanto condição essencial à segurança e perpetuação dos Estados, ao menos na forma de um Estado de Direito. Esta concepção fica mais clara ao analisarmos os objetivos gerais da instituição, onde consta “Consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos e como contribuição para a paz mundial” (Brasil, 2017). Dessa forma fica expressa a securitização da democracia enquanto meio para a criação de uma comunidade de Segurança no Complexo Regional Sul-Americano. Ademais fica expresso que, para tal objetivo ser alcançado e em conformidade com a UNASUL, o consenso seria o caminho adotado para tomada de decisão e para criação de uma identidade comum em segurança (Brasil, 2017). À nível dos objetivos específicos, o de singular importância para este trabalho reside no ponto f) que descreve “Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa” (Brasil, 2017). Dessa forma fica expresso claramente o intuito do CDS em integrar a

Base Industrial de Defesa regional, o que nos permite atestar que a constituição de uma BID regional é um dos elementos que compõem a agenda de segurança do paradigma UNASUL, portanto, a securitização da BID sustenta a verificação de alterações na mesma por parte do processo de integração.

Durante seu período de atividade o CDS teve de lidar com a polissemia securitária na região e as diferentes concentrações de capacidades dos Estados (Vaz, Fucille & Rezende, 2017). Isto é, o conselho, de forma a lograr seu objetivo de constituir uma identidade comum em defesa na América do Sul, teve de lidar com as diferentes concepções de segurança dos países da região e a diferença de capacidades militares, económicas e diplomáticas entre os países (Vaz, Fucille & Rezende, 2017). A diferença quanto às questões de segurança leva o CDS a ter dificuldade em formular pontos conjuntos para atuação internacional conjunta entre os países da região (Vaz, Fucille & Rezende, 2017).

A instância executiva do organismo é a responsável pela formulação a cada 6 meses em reunião ordinária de um Plano de Ação anual em observância aos objetivos mencionados, girando em torno dos eixos temáticos da instituição (Brasil, 2017). Dentre os planos formulados no âmbito da organização, destacam-se os Planos de ação de 2012 e 2013, de maior relevância para a Base Industrial de Defesa — terceiro eixo temático. Enquanto o plano de 2012 destaca o comprometimento do CDS para com a integração no âmbito da indústria de Defesa e o objetivo de desenvolver tecnologias próprias para a região, o do ano seguinte concretiza essas expectativas (Silva, 2015). Por iniciativa brasileira há “aprovação da criação de um grupo de especialistas, ao qual caberá a elaboração de um projeto de fabricação de um sistema de veículos aéreos não tripulados” (Ministério da Defesa, 2013 APUD Silva, 2015). A perspectiva brasileira parte da noção de que a integração das bases industriais de defesa da América do Sul constituem um passo necessário à criação de uma comunidade de segurança regional e que o CDS enquanto instância articuladora garantiria a não intervenção de potências externas nesse processo (Estratégia Nacional de Defesa, 2008).

Nesse sentido, temos o primeiro passo concreto na efetivação da integração das Redes industriais de defesa nacionais do Subcontinente. O projeto, que mais tarde viria a se chamar de UNASUR I, consistia na fabricação de uma Aeronave de Treinamento Básico a nível totalmente regional tendo em vista a obsolescência crescente das Forças Aéreas regionais (Silva, 2018). O projeto foi liderado produtivamente pela Argentina e contava com apoio direto do Chile, Brasil,

Venezuela, Peru e Equador (Silva, 2018). O projeto, devido à falta de coordenação dos países a nível produtivo — Como o caso boliviano e equatoriano que decidiram unilateralmente começar o desenvolvimento nacional de suas próprias aeronaves de treinamento -, de investimentos e de demanda, acabou por ser encerrado em 2016 antes da efetivação de sua produção (Silva, 2018). Além disso, a crise financeira pós-2014 afetou a capacidade regional de financiamento do projeto. Outra iniciativa brasileira aprovada no Plano de ação de 2013 é a criação de um fórum “com o intuito de estabelecer mecanismos e normas especiais para compras e desenvolvimento de produtos e sistemas militares na região” (Silva, 2015). Assim institui-se a discussão para criação de um regime de aquisição preferencial de material militar dentre os países da UNASUL-CDS. Esse ponto é de particular importância pois tece a relação necessária para análise do capítulo posterior quanto às aquisições no âmbito regional. Isto é, o fato do mecanismo de aquisição constituir-se enquanto fator importante para a integração da BID regional já fornece razão suficiente para análise dos impactos da integração na Base Industrial de Defesa sul-americana através do mecanismo de Aquisições. Além disso, a concentração e clarificação da demanda regional age de forma a gerar escala e abre a possibilidade de interoperabilidade entre as forças armadas regionais.

A partir de 2015 o CDS começa a entrar em um período de crise, junto a UNASUL como um todo (Vaz, Fucille & Rezende, 2017). A crise econômica que atinge a região leva a diminuição orçamentária destinada à área de defesa de forma geral nos países da região, o que somado às mudanças no mosaico ideológico regional levaram também a uma menor iniciativa interna dos Estados de investirem em processos de integração, em especial o Brasil, enquanto potência regional e tradicional fonte de investimentos locais (Vaz, Fucille & Rezende, 2017).

3.3.4 Efetivação de Uma Análise Multidimensional do Paradigma UNASUL

Tendo em vista a longa exposição acerca das bases, atuação e concepções securitárias da União das Nações Sul-Americanas, faz-se possível empreender a análise multidimensional descrita no princípio deste capítulo. Para tanto, resgato brevemente a concepção da UNASUL enquanto paradigma que guia o processo de integração regional. Após, aponto o paradigma enquanto meio de expressão política através do qual os Estados em um Complexo Regional de Segurança logram efetivar mudanças na estrutura regional securitária. Por fim aponto a relação do paradigma UNASUL com os destinos e tipos de CRS definidos por Buzan & Waever (2003)

através dos dois níveis de análise (unitário e regional). Em um segundo momento levanta-se aqui a relevância explicativa de entender-se a UNASUL enquanto um paradigma e agregar os dois níveis de análise.

Em primeiro lugar, há de resgatar a ideia da União das Nações Sul-Americanas enquanto um paradigma nos termos de Cervo (2003). Conforme explicitado anteriormente, a UNASUL possui as qualidades necessárias para o seu enquadramento enquanto um paradigma: É um produto de expressão política que abarca interesses, cosmovisão e noção de identidade própria. Aqui, utiliza-se o construto de paradigma não como um projeto político que guia a ação da política externa das unidades em um sistema, como foi originalmente pensado por Cervo (2003), mas sim para caracterizar um projeto político compartilhado pelos países da região que em si constituía-se enquanto capaz de influenciar a ação dos mesmos na região em que estão inseridos. Dessa forma conceituamos a UNASUL enquanto um projeto de expressão política regional, que englobou todos os países da América do Sul, sendo capaz de estruturar as ações dos atores em função de um objetivo comum, construir uma Comunidade de Segurança. Enquanto um paradigma, a UNASUL é imbuída de valores comuns, como citado anteriormente, a preservação da democracia na região, a luta anticolonial e o direito a autodeterminação. Esses pontos, são fruto dos interesses de polos continentais, notadamente Venezuela e Brasil. Em conjunto a esses valores está uma cosmovisão, uma identidade compartilhada de irmandade de Sul-Americana originada a partir de uma mazela comum — ingerência externa. E o último ponto necessário, a UNASUL é um projeto político imbuído de diversos interesses como expresso em sua carta constitutiva. Dentre eles a preservação da democracia, o desenvolvimento autônomo regional e a conservação conjunta para inserção regional no sistema internacional (Tratado Constitutivo das Nações Sul-Americanas, 2008).

Nesse ponto, resgata-se os conceitos de Buzan & Waever (2003) quanto os Complexos Regionais de Segurança. De acordo com a teoria dos CRS, há três distintos rumos para um complexo: Continuidade de suas estruturas, alteração interna, e alteração externa, sendo esses “destinos” associados aos tipos de CRS existentes: Formação de Conflitos, Regime de Segurança ou Comunidade de Segurança (Buzan & Waever, 2003). Com esse aparato conceitual em mente e em comunhão com o que foi exposto no capítulo, podemos concluir que a UNASUL é um paradigma regional que, em comparação com o cenário anterior a sua criação, alterou os padrões interação entre os Estados (amizade e inimizade nas palavras de Buzan & Waever, 2003) de

modo a gerar uma alteração interna através da articulação entre os três pólos regionais e do movimento de integração entre as unidades a partir da dinâmica constituída entre esses polos, com vistas a mudar o tipo de CRS sul-americano para uma Comunidade de Segurança integrada dotando a região de inexpugnabilidade e das condições necessárias para efetivação de uma produção de escala de material de defesa, com vistas a alterar substancialmente a inserção internacional da América do Sul. Ademais, agiu de forma a agregar ambos subcomplexos dentro da estrutura maior do complexo regional, procurando evitar a ingerência interna e o overlay estadunidense no subcomplexo andino. O que foi de fato bem sucedido, como nos mostra o exemplo supracitado da presença nas negociações com a FARC e o incentivo ao diálogo inter regional para solução de controvérsias. Entretanto com a crise da UNASUL enquanto paradigma em 2019 tem-se a paralisação desse processo e um vácuo de articulação regional encarnado pela caveira institucional do PROSUL, que por si não representa um projeto com interesses claros. Assim percebemos o paradigma UNASUL enquanto dotado de dois níveis. O Estrutural — corresponde ao Complexo Regional de Segurança — e o nível dos agentes — Ação das unidades estatais dentro do CRS. Aqui utiliza-se do conceito de paradigma enquanto uma via de expressão política pela qual os Estados são capazes de agir sobre as estruturas do Complexo Regional de Segurança, transformando-o em tipo com vistas a um objetivo compartilhado.

Ao definirmos a UNASUL enquanto paradigma e sua capacidade de influenciar a ação das unidades em um padrão específico de amizade / inimizade e possuir um conjunto de interesses imbuídos em si pelos Estados, podemos concluir que é possível tecer uma relação entre a Base Industrial de Defesa e a integração. Afirma-se isso tendo em vista a noção de securitização da instituição e de seus Estados-Membros em relação a BID regional. Isto é, a constituição de uma base industrial regional integrada é vista como parte insolúvel do processo de integração em defesa e do caminho para concretizar os objetivos gerais da organização. Além disso, a existência de projetos de cooperação produtiva e o objetivo de criar um regime especial de aquisições (Silva, 2015) reforça a noção da Base Industrial enquanto objeto securitizado pelos agentes regionais.

Encarar a UNASUL enquanto paradigma e agregar os níveis de análise estrutural e unitário nos permite atribuir um maior grau de refinamento analítico ao entendimento da crise deste processo, do que pela via institucional apenas. A mudança de cosmovisão dos atores, de suas percepções de interesses e de alinhamento entre os principais polos da região causaram uma

crise do processo de integração que não é totalmente explicada pela simples mudança de governos na região, como podemos ver no período que se estende de 2014 a 2016, onde existe a vigência de governos ideologicamente opostos aos que formularam a UNASUL no final da década de 2000 e ainda sim a instituição manteve suas atividades e a região teve avanços como verificado por Batista & Albuquerque (2017). O conceito de paradigma nos permite explicar a crise pela mudança no conteúdo valorativo dos atores, sua cosmovisão e a percepção do papel das unidades. Isto é, o resgate das premissas neoliberais a partir de 2015, gera um realocamento do papel do estado para com a integração. O Estado deixa de ser entendido como agente de fomento à integração política, econômica e social dos países e passa a limitar-se ao papel de facilitador das dinâmicas comerciais. A mudança na maneira com que o estado vê seu papel é o que gera o abandono do paradigma Unasul visto que a cosmovisão dos atores mudou. Além disso, a percepção de interesses pelas unidades (que em grande medida está associada a noção de auto identificação do papel do Estado) também sofreu alterações, com o alinhamento brasileiro aos EUA servindo de exemplo. O desenvolvimento autônomo regional deixa de ser um interesse prioritário a dois dos principais polos regionais (Buenos Aires e Brasília) e é substituído pelo alinhamento a potências externas enquanto mecanismo de inserção internacional. Ressalta-se que a crise desenha-se claramente somente a partir do aprofundamento da distância brasileira da região, fenômeno ocorrido desde os últimos anos da gestão Rousseff e da radicalização dos preceitos neoliberais na região com a rearticulação dos pólos (e sua ação conjunta) Buenos Aires-Brasília.

O resgate dos princípios comercialistas neoliberais da década de 1990 entra em colisão com uma instituição onde o papel do Estado é interpretado enquanto coordenador do desenvolvimento social e econômico, e também da integração política da região. Nesse sentido, a maneira com que os novos governos enxergavam o Estado e o grau de securitização para com a democracia foram fatores que não eram refletidos no paradigma da UNASUL. Isto é, houve uma mudança na cosmovisão dos atores e portanto do processo de integração, portanto causando uma mudança no paradigma de integração. A percepção do papel do Estado pelos principais pólos da integração regional é elemento central em um paradigma, visto que é a partir da noção de auto identificação que um ator identifica seus interesses. Assim, verificamos que a retomada de princípios neoliberais e a degradação do papel do Estado constitui-se enquanto uma camada explicativa que a utilização da análise multidimensional pode agregar.

4 EFEITOS DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO NOS MOLDES UNASUL-CDS SOBRE A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NA REGIÃO : O CASO BRASILEIRO

O presente capítulo busca averiguar a relação do processo de integração regional nos moldes UNASUL-CDS sobre a Base Industrial de Defesa à nível unitário, construindo um estudo de caso brasileiro. Dessa forma, utiliza-se dados referentes à exportação de material militar pelo Estado, com objetivo de verificar a participação dos países sul-americanos na composição da demanda da BID nacional e qualificar seu papel. Os dados são provenientes da plataforma SIPRI —stockholm international peace research institute— que consiste em um “instituto internacional independente dedicado à investigação sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento” (SIPRI, 2024). O instituto oferece uma base de dados relacionados à esfera da defesa internacional e é um dos Think Tanks mais respeitados do mundo (SIPRI, 2024).

O caminho percorrido estrutura-se de forma a abordamos inicialmente (a) uma compreensão do papel do Estado para com a Base Industrial de Defesa Nacional, através de uma análise acerca dos mecanismos de aquisição do Estado via suas políticas públicas de obtenção de material militar, com destaque para a atuação do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), assim buscando aferir a postura do Estado e seu planejamento para a BID. (b) Traçar um panorama de compra e vendas referentes a artigos militares do Estado Brasileiro e relação com os países da América do Sul. Além disso, discorre-se acerca de elementos conceituais pertinentes à indústria de defesa como forma de construir uma relação clara entre os processos de integração e a viabilização de uma Base Industrial de Defesa Sul-Americana. Justifica-se a escolha do Brasil como objeto de estudo devido ao seu papel enquanto maior fonte de investimentos e tecnologia para os projetos de integração da região (Teixeira, 2013). Além disso, o país desempenha papel central no mercado de equipamentos de defesa regional, sendo o principal pólo político e produtivo (Melo, 2015). Considerando esse peso, parte-se da premissa de que uma alteração substancial na realidade brasileira tem impactos regionais gerais. Além disso, ao recorrermos ao plano político, vemos o Brasil como principal articulador da UNASUL (Pinto, 2019). A hipótese, mais tarde confirmada neste capítulo, é de que existe um ciclo de expansão da Base Industrial de Defesa Brasileira que desenha-se desde os anos 2000. A participação do mercado sul-americano compôs a maior parte da demanda nacional externa durante o período UNASUL e houve atuação estatal intencional em expandi-la e modernizá-la em consonância com os objetivos da UNASUL.

Dessa forma, devido a relevância brasileira no plano político e econômico, desdobra-se uma análise acerca da postura do Estado com a BID no nível doméstico, o panorama da BID no país e a análise das aquisições e vendas de material militar na região.

4.1 A Visão da Base Industrial De Defesa pelo Estado Brasileiro

Em vistas à analisarmos a postura do Estado Brasileiro frente a Base Industrial de Defesa em âmbito doméstico e expor em seguida um panorama da BID, é necessário, inicialmente, debruçar-se sobre os documentos doutrinários brasileiros. Dessa forma, descreve-se o Plano Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Nestes documentos busca-se averiguar dois pontos de análise: O papel da região e a Base Industrial de Defesa. No corpo desses documentos, o papel da BID na política de segurança nacional está mais definido, e portanto considerados como de maior relevância. Em seguida, faz-se traçar os mecanismos burocrático-institucionais do Estado que buscam influenciar os rumos da BID. Optou-se pela análise de três políticas públicas de segurança. a fim de aclarar as tendências do perfil, estado da BID e suas mudanças em curso, sendo elas Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED) e os Projetos Estratégicos (PE) das Forças Armadas. Especificamente, delineou-se a conduta do Estado a partir desses documentos ao redor de duas categorias de análise: Concepções e relações com a BID e o papel atribuído à integração regional sob a perspectiva da defesa nacional.

Compreender o Estado é essencial para compreendermos a Base Industrial de Defesa Nacional. Isso se deve a dois principais motivos: (a) o papel de “principal cliente, regulador político-econômico, orientador das decisões estratégicas das empresas e promotor de exportações e de parcerias estratégicas” que é reservado a ele (Melo, 2015) e o fato do (b) segmento de defesa “requerer política, economia e estratégia de Estado” (Brasil, 2020). Nesse sentido, o Estado busca garantir a previsibilidade, regularidade de pagamentos e o esforço empreendido pelas empresas através do investimento na BID (Melo, 2015). Com isso em mente, segue-se a análise dos documentos doutrinários nacionais e sua relação com a Indústria de Defesa.

4.1.1 A Base Industrial de Defesa nos Documentos Doutrinários Brasileiros

O II Plano Nacional de Defesa (PND), lançado em 2005, é emblemático ao analisarmos a postura do Estado para com a BID. Isso se deve particularmente a dois fatores: afirma a

necessidade de reaparelhamento das forças armadas e representa a retomada da atuação estatal em vistas a expandir a Base Industrial de Defesa Nacional (Giesteira & Souza, 2022). Nele está expresso uma noção mais abrangente de segurança e defesa nacional que as define enquanto condição necessária para o desenvolvimento econômico brasileiro (Brasil, 2005). Além disso, associa a inserção internacional brasileira a novas ameaças securitárias, relacionando uma política de defesa robusta com uma política externa assertiva (Brasil, 2005). Melo (2015) aprofunda essa relação ao ressaltar que as políticas externa e de defesa são indissociáveis. Isto porque enquanto a defesa tem um papel importante na segurança contra ameaças externas (objeto claro no PND) a Política externa age de forma a proporcionar a segurança pela via diplomática. Essa relação foi chamada de Grande Estratégia pelo ex-ministro de defesa e relações exteriores Celso Amorim (Melo, 2015). A PND postula também a necessidade de autonomia à nível tecnológico e o incentivo ao desenvolvimento da indústria de defesa doméstica (Giesteira & Souza, 2022) O documento é atualizado nos anos de 2013 e 2020, e percebe-se a intensa preocupação brasileira com a defesa de duas áreas estratégicas: a região amazônica e a área marítima onde fica localizado a camada Pré-Sal (Brasil, 2013). Dessa forma fica claro que nova política de segurança estaria guiando o planejamento estratégico nacional para dotar o país das capacidades necessárias de defesa dessas duas frentes consideradas necessárias a inserção virtuosa do país no sistema internacional e também indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Assim percebe-se o que seria o amálgama das velhas preocupações securitárias junto à nova agenda, de forma que a preocupação com a integridade territorial e segurança energética se misturam com a preservação ambiental e a inserção no mundo globalizado pós-ordem bipolar. Por fim, o documento faz menção ao papel da América do Sul e da integração regional para a defesa nacional tanto em sua versão original quanto a de 2013. Segundo o PND (2013) a América do Sul constitui o entorno estratégico brasileiro junto ao Atlântico Sul, Caribe e África Ocidental. A política define a integração enquanto um dos objetivos da defesa nacional a fim de constituir não apenas uma área de paz, mas como via de alcançar a justiça social e o desenvolvimento econômico (Brasil, 2005; Brasil 2013).

A Estratégia Nacional de Defesa mostra-se como ponto maior de articulação entre desenvolvimento e defesa nacional (Giesteira & Souza, 2022). Lançada em 2008 e atualizada a cada quatro anos desde então (Brasil 2020), a END herda a noção do PND de necessidade de reequipamento das forças armadas com base na indústria doméstica e no desenvolvimento

tecnológico nacional (Brasil, 2020). Isso se dá a partir da concepção de que a defesa nacional depende das capacidades instaladas, estando claro que o desenvolvimento é indissociável da defesa nacional (Brasil, 2020). Nesse sentido, o plano aponta a ação estatal como responsável pela clarificação da demanda, gerando consistência, além de promover incentivo fiscal para empresas de defesa e para exportação (Brasil, 2020). Ainda em relação a BID, o documento define que a expansão e desenvolvimento da indústria depende da ação sinérgica de três bases : O Estado, a indústria e meio acadêmico. Através da coordenação desses três planos o país seria capaz de atingir grau elevado de independência produtiva e tecnológica (Brasil, 2020).

Novamente, assim como no PND (2020), o documento ressalta a amazônia e o atlântico sul como áreas estratégicas para defesa nacional, entretanto, de forma mais aprofundada, fundamentando essa concepção a partir da percepção de perigo vindo de potências estrangeiras capazes de lançar mão de ingerência na região a fim de aproveitar os recursos minerais e biológicos da amazônia e as reservas de gás e petróleo do atlântico sul (Brasil, 2020). Nesse sentido, o documento ainda interliga a capacidade de defesa da região amazônica e do atlântico sul com a integração regional, além do papel da primeira para a integração sul -americana (Brasil, 2020). A região amazônica representa a conexão física do Brasil com a maioria de seus vizinhos, sua manutenção é imperiosa ao processo de integração. No que diz respeito a capacidade de defesa dessas frente estratégicas, o END, ressalta que

A integração regional contribui para a defesa do Brasil, fomenta a confiança e transparência entre as Forças Armadas dos países da região, e pode contribuir para o desenvolvimento das bases industriais de defesa dos países de maneira colaborativa, de modo a proporcionar um desenvolvimento mútuo das capacidades tecnológicas. O fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul. O Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul® e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países limítrofes do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas. [...] A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as

comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos. O País deve dispor de meios capazes de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território; e do seu espaço aéreo, aí incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicação marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul, buscando mantê-lo como zona de paz e cooperação. (Brasil, 2020, pág 33 — 35).

Dessa forma, verificamos que a integração é expressa para além da necessidade de manutenção da paz nas fronteiras brasileiras, e é concebida enquanto um passo na visão estratégica nacional brasileira rumo ao fortalecimento de uma base industrial de defesa autônoma e tecnológica com a defesa da integridade e recursos estatais. Assim, verifica-se o fortalecimento da BID nacional como passo essencial para manutenção da soberania nacional sobre os recursos do território brasileiro, fator que necessariamente passa pela necessidade de integrar a fim de proteger. Assim vemos um retângulo de necessidades que são correlatas: Defesa, Integração, Soberania e Desenvolvimento.

Nesse sentido, a integração regional tem papel fundamental, pois ao agir de forma a desenvolver a BID nacional, garante as capacidades de defesa necessárias ao Estado para com as regiões estratégicas sensíveis. Assim, para além de representar demanda e fornecimento, a cooperação produtiva regional age de forma a fomentar as capacidades do Estado, e assegurar a não ingerência na região pela criação de confiança mútua advinda do engajamento produtivo (Brasil, 2020). Esse ponto é particularmente refletido na instância da política externa nacional ao lançar-se olhar sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano, que reflete a não ingerência, cooperação, coordenação e engajamento produtivo como finalidade para desenvolver a região e criar uma identidade regional em matéria de segurança (Brasil, 2017).

Somado a isso, há a ideia de resgate da postura ativa do Estado na estratégia de segurança nacional e no fomento a BID, o que configura ponto congruente com os objetivos do CDS. É perceptível o CDS como expressão externa dos interesses securitário e desenvolvimentistas brasileiros. Segundo o END (2022) o Estado, para além das funções definidas no PND, deve também produzir e agir em áreas onde o setor privado mostra-se incapaz de gestar de forma rentável no curto ou médio prazo, atuando em sincronia com a academia brasileira e com o “teto tecnológico”. Por fim, ainda adiciona a orientação da política externa em expandir mercados para os produtos nacionais.

A manutenção da relevância da Base Industrial de Defesa nos documentos doutrinários brasileiros revela uma disrupção da necessidade nacional e da política de estado com a atuação governamental. Assim vê-se que apesar da crise na integração nos moldes UNASUL e sua instância de segurança — o CDS — as percepções de necessidades se mantiveram. Esse ponto é corroborado pelo retorno brasileiro a UNASUL em 2022, evento que marca maior harmonia entre as necessidades percebidas pelas forças armadas e, portanto, o aparelho burocrático estatal, e a política externa, que como ressaltada anteriormente, sofre grande influência do poder executivo. Isto é, percebe-se pela análise dos documentos doutrinários brasileiros que a integração é elemento necessário para a base industrial de defesa devido a possibilidade de criação de demanda, escala e cooperação técnica, auxiliando na consolidação do parque industrial brasileiro. Essa percepção torna a integração uma necessidade de Estado à manutenção e expansão da BID brasileira. O CDS, ao representar a materialização da viabilidade de integração regional em defesa, configura-se portanto como uma necessidade de Estado. O retorno à UNASUL — uma medida de governo — alinha à ação governamental às necessidades do Estado Brasileiro de geração de capacidade.

Por fim, conclui-se tal qual Giesteira & Matos (2022) que o desenvolvimento da indústria de defesa brasileira, é clarificado como projeto de Estado, e se materializa em forma de políticas públicas voltadas para o fortalecimento e desenvolvimento da BID, dentro de um contexto de retomada da postura ativa estatal em ensejar o desenvolvimento brasileiro.

4.1.2 Mecanismos de Indução Estatal sobre a Base Industrial de Defesa Nacional

A Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID instituída pela Portaria Normativa Nº 899/MD, de 19 de julho de 2005 (Brasil, 2005) nasce no mesmo ano da elaboração do Plano Nacional de Defesa. A importância do PNID reside em dois pontos principais. O primeiro deles é a definição do conceito de Base Industrial de Defesa e de Produto Estratégico de Defesa, ambos descritos como

Base Industrial de Defesa – BID: é o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa; e II – produto estratégico de defesa: são bens e serviços que pelas peculiaridades de obtenção, produção, distribuição, armazenagem, manutenção ou emprego possam comprometer, direta ou indiretamente, a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do País (BRASIL, 2005, Pág 1).

Em segundo lugar, através das diretrizes específicas que devem guiar o objetivo primário de fortalecimento da BID, o PNID expressa o juízo do Estado para com a matéria do engajamento industrial interno no ramo de defesa. Conforme o PNID (Brasil, 2005) ficam fixados como objetivos específicos da política nacional de indústrias de defesa a

I – conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID; II – diminuição progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente; III – redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções relativas aos produtos importados; IV – ampliação da capacidade de aquisição de produtos estratégicos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas; V – melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa; VI – aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações; e VII – melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID. (Brasil, 2005, pág 2).

Assim, podemos aferir quatro concepções centrais do Estado brasileiro em relação à BID: A necessidade de diminuição da dependência externa, em favor da produção autônoma nacional; melhoria qualitativa dos produtos nacionais; expansão na capacidade produtiva e exportadora e por fim aumento da capacidade de aquisição das forças armadas nacionais. Este último ponto em particular se materializa no Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

O Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED) tem particular importância. Neste trabalho trata-se o PAED a partir de uma visão macroscópica não entrando em detalhes nas suas edições plurianuais. Segundo Giesteira e Souza, o PAED foi a primeira política pública de defesa capaz de fazer uso do poder de compra que é o elemento essencial das políticas para a BID (GIESTEIRA e SOUZA, 2022, p. 21) funcionando como uma espiral de investimentos e articulação entre a demanda e o incentivo a produção (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). O PAED se configura enquanto mecanismo administrativo através do qual o ministério da defesa possui a autonomia orçamentária e de planejamento necessárias para organização da demanda pública por artigos de segurança, dessa forma incentivando a produção industrial e clarificando as condições de demanda para os fornecedores num período de longo prazo (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). O Ministério da Defesa classifica o PAED como o “principal instrumento que o Estado dispõe para garantir o fornecimento dos meios que as Forças Armadas necessitam, bem como a infraestrutura que irá provê-los” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). O Plano abrange

35 projetos estratégicos no âmbito das três Forças Armadas e apresenta um corte temporal de vinte anos (Andrade, 2016). Segundo o Plano Nacional de Defesa, o PAED

contemplará, além da articulação do Setor de Defesa no território nacional, o delineamento dos equipamentos necessários ao cumprimento das atribuições das Forças Armadas. Tal processo favorece o incremento da interoperabilidade entre elas e da capacidade de defesa, permitindo o atendimento às necessidades específicas das Forças e contribuindo para a racionalização das atividades de planejamento estratégico. Por sua vez, a execução dos projetos visando à obtenção de ambos os conjuntos de capacidades será, em princípio, de responsabilidade de cada Força Singular. (POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2012, p. 47).

É importante destacar que segundo o próprio ministério de defesa, o PAED é aberto à participação de capital estrangeiro no fornecimento de suas necessidades. Portanto, apesar de explicitar a intenção de reabilitar as bases da indústria de segurança através de demanda planejada e investimentos em tecnologia, a maneira com que se implementar essa política ainda é dúbia considerando que o PAED se configura muito mais como instância administrativa-orçamentária do que como política de segurança clara e definida.

Contudo ressalta-se que essa nebulosidade é decifrada através da análise do terceiro tipo de documento que esta seção se propõe a analisar: os Projetos Estratégicos de Defesa. Como o nome sugere, são projetos próprios de cada ramo das Forças Armadas onde os insumos necessários para sua realização estão presentes no PAED (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020).

Tais projetos são variados e segmentados de acordo com os objetivos de cada ramo das Forças, contudo são guiados pelas diretrizes gerais da Estratégia Nacional de Defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Como exemplo dos muitos projetos destacam-se a produção de blindados da família Guarani, que contam com 90% de produção nacional e busca modernizar os carros de combate do exército (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Além disso, outro exemplo notável foi o desenvolvimento do projeto de Submarinos nucleares pela marinha com a finalidade de dominar tecnologia sensível e o desenvolvimento de planta núcleo-elétrica de emprego dual (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Podemos ver que os principais projetos estratégicos seguem, mesmo que setorizados, os princípios da valorização da Base Industrial de Defesa Nacional e seguem alinhados aos principais documentos doutrinários brasileiros. Isto é, agem de forma para além de renovar as capacidades estatais, auxiliam na construção e sustentação da Base Industrial de Defesa Nacional.

4.1.3 Projetos Estratégicos de Defesa

De acordo com o que foi exposto previamente neste capítulo, a Estratégia Nacional de Defesa (END) tem como uma de suas bases o desenvolvimento e expansão de uma Base Industrial de Defesa nacional autónoma e tecnológica capaz de suprir as Forças Armadas e reduzir a dependência de aquisição externa (Brasil, 2020). Com vistas a concretizar os objetivos expostos no corpo da END e PND de modernizar as Armas, aumentar seu padrão tecnológico e expandir e desenvolver a BID, o Estado organizou os Projetos Estratégicos de Defesa (PE) no âmbito do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa. Eles são a expressão material da “reestruturação das Forças Armadas e na aquisição de Capacidades que permitem impulsionar o desenvolvimento e a projeção internacional do Brasil.” (Salles, 2019)l. Segundo Salles (2019) dentre os diversos projetos, há quatro — os quais denominou Quatro Grandes — cuja importância à nível técnico-científico, produtivo e de geração de capacidades é mais sentida, sendo eles: A construção de submarinos frutos do acordo Brasil — França (PROSUB), a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1), criação do Comando Nacional de Defesa Cibernética e o projeto de modernização da plataforma de lançamento do Astros 2020 (Salles, 2019). Em razão do enfoque desta seção residir na análise da BID, dentre os quatro descritos por Salles, selecionou-se o SGDC-1, PROSUB e a renovação do Astros para estudo. Faz-se isso em razão da ausência de impacto produtivo já concretizado do Comando de Defesa Cibernética, constituindo-se apenas como uma instância administrativa. Em seu lugar, analisa-se a produção de blindados da família Guarani, de maior peso produtivo e comercial, e o KC-390 de elevado grau técnico. Assim, estuda-se os casos abaixo em torno do seu impacto para as cadeias produtivas nacionais e para o avanço tecnológico proporcionado por eles.

A aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas foi efetivada através da parceria Brasil-França no âmbito militar fruto de um acordo de transferência de tecnologia assinado em 2007 (Salles, 2019). Foi idealizado para viabilizar as comunicações no âmbito das organizações do Estado de forma segura e sem ingerências externas (Brasil, 2020). O SGDC — 1 é completamente operado e controlado em território brasileiro (Salles, 2019), entretanto,

o Brasil ainda não domina as tecnologias de fabricação e lançamento de satélites, ficando à mercê de acordos bilaterais para sua total inclusão na economia espacial, como se

verifica no Acordo de Salvaguarda Tecnológica realizado entre Brasil e Estados Unidos para o lançamento de artefatos ao espaço, para utilização para fins civis. O acordo autoriza o lançamento de foguetes com material e tecnologia norte-americanas, mas, ao mesmo tempo, expressamente, impede a duplicação dos materiais (Salles, 2019, pág 120).

Dessa forma, apesar da produção nacional estar impossibilitada devido a normativa jurídica internacional, considera-se enquanto projeto que gerou expansão no teto tecnológico nacional abrindo a seara do espaço para exploração e como espaço por onde se desenrola a defesa nacional. Nesse sentido, ressalta-se a externalidade positiva do PE, devido a “prover acesso à Internet em 100% do território e das águas jurisdicionais nacionais, a fim de promover a inclusão digital dos cidadãos brasileiros.” (Brasil, 2020). Assim, verifica-se o impacto no desenvolvimento social, na produção (tendo em vista o impacto da internet no processo produtivo) e no aumento da capacidade estatal brasileira.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) foi criado em 2008 e consiste na criação de “infraestrutura industrial de apoio à operação e manutenção dos submarinos, a construção de quatro submarinos convencionais e o projeto e construção do primeiro submarino convencional brasileiro com propulsão nuclear” (Brasil, 2020). Tal qual o Projeto Estratégico anterior, o PROSUB nasce no âmbito da cooperação franco-brasileira na área de defesa e é baseado na transferência de tecnologia para o Brasil, nacionalização de equipamentos e sistemas, e na capacitação de recursos humanos (Salles, 2019; Brasil, 2020). Este Projeto Estratégico mostra-se de particular impacto na BID nacional e regional considerando que está viabilizando a construção do primeiro complexo industrial e logístico para produção naval de veículo autônomo movido a propulsão nuclear no hemisfério sul (Brasil, 2020). Além disso, no âmbito doméstico, a aquisição de componentes utilizados no pólo industrial é preferencialmente adquirido de origem brasileira, contribuindo para a sustentação e desenvolvimento da BID (Brasil, 2020). Dentre os componentes, figuram itens dos setores de eletrônica, mecânica, eletromecânica, química e da Indústria Naval Brasileira (Brasil, 2020). Dois dos quatro submarinos convencionais já estão em atividade e a transferência de capacitação tecnológica concluída em 2017 (Brasil, 2020). Assim, conclui-se, conforme Salles (2019) que o PROSUB representa uma grande conquista para o desenvolvimento das capacidades brasileiras e da Base Industrial de Defesa, com a instalação de pólos industriais tecnológicos de ponta controlados

diretamente pela Marinha do Brasil, dessa forma contribuindo para produção e avanço tecnológico nacional.

O Projeto Guarani teve início em 2012, fruto da parceria do Exército com a empresa IVECO Defesa (Brasil, 2020; Salles, 2019). O objetivo do programa é modernizar as capacidades do Exército através da incorporação de uma moderna família de blindados sobre rodas (Brasil, 2020). Assim, nasce o novo blindado brasileiro, o Guarani, equipado com sistemas de armas, de comando e controle e de comunicações desenvolvido por meio de transferência de tecnologia e de qualificação de mão de obra técnica, assim gerando impactos positivos sobre a renda e o emprego (Brasil, 2020). Segundo o Ministério da Defesa brasileiro, até o ano de 2020, o projeto gerou 2.890 empregos diretos e indiretos e envolveu 125 empresas no fornecimento de insumos, dos quais 90% têm origem no país (Brasil, 2020). No âmbito dos avanços técnico-científicos incorporados ao Exército, há sistemas de armas avançados com capacidade seletiva de letalidade e sistema flexível de comando e controle, tornando o veículo versátil e de amplo emprego (Brasil, 2020). Em 2019, foram entregues 400 viaturas para o Estado em um total de 1580 veículos que devem ser entregues até 2040 (Brasil 2020).

O Projeto KC-390 é uma iniciativa desenvolvida pela Força Aérea Brasileira em parceria com a Embraer e os Estados da Argentina, Portugal e República Checa (Santos, 2021; Brasil, 2020). Consiste na fabricação e compra de 28 aeronaves de transporte e reabastecimento em voo (REVO) em território nacional com função de transporte de carga e tropas, contando com uma ampla cadeia produtiva que envolve mais de 50 empresas de forma a gerar uma substancial externalidade positiva no campo econômico (Brasil, 2020). O KC-390 é a maior aeronave militar já produzida no país e dentre seus usos, destaca-se a capacidade de “reabastecer outras aeronaves em voo, realizar evacuação aeromédica, lançamento de paraquedistas e combate a incêndio em voo” (Brasil, 2020). Por suas grandes dimensões, o modelo é projetado para ser capaz de transportar até mesmo os blindados da família Guarani (Brasil, 2020). Em comparação a outros modelos como o americano Lockheed C-130 Hércules, o KC-390 tem potencial de apresentar avanços como “menor consumo de combustível e custos de manutenção menores” (Santos, 2021). O KC-390 tem particular relevância para a pesquisa visto que, conforme comunicado oficial do Senado, foi iniciada a negociação para sua venda à Colômbia no âmbito do CDS (Brasil, 2012). Fruto da ação do ministério das relações exteriores e de defesa em ativamente incentivar as exportações ao entorno estratégico brasileiro (Ferreira, 2016), o que indica a

efetivação da UNASUL enquanto espaço de concertação regional em defesa e de plataforma de projeção regional brasileira.

Por fim, como último elemento, destaca-se o projeto Astros 2020 que consiste na modernização da plataforma de lançamento do sistema de lançamento de mísseis Astros de forma a permitir que o sistema dispare não somente os mísseis da família Astros mas também mísseis de cruzeiro capazes de alcançar 300 km de distância (Salles, 2019). Foi implementado com objetivo de dotar o Exército de “meios capazes de prestar um apoio de fogo de longo alcance com elevada precisão e letalidade” (Brasil, 2020). Tanto a produção do míssil de cruzeiro quanto da nova plataforma foram desenvolvidas em parceria com a empresa AVIBRAS (Brasil, 2020). O Projeto Estratégico Astros contempla também a área de construção civil, pois prevê a construção do Forte Santa Bárbara no estado de Goiás e do Pavilhão do Sistema Transportável para Rastreamento de Engenheiros em Voo no Rio de Janeiro. O primeiro busca centralizar as organizações relativas ao uso de mísseis e foguetes pelo Exército (Brasil, 2020). Segundo o EB (2020) o Projeto Astros já proporcionou mais de 7.000 empregos diretos e indiretos na economia nacional. Assim, vemos o impacto direto do Astros sobre a renda nacional e produção industrial.

Com vistas ao exposto, conclui-se em comunhão com Salles (2019) que os Projetos Estratégicos se constituem enquanto vias de modernização, sustentação e expansão da Base Industrial de Defesa e manufatureira nacional. O impacto sobre as cadeias produtivas age conforme os objetivos expressos no PND e END, gerando autonomia produtiva, desenvolvimento econômico e social. Os Projetos materializam na realidade as intenções brasileiras expressas no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano visto que encarnam a articulação da indústria nacional, do desenvolvimento e do aumento da capacidade de defesa dos recursos e de gerar segurança. Assim os Projetos Estratégicos aliam o desenvolvimento socioeconômico com a projeção brasileira de poder que a nível regional expressa-se via os documentos da END e PND e a nível regional através do CDS. Dessa forma, compreendida a visão do Estado Brasileiro para a Base Industrial de Defesa, seus mecanismos de ação e sua materialização via Projetos Estratégicos, cabe estudarmos o panorama nacional da BID nacional.

4.2 A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA BRASILEIRA

A Base Industrial de Defesa brasileira é responsável por “mais de 60 mil empregos diretos, responde por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e movimenta cerca de R\$ 200 bilhões

na economia nacional” (Brasil, 2020). Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional, é definida pelo Estado Brasileiro resumidamente como

o conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produto de defesa (PRODE) no País” (BRASIL, 2020, p.133).

Essa conceituação acaba por abranger um grande número de empresas e nichos produtivos que não necessariamente se dedicam a área de defesa e segurança como ramo exclusivo. Segundo Clovis Peres e Julio Menezes (PERES, MENEZES, 2022. p. 4), em seu artigo sobre a relação da tributação fiscal e a BID, apontam que grande parte das empresas que constituem a Base Industrial de Defesa ocupam mais de metade das classificações do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas). Isso mostra por si só a necessidade da política de defesa nacional de uma indústria de caráter abrangente e integrado e a simbiose da BID com o desenvolvimento econômico e social nacional. Isso mostra-se verdadeiro ainda mais ao considerarmos o papel de “geradora e difusora de novas tecnologias dentro da estrutura produtiva de uma nação” que a BID desempenha (Melo, 2015).

O IPEA, junto a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) realizaram nos anos de 2016 e 2017 levantamento estatístico e posterior análise da situação econômica e tecnológica da BID brasileira e seus desafios e potencialidades. Os estudos foram baseados em *surveys* englobando mais de 600 empresas associadas ao ramo da indústria de defesa e segurança (SILVA FILHO, 2017. pág 102). O estudo revela que a Indústria de defesa brasileira tem um perfil curioso. É formada majoritariamente por empresas de médio e pequeno porte, com exceções como a gigante da aeronáutica Embraer (SILVA FILHO, 2017. pág 103).

Ao analisarmos um recorte temporal, a indústria bélica brasileira apresentou ciclos de expansão e retração durante sua história que podem ser atribuídos a dois fatores principais: (a) O grau de comprometimento do Estado com o desenvolvimento de uma BID nacional e autônoma; (b) a demanda internacional por produtos de defesa (Andrade, 2016).

A partir da tomada de poder por Vargas em 1930, a Base Industrial de Defesa Brasileira passa por um ciclo substancial de expansão e modernização (Andrade, 2016). A década de 1930 é marcada pela criação de diversas fábricas para fabricação de material militar dando origem ao primeiro ciclo industrial militar do Brasil (Andrade, 2016). A industrialização desse período se

baseava em tecnologias desenvolvidas no exterior ou produzidas nacionalmente sob licença, deve-se isso à incapacidade tecnológica e produtiva nacional de produzir equipamento militar pesado devido à falta de uma indústria siderúrgica robusta (Andrade, 2016). Esse problema seria solucionado em 1945 com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (Andrade, 2016).

O domínio da indústria siderúrgica eleva a BID a um novo patamar produtivo, entretanto, com o barateamento da aquisição de material militar estrangeiro no pós-guerra, a produção nacional não se expande (Andrade, 2016). Nesse período as forças armadas criam mecanismos e instâncias voltadas a pesquisa e desenvolvimento tecnológico que se inicia do fim dos anos 1940 e se estende por toda a década de 1950 (Andrade, 2016). Assim, criou-se instituições como o Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA) que auxiliariam no fomento da base industrial brasileira. Há também em 1949 a criação da Escola Superior de Guerra, que advoga a importância da industrialização e capacidade de autonomia na indústria de defesa (Andrade, 2016).

Durante o regime militar de 1964, a Base Industrial brasileira entra em um ciclo de expansão e desenvolvimento devido aos incentivos dados pelo Estado somados aos quadros técnicos especializados herdados do período anterior de investimento em P&D (Andrade, 2016). Esse período de forte crescimento leva o país, que não era um tradicional exportador de material militar, a figurar como o quinto maior exportador nos anos 1980 (Andrade, 2016). As políticas de proteção à indústria somadas ao incentivo à exportação pelo Estado, conjugadas com o aumento da demanda por armamentos no mercado árabe pelo advento da guerra Irã-Iraque explica em grande medida esse crescimento expressivo. Entender as características dessa expansão é necessário para compreender as estruturas da BID atualmente. Ela foi levada a cabo por três empresas principais em segmentos específicos, a saber: a exportação de aeronaves pela Embraer, de foguetes e mísseis pela AVIBRAS, e de veículos blindados pela ENGESA (Andrade, 2016). Juntas, concentraram 95% das exportações de produtos militares de origem brasileira.

O fim da década de 1980 é marcado pela crise e retração da Indústria Bélica Brasileira. O fim do regime militar e a ascensão de governos neoliberais refletiram na BID através do desmonte de políticas de incentivo à exportação, proteção industrial e investimentos (Andrade, 2016). A ascensão do neoliberalismo e fim do conflito no Oriente Médio levou a uma retração na demanda internacional por armamento, ao passo que a liberalização dos mercados aumentou a competitividade do setor. Como resultado a fabricante de blindados ENGESA encerra suas

atividades e a empresa AVIBRAS sai extremamente fragilizada incapaz de se recuperar completamente até hoje (Andrade, 2016). Somente a gigante da aeronáutica EMBRAER resistiu e manteve liderança no mercado no qual atua (Andrade, 2016). Dessa forma, a falta de intenção estatal em proteger a indústria ou incentivar a demanda externa e interna junto às novas condições impostas pelo mercado internacional foram as sementes para uma crise que se estendeu até o início dos anos 2000.

A partir dos anos 2000 até o último diagnóstico da Base Industrial de defesa levado a cabo pelo IPEA em 2017, observamos uma expansão da indústria de defesa brasileira, com o aumento significativo das exportações de produtos finalizados para o mercado internacional. Contudo, essa alta dos índices é puxada majoritariamente pelo setor aeroespacial, com enfoque para a EMBRAER (SILVA FILHO, 2017). Essa grande parcela de participação da empresa e sua enorme relevância, faz com que as exportações de produtos militares brasileiros ao serem analisadas de perto tenham um perfil de “elevado nível de intensidade tecnológica das exportações brasileiras de produtos de defesa, comparativamente ao perfil das importações do setor” (SILVA FILHO, 2017, pág 103). Esse ciclo de expansão é devido ao aumento dos gastos em defesa internacionalmente, causando decorrente aumento da demanda por material militar (Andrade, 2016) e, como observado na seção anterior, pela retomada do desenvolvimento da BID enquanto objetivo estratégico para o Estado levando ao aumento do nível de investimentos e incentivos assim como de demanda. Destaca-se ainda o papel dos Projetos Estratégicos das Armas como o Blindado Guarani e outros produtos como a aeronave Super Tucano. Em relação ao primeiro, Andrade (2016) mostra que com a falência da Engesa na década de 1990, a produção nacional de carros de combate foi interrompida. A partir do Projeto Estratégico Guarani, fruto da parceria do Exército Brasileiro e da empresa IVECO, o país volta a inserir-se no mercado de carros de combate blindados. Em relação ao EMB-314 Super Tucano, desde os início dos anos 2000, destaca-se a exportação desse modelo de aeronave para diversos países africanos, asiáticos e americanos. Andrade (2016, pág 18) destaca que “os principais compradores de bens de defesa brasileiros entre os anos de 2000 e 2010 foram Colômbia, Equador e Chile, totalizando cerca de 48% das exportações do setor”. Assim, podemos perceber que a preponderância do mercado regional somado ao retorno à política industrial expansionista leva a BID nacional a um novo ciclo de desenvolvimento. Constata-se a relevância dos mercados regionais para a consolidação de um ciclo positivo na Base Industrial de Defesa Regional.

Ao olharmos mais a fundo os aspectos da atual BID, observamos a dificuldade de financiamento a essas empresas (SILVA FILHO, 2017. pág 103). Segundo IPEA, a maior parte do capital usado para atividades de pesquisa e desenvolvimento são originados de recursos próprios ou repasses de empresas associadas, destacando que apenas cerca de 20% das empresas têm acesso a fontes convencionais de financiamento como empréstimos e subsídio público (SILVA FILHO, 2017. pág. 104). Para além dos reinvestimentos, o instituto concluiu que a presença de capital estrangeiro nos processos de produção também é baixa. Cerca de apenas 37,7% das empresas participantes do estudo tinham presença de capital estrangeiro, e dentro dessa amostra reduzida, havia grande amplitude, com apenas 15% das participantes do estudo sendo controladas por capital internacional (SILVA FILHO, 2017. pág 104). Outro aspecto importante é a própria caracterização da cadeia produtiva da BID. O IPEA destaca que mais de 60% da receita das empresas nacionais vem da venda de bens finalizados (SILVA FILHO, 2017 pág 105). Isto é, a cadeia produtiva é majoritariamente internalizada não estando conectada à supply chain mundial e portanto, regional. Como efeito, as empresas se caracterizam por venderem produtos de alto valor agregado, sendo vital para a sua sobrevivência e expansão.

Para além do viés econômico e mercadológico, as empresas participantes relatam a imensa dificuldade de emprego de mão de obra especializada (SILVA FILHO, 2017. pág 105). Silva Filho, técnico e autor das pesquisas referidas pelo IPEA, mostra em sua pesquisa de 2013 que

Em relação à força de trabalho, o setor de defesa e segurança gerou pouco mais de 35 mil empregos em 2013, dos quais 32% com empregados de nível superior, 2,9% especialistas, 8,5% de engenheiros. A escolaridade média dos empregados do setor em 2013 era de 11, 2 anos, e o salário médio naquele ano alcançou R\$ 3.196,56, o equivalente a cerca de seis salários mínimos (Silva Filho et al., 2013).

Isto é, mesmo com uma remuneração salarial acima da média, a indústria de defesa no Brasil ainda assim encontra dificuldades na aquisição de recursos humanos (SILVA FILHO, 2017. pág 105). Esse fator mostra também a externalidade positiva potencial da ampliação da Base Industrial de Defesa, capaz de gerar empregos de remuneração elevada, contribuindo para o aumento da renda nacional.

Por fim, destacam-se dois importantes dados referentes à evolução da Base industrial de Defesa. Segundo Giesteira e Matos, desde 2014 apenas durante 2015 e 2018 o valor adquirido em

bens industriais de segurança com origem nacional foi maior que o orçamento dedicado para aqueles importados, apesar de que apenas 30% em média do volume de bens adquiridos seja de origem estrangeira (GESTEIRA, SOUZA, 2022, p.27). Isso nos mostra o desequilíbrio na balança da origem dos produtos de alto valor agregado utilizados pelas forças armadas nacionais.

4.2.2 Estrutura do Mercado de Equipamentos de Defesa

Esta designação tem o objetivo de apresentar as estruturas que condicionam a Base Industrial de Defesa assim como suas principais características do ponto de vista econômico. Dessa forma, discorre-se sobre o nível micro e macro econômico do setor, posteriormente um breve cenário da composição da Base Industrial de Defesa brasileira e, por fim, conceitos chaves para compreender a expansão e saúde produtiva desse mercado, extraídos dos documentos doutrinários dos EUA e OTAN, bem como o papel que a Integração Regional desempenha nesse cenário.

Segundo Melo (2015), ao discorrer sobre as especificidades macro e microeconômicas do setor de equipamentos de defesa, ela elenca alguns fatores singulares a esse nicho produtivo. O primeiro deles reside na estrutura da demanda. Segundo a pesquisadora, o Estado, seja doméstico quanto internacional, é o único consumidor de produtos militares. A demanda estatal expressa no orçamento público destinado a aquisição é variável essencial para a sustentabilidade da produção e define a sustentabilidade do mercado (Melo, 2015). Assim, podemos definir a demanda desse mercado enquanto composta por um monopsonio — um comprador único (Melo, 2015). Nesse sentido, outro fator singular da estrutura da demanda, é seu caráter essencialmente político (Melo, 2015). Ao contrário de outros setores produtivos que são essencialmente sensíveis às flutuações do mercado, a demanda neste caso é determinada por decisões estratégicas do Estado, que por sua vez, são fruto da percepção que este faz de seus interesses, prioridades e necessidades. A indústria de defesa em essência é uma construção política, ao passo que depende da ação do Estado e sua percepção da necessidade de afirmar soberania e garantir sua segurança (Melo, 2015). Por fim, para além da demanda, o plano político no mercado de defesa atua também de forma a regular e estar presente em toda linha produtiva dos equipamentos de defesa, gerar escala e desenvolvimento tecnológico (Melo, 2015).

Quanto à esfera da oferta, ela se constitui em dois modelos: (a) Monopólio — existência de apenas um fornecedor — ou (b) Oligopólios — número restrito de fornecedores (Melo, 2015). Isso se dá principalmente devido a ação do Estado de forma a buscar

vantagem estratégica ou tática, pela superioridade tecnológica, gera um esforço científico e técnico constante, que, pelas leis do mercado, dificilmente ocorreria. A P&D militar foge do constrangimento da rentabilidade de curto prazo, abrindo novos domínios, sem obrigações com resultados. Com efeito, as necessidades de defesa permitem financiar P&D que as firmas não poderiam realizar, em função do custo e do longo prazo de maturação. (Melo, 2015, pág 45)

Além disso, a autora ainda elenca que os custos com pesquisa e tecnologia avançada geram “longos ciclos de desenvolvimento, séries limitadas e consideráveis custos de desenvolvimento” que as empresas privadas se mostram incapazes de gestar sem o apoio do Estado. (Melo, 2015). Em função dos gastos relativos à P&D consumirem a maior parte do orçamento, o Estado é responsável por esses investimentos onde a expectativa de lucro é baixa ou de elevado grau de risco, enquanto as empresas desempenham inovações incrementais nesses equipamentos (Melo, 2015). Assim verificamos que as necessidades indissociáveis para dar cabo da geração de equipamentos de defesa — altos investimentos em tecnologia que compromete a rentabilidade a curto prazo — como característica estrutural que, além de constranger a entrada de múltiplos concorrentes no mercado, gera a necessidade da presença estatal também do lado da oferta. Essa afirmação é corroborada ao analisarmos a Indústria Aeronáutica. Os requisitos a nível técnico-científico e industrial restringem a existência de múltiplos fornecedores, visto que poucas empresas tanto nacionais quanto internacionais possuem a envergadura necessária para se estabelecer no mercado aeronáutico que opera com alta tecnologia e complexidade produtiva (Santos, 2021). O Brasil é o único país em desenvolvimento que possui presença consolidada no mercado internacional deste segmento devido à Embraer (Santos, 2021).

A relação entre as estruturas de demanda monopsônica e oferta com oligopólica/monopólica estabelece um nicho produtivo que não “obedece puramente as condicionantes do mercado” (Melo, 2015). Assim, variáveis comuns da seara da análise econômica como os custos e prazos de entrega são relegados a uma categoria de segunda importância em favor dos objetivos estratégicos nacionais (Melo, 2015). Além disso, a relação entre as estruturas de mercado faz com que a demanda determine a oferta e ainda gera uma anormalidade à economia de mercado geral: o cliente (Estado) define as especificidades do

produto e acompanha sua linha produtiva (Melo, 2015). Decorrente desta configuração, a concorrência no mercado é baixa, o que gera altos lucros as empresas consolidadas no setor (Melo, 2015).

Quanto à estrutura do setor no Brasil, não foge a regra geral da ordem econômica definida previamente. A Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança — ABIMDE — reporta que “as empresas associadas teriam obtido um faturamento de aproximadamente 4 bilhões de dólares em 2013” (Abimde, 2014). Além disso, aponta que o setor seria constituído por quarenta empresas exportadoras. Destaca-se, também, que a atual estrutura da produção é “razoavelmente diversificada, compreendendo diferentes segmentos”. Os documentos doutrinários brasileiros e mais especificamente os instrumentos de ação estatal como o PAED e os Projetos Estratégicos atuam de forma a definir e clarificar a demanda. Ao analisar os diversos relatórios acerca dos setores estratégicos da BID nacional feito pelo IPEA, percebemos que na maioria dos setores destacados, os pesquisadores denotam a janela de possibilidade de complementaridade com os países sul-americanos além da enorme possibilidade de aumentar o abastecimento do mercado regional com produtos bélicos brasileiros. Cita-se como exemplo o estudo de Vianelo (2016) sobre o setor de Sistemas Eletrônicos e de Comando e Controle na Base Industrial do Brasil. Nele, o autor afirma a crescente participação de países da região na demanda sobre os produtos brasileiros e ressalta ainda a possibilidade de ampliação ainda maior da presença brasileira nesses mercados e seu papel chave na continuidade do desenvolvimento da BID, como ocorre hoje com a colômbia que tem demandado à níveis crescentes Sistemas Eletrônicos e de Comando e Controle na Base Industrial do Brasil (Vianelo, 2016).

A partir disso cabe indagar qual o papel da articulação da BID regional, do Conselho de Defesa Sul-Americano e da UNASUL nessa estratégia nacional. Para tanto, faz-se necessário analisar os conceitos de modularidade, interoperabilidade, standardização, e escala de produção como elementos próprios do mercado de equipamentos de defesa que nos permite pensar propriamente a região no papel que destaca Melo (2015) de elemento para inserção virtuosa brasileira no sistema internacional através da constituição de (a) mercado comprador de equipamentos com maior valor agregado, aproveitando-se de trocas desiguais e como fornecedor de peças; e (b) também como espaço onde a complementaridade produtiva pode gerar retornos

diplomáticos e políticos de paz nas fronteiras gerando não somente isso mas também uma identidade sul-americana em defesa.

O conceito de modularidade é definido pela Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2020) como a característica de um elemento de combate dotado de condição “de, a partir de uma estrutura básica mínima, receber módulos que ampliem seu poder de combate ou lhe agreguem capacidades”. A modularidade, portanto, diz respeito à produção de equipamentos de defesa que possibilitem a adoção de estruturas adaptáveis para cada situação de emprego (Brasil, 2020). Segundo a OTAN em sua Doutrina Conjunta Aliada para o Grupo Conjunto de Apoio Logístico (2018) , a modularidade dos equipamentos de defesa aumenta a flexibilidade e reduz custos permanentes de sua produção devido à própria natureza do processo produtivo que permite a customização a partir de uma base comum. Além disso, “para que a modularidade tenha sucesso o ideal é que os módulos sejam treinados e operados de acordo com um padrão comum” (OTAN, 2018). Ou seja, a modularidade no processo produtivo gera a necessidade de padronização produtiva.

O processo de padronização ou estandardização, no contexto da OTAN, diz respeito à criação e execução de conceitos, doutrinas e procedimentos a partir de padrões comuns estabelecidos por consenso dentre os membros da aliança com o objetivo de atingir e perpetuar níveis de compatibilidade ou semelhança necessários para alcançar a interoperabilidade entre as indústrias de defesa e forças armadas nacionais. (OTAN, 2018). Ela permite a cooperação mais próxima possível entre os Estados e seus órgãos competentes para o uso eficiente dos recursos de pesquisa, desenvolvimento e produção (Departamento de Defesa dos EUA, 2009). O processo é caracterizado pelo acordo quanto ao uso comum de

a) procedimentos operacionais, administrativos e logísticos comuns ou compatíveis; b) procedimentos e critérios técnicos comuns ou compatíveis; c) suprimentos comuns, compatíveis ou intercambiáveis, componentes, armas ou equipamentos; e d) doutrina tática comum ou compatível com compatibilidade organizacional correspondente. (JP 4-02) (pág. 516)

A efetivação desse mecanismo afeta os campos operacional, processual, material e administrativo, mas principalmente, gera capacidade conjunta de aquisição e operação de material militar. A padronização permite que países membros da organização assim como parceiros externos operem em conjunto (OTAN, 2018). As normas são estabelecidas a partir de

um Acordo de Normalização entre os membros. Esses padrões estabelecidos em conjuntos habilitaram que os diferentes países tenham equipamentos compatíveis e operem os mesmos métodos e procedimentos com vistas a promover a maior eficiência, principalmente a nível econômico, assim atingindo o estágio de interoperabilidade (OTAN, 2018). A OTAN é um dos maiores exemplos de interoperabilidade e standardização visto que celebrou diversos acordos de normalização técnicos em diferentes áreas desde comunicação e inteligência até regras para testes de munições (OTAN, 2018).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte define interoperabilidade como a capacidade de

agirem em conjunto de forma coerente, eficaz e eficiente para alcançar objectivos táticos, operacionais e estratégicos. Especificamente, a interoperabilidade permite que forças, unidades e/ou sistemas operem em conjunto, permitindo-lhes comunicar e partilhar doutrina e procedimentos, juntamente com as infra-estruturas e bases de cada um. A interoperabilidade reduz a duplicação, permite a partilha de recursos e produz sinergias entre todos os Aliados e, sempre que possível, com países parceiros. (OTAN, Pág 1. 2023).

Isto é, diz respeito à capacidade de diferentes sistemas ou plataformas de defesa de atuarem de forma harmônica e integrada e a possibilidade de integrar diferentes dispositivos com o estabelecimento de uma rede. A interoperabilidade é fruto do processo de standardização e, mesmo que a aplicação de interoperabilidade não exija o compartilhamento dos mesmos materiais militares, é importante que eles sejam dotados de características comuns e capazes de interagir e comunicar-se (OTAN, 2023). Nesse sentido, a interoperabilidade se liga ao conceito de modularidade que facilita a capacidade de operação conjunta devido à flexibilidade produtiva. O conceito abarca as áreas técnicas, procedimentais, humanas e informacionais da organização (OTAN, 2023). Com vistas ao objetivo deste trabalho, vemos a interoperabilidade técnica, ou seja, a capacidade de harmonização de material militar, como principal fator para construção de uma BID comum na América do Sul, assim como uma identidade compartilhada em segurança.

Assim percebe-se a standardização de padrões produtivos, estruturas comuns e sistemas como passo essencial para a interoperabilidade de diferentes equipamentos. O objetivo central tanto da modularidade como destes últimos dois elementos é possibilitar a escala de produção.

O papel da Escala na produção industrial é essencial, seu principal impacto consiste no barateamento dos custos e aumento da eficiência econômica. O conceito de economia de escala remonta ao Fordismo a produção era organizada de modo que as linhas de montagem

produzisse “bens estandardizados em grandes lotes para diluir, no custo unitário dos produtos, o alto investimento realizado nesses equipamentos.” (Szwarcfiter & Dalcol, 1997). Ao trazeremos esse conceito ao mercado de equipamentos de defesa, percebe-se que pelo modelo monopsonio de demanda, a capacidade de consumo do Estado doméstico pode não ser suficiente para sustentar uma Base Industrial de Defesa, o que conjugado aos altos custos de produção e pesquisa formam os incentivos estruturais a formação de um mercado de difícil sustentação (Melo, 2015). Atingir níveis produtivos de larga escala viabiliza o barateamento dos produtos e a vida das empresas do setor, entretanto, para tal, é necessário que se conjugue os processos de modularização e estandardização a fim de garantir a interoperabilidade necessária para garantir a economia de escala.

Ao pensarmos o papel da América do Sul enquanto mercados consumidores, os processos descritos acima garantem a versatilidade de produtos capazes de atender às diferentes demandas dos atores regionais.

O conceito de modularidade está refletido em todos os Projetos Estratégicos brasileiros, como o Guarani, que estabelece a produção de uma família de veículos blindados sobre rodas de enorme versatilidade e dispõe de sistema de armas, de comando e controle e outros dispositivos agregados a uma plataforma comum o que possibilita que o veículo tenha diferentes usos, de acordo com a necessidade da situação além de garantir versatilidade a produção que é capaz de agregar diversos dispositivos de diferentes graus de complexidade tecnológica. De acordo com o Ministério da Defesa do Brasil,

As viaturas são integradas por modernos sistemas de armas, com capacidade de letalidade seletiva, e um sistema flexível de comando e controle, de modo a permitir sua atuação em amplo espectro nos conflitos.

A nova família de viaturas mecanizadas contempla uma subfamília média, com versões para reconhecimento, transporte de pessoal, morteiro, socorro, posto de comando, central de tiro, oficina e ambulância. Possui, também, um subprograma leve, com versões para reconhecimento, anticarro, morteiro leve, radar, posto de comando e observação avançada. Concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, o Programa GUARANI foi desenvolvido em parceria com diversas empresas nacionais (Brasil, 2020, pág 24).

Dessa forma, observa-se que o princípio de modularidade foi observado durante a elaboração do projeto Guarani. Isso garante a produção de um Equipamento de Defesa com maior capacidade de utilização pelo Estado e maior possibilidade de venda externa visto que sua

flexibilidade produtiva e sua divisão em distintos modelos e dispositivos permite adaptar o veículo conforme às necessidades dos compradores.

A standardização e interoperabilidade que pode ser compreendida enquanto um dos objetivos do Conselho de Defesa Sul-Americano, visto que são condições necessárias à interligação da BID regional, garantem a viabilidade da compra e adaptação dos equipamentos brasileiros aos demais sistemas de defesa nacionais da região. E como podemos ver tanto na END (2020) quanto pelo CDS (2008) há intencionalidade a nível unitário brasileiro e regional na integração dos sistemas de defesa e na formação de uma base comum industrial, para tanto, os três conceitos configuram-se enquanto etapas necessárias para tal. Dessa forma a integração em defesa na América do Sul age (e poderá intensificar tal potencial) de forma a garantir o ganho de escala da indústria brasileira.

Melo (2015) destaca o papel do CDS na criação da complementaridade das indústrias nacionais apontando que

“o Conselho Sul-Americano em Defesa lançou o embrião de uma futura integração das indústrias de defesa da região. A ideia é que a busca nacional de maior autonomia e capacitação da BITD de um país, o que constitui, em essência, um projeto de poder duro, venha associada a objetivos similares de outros países, gerando sinergias e vínculos diversos. Projetos comuns de aparelhamento das Forças Armadas são fonte de coesão, e não de desconfianças. Para o Brasil, principal potência econômica, com a mais importante BITD da região, a integração das indústrias de defesa e do mercado de armamentos revela-se de especial interesse” (Melo, 2015, pág 61-62).

A estratégia do Brasil de promover um cluster sul-americano de indústria de defesa parece fundar-se em dois pilares: i) parcerias no âmbito sul-americano; e ii) Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). As parcerias regionais visam, no longo prazo, atenuar custos de pesquisa e desenvolvimento, com base na complementaridade de capacitações existentes e de escala de produção, graças à formação de um mercado regional de produtos de defesa. (Melo, 2015, pág 225).

Assim, a partir da lógica econômica de escala e dos conceitos relativos à produção industrial, verifica-se que a América do Sul possui papel especial para a Base Industrial de Defesa Nacional. A região representa a possibilidade de continuidade do ciclo de expansão que a BID vem apresentando desde o início dos anos 2000, fato facilmente observável no peso das exportações para países como Chile e Colômbia (Andrada, 2016; Melo, 2015). Nota-se também o potencial dos Projetos Estratégicos brasileiros, notadamente o Projeto Estratégico Guarani, de servirem enquanto produtos dotados de modularidade e standardização. Portanto, o mercado

sul-americano e a complementaridade produtiva são caminhos para, através da obtenção de escala produtiva, gerar maior eficiência ao setor, diminuindo o preço unitário dos produtos industriais e conjugando as necessidades estratégicas à lógica da eficiência econômica.

4.3 Análise da Presença Sul-Americana na Pauta de Exportações Brasileira em Material Militar

A presente seção busca averiguar o papel do mercado sul-americano para a Base Industrial de Defesa Brasileira a partir do início da década de 2000 — devido ao começo do ciclo atual de expansão produtiva brasileira e início dos processos de integração política da região— até o ano de 2022 — ano da volta do Brasil a UNASUL. O estudo se baseia no papel da formação de demanda enquanto aspecto básico para formação de um mercado e motor da expansão e consistência de uma Base Industrial de Defesa, pontos expostos nas seções acima. Assim, busca-se traçar relações entre o adensamento de exportações à intensificação do processo de integração em defesa nos moldes da UNASUL-CDS. Os dados utilizados nesta seção são provenientes da plataforma SIPRI —stockholm international peace research institute — “instituto internacional independente dedicado à investigação sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento” (SIPRI, 2014). A análise proposta se desenrola em torno de três (3) eixos principais : A relevância do mercado sul-americano na absorção das exportações brasileiras; A evolução da demanda externa para produtos nacionais; A evolução do mercado sul-americano conforme as etapas da integração em defesa. A análise subdivide-se em períodos, sendo: Descrição global dos dados do período; Recorte de 2000 à 2007, doravante referido como pré-CDS; Recorte 2008-2018, período de vigência da UNASUL-CDS, sendo esse subdividido em dois períodos de acordo com o mosaico ideológico descrito no capítulo dois deste trabalho; e por fim o recorte de 2019 a 2022 período de franca crise na integração em defesa sul-americana.

A plataforma SIPRI disponibiliza uma série de dados relativos ao mercado de defesa no mundo, desde gastos militares estatais até mapeamento das maiores empresas do setor. Dessa forma, aqui importa o relatório acerca das transferências de material militar a partir do Brasil. Inicialmente demonstra-se a quantidade de armas exportadas em uma série histórica que se estende desde 2000 até 2022 das transferências relativas à América do Sul. Posteriormente,

comparamos com o total de exportações no período e os principais destinos de forma a dimensionar o papel dos mercados sul-americanos.

No que se refere à análise global dos dados, o mercado brasileiro produziu e exportou o valor de 1.135 bilhão de dólares em equipamentos de defesa. de 2000 a 2022. Esse dado diz respeito à exportação a partir do território nacional, não contando por exemplo, as vendas das afiliadas da Embraer em outros países. Conforme consta no anexo 1, tabela relativa a todas as vendas no período, é visível alguns pontos importantes: (a) O Brasil foi capaz de exportar para trinta e dois mercados diferentes no período em análise; (b) Indonésia, Afeganistão, Colômbia, Chile e Equador foram respectivamente os maiores compradores de material militar em termos de valor adquirido, demonstrando a importância do mercado asiático e sul-americano. (c) O ano de maior exportação foi 2020, enquanto os de pior nível foram 2000, 2001 e 2003 onde não houve transação de material militar para o exterior. (d) A média de valor exportado no período foi de 56,7 milhões de Dólares.

A partir desses dados, conclui-se que desde 2000 até 2022 a partir do olhar externo, a indústria brasileira de defesa apresenta uma recuperação da sua capacidade exportadora, retomando o perfil do século XX de parcerias com os países em desenvolvimento, notadamente países da África e da América do Sul, com destaque a venda de aviões anti-insurgência à Burkina Faso, Mauritânia, Angola e Senegal (Andrade, 2016). A partir dessa constatação, é relevante averiguar o peso da região na pauta de exportação brasileira. Os dados referentes a absorção de material militar brasileiro pelo mercado sul-americano pode ser sumarizado de acordo com o gráfico e tabela que segue:

Gráfico 1 — Total de Exportações Para América do Sul por Ano

TOTAL DE EXPORTAÇÕES PARA AMÉRICA DO SUL versus ANO

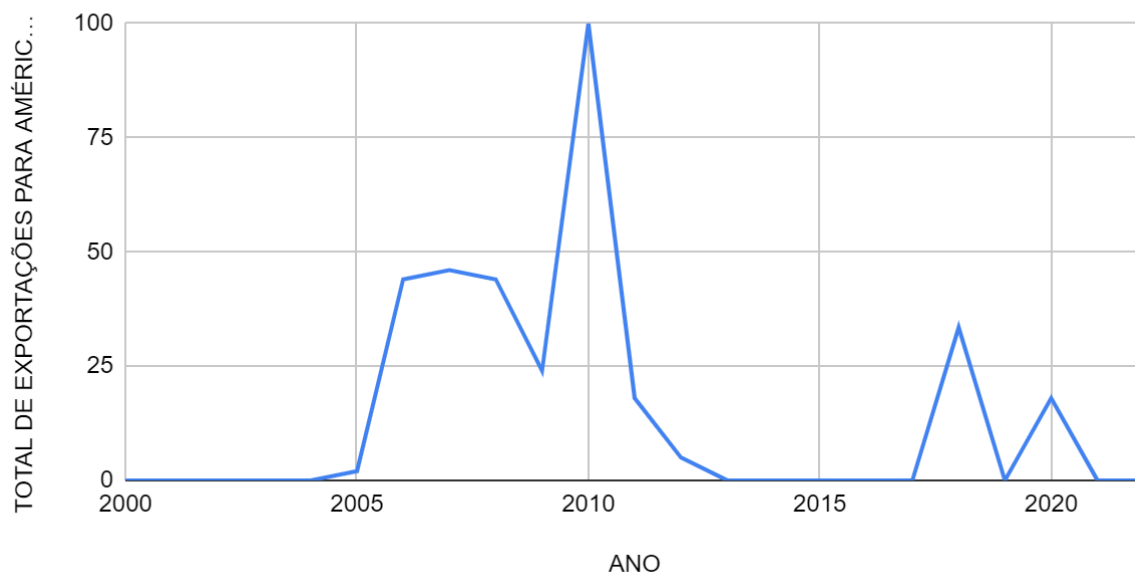


Tabela 3 — Materiais importados a partir do Brasil para países Sul-Americanos

Destinatário/ Fornecedor (S)	Quantia	No. Modelo	Descrição	Ano do (s)		Quantia Entregue
				pedido	Ano Entrega	
Argentina						
S: Brasil	1	Bell-212/UH-1N	Helicóptero	2007	2007	1
Bolívia						
S: Brasil	6	Universal	Aeronave	2005	2005	6
	4	Bell-205/UH-1H	Helicóptero	2011	2012	4
Chile						
S: Brasil	3	AS365/AS565 Panther	Helicóptero	(2006)	2006	3
	1	AS365/AS565 Panther	Helicóptero	(2006)	2007	1
	12	EMB-314 Super Tucano	Aeronave	2008	2009-2010	12
	6	EMB-314 Super Tucano	Aeronave	2017	2018	6
	4	EMB-314 Super Tucano	Aeronave	2019	2020	4
Colômbia						
S: Brasil	25	EMB-314 Super Tucano	Aeronave	2005	2006-2008	25
	(50)	SMKB	Bomba Guiada	(2009)	2012	(50)
Equador						
S: Brasil	(5)	HS-748	Aeronave	(2006)	2006	(5)
	18	EMB-314 Super Tucano	Aeronave	2008	2010-2011	18
Guiana						
S: Brasil	2	BN-2 Islander	Aeronave	2018	2018	2
Paraguai						
S: Brasil	6	Universal	Aeronave	2005	2005	(6)
	3	EMB-312 Tucano	Aeronave	(2009)	2010	3
Uruguai						
S: Brasil	1	AS-355/AS-555 Fennec	Helicóptero leve	2005	2006	1
	1	EMB-120 Brasília	Aeronave	(2008)	2009	1
	15	M-41B	Carro de combate	(2013)	2018	15

Em vista dos dados expostos, é possível notar que: (a) O Brasil exportou para oito países da região; (b) Os países sul-americanos foram destino de 29,47% das exportações em termos de valores e somam 334,5 milhões de dólares em valor total no período de 2000-2022; (c) Os produtos se caracterizam pela predominância da indústria aeronáutica, porém há presença de vendas relativas ao mercado de veículos blindados e peças de artilharia. Além disso, quanto ao período pré-CDS podemos aferir que (a) Início da presença do mercado da América do Sul se dá em 2005 com a venda de produtos no valor de dois (2) milhões de dólares com evolução de quarenta e quatro (44) no ano seguinte e posteriormente quarenta e seis (46); Pode-se relacionar este dado à maior intensidade da aproximação dos países da região; (b) Concentração de fluxo de exportação para países-chave da região andina como Colômbia, Chile e Equador, os quais não integram o Mercosul, portanto tendo a UNASUL como único instrumento de integração com em defesa com o Brasil (c) Em 2006 todas as exportações brasileiras de material de defesa foram

com destino a América do Sul com relativa diversidade de países compradores (Chile, Colômbia, Uruguai e Equador) o que demonstra o papel central da América do Sul para formação de demanda no início do século.

No entanto, a fim de compreender em sua totalidade os impactos do processo de integração na BID brasileira, faz-se necessário analisar os dados de acordo com a periodização descrita por Batista & Albuquerque (2017) a fim de verificar se o nível de engajamento entre os atores no processo de integração em defesa afetou a composição da demanda externa por industriais brasileiros. O primeiro período, de fortalecimento institucional da UNASUL e da sua instância de segurança, o CDS, data de 2008 até 2013. O segundo período, de guinada neoliberal, desenha-se a partir de 2014 e dura até 2018. Por fim, o último período diz respeito ao vácuo de projeto de integração, marcado pela saída massiva de membros da organização em 2019 até 2022 com o retorno do Brasil — maior economia da região — à organização. O período de vigência da UNASUL pode ser sumarizado de acordo com o gráfico três (3):

Gráfico 3 — Total Exportado Para América do Sul no decorrer da duração da UNASUL-CDS.

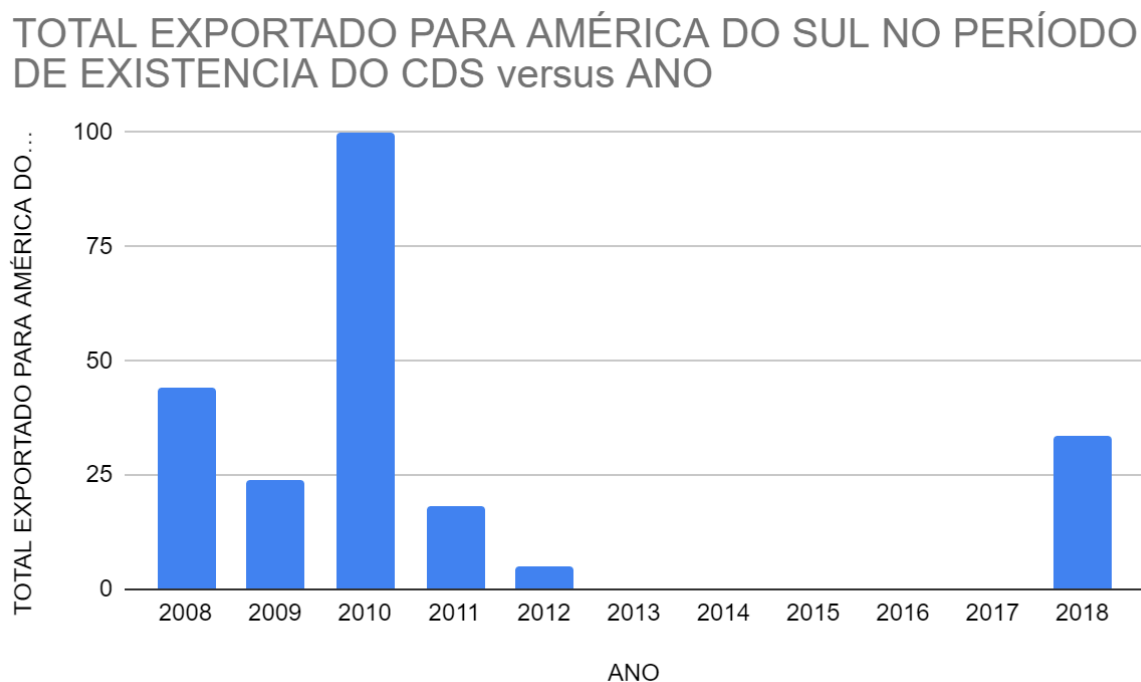


Gráfico 4 — Participação regional na pauta de exportação de material de defesa brasileiro.

TOTAL DE EXPORTAÇÕES PARA AMÉRICA DO SUL e TOTAL DE EXPORTAÇÕES



Com vistas ao gráfico, podemos extrair que no período de configuração ideológica de governos inclinados à intensificação da integração de acordo com o paradigma UNASUL-CDS (a) o total em valor exportado para os mercados sul-americanos corresponde à cento e noventa e um (191) milhões de dólares (b) os principais destinos foram os países andinos com destaque para Equador, Colômbia e Chile; (c) A média anual de produtos de defesa exportados para a região expressa em dólares é de trinta e um milhões (31,83) por ano; (d) A América do Sul correspondeu mais da metade da receita via exportação no período (51,30%).

No período de guinada neoliberal, esses dados mudam substancialmente, de forma que (a) o total de vendas no período diminuiu para cerca de trinta e três milhões de dólares (33,5 Milhões USD) ao total; (b) A média anual de produtos de defesa exportados para a região expressa em dólares diminuiu para cerca de sete (7) milhões de dólares por ano (6,7 milhões USD); (c) o mercado regional passa a compor apenas nove (9) por cento da demanda externa por material militar (9,76%); O Chile mantém-se enquanto um dos principais mercados para exportação.

Assim, verifica-se que (a) o câmbio ideológico também gera uma mudança no nível de aquisição regional; (b) a venda de armamento está correlacionada a coordenação política e a um regime comum de defesa (se há um regime, ele aumenta); (c) a demanda se tornou mais volátil com o fim da Unasul; (d) Conclui-se que a integração regional exerce influência sobre a BID

Brasileira devido à sua capacidade de geração de demanda, sendo que no período de vigência do paradigma UNASUL houve maior consistência na demanda; (e) o CDS serviu de via para o acesso brasileiro aos mercados andinos, visto a aquisição de armas pela Colômbia via aproximação causada pelo Conselho (Brasil, 2012); (f) com a desagregação do CDS e da UNASUL, o mercado regional diminuiu a demanda por produtos militares brasileiros.

5 CONCLUSÃO

Em vistas do exposto no decorrer do trabalho e em observância à pergunta inicial relativa ao processo de integração e sua correlação ao desenvolvimento da base industrial de defesa, pode-se concluir que: (a) a hipótese primária de que o Conselho de Defesa Sul-Americano e o adensamento integratório tiveram impactos favoráveis sobre o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Regional mostra-se verdadeira e (b) a hipótese secundária acerca do maior grau de integração impactar favoravelmente, enquanto o menor impactar desfavoravelmente a BID também se mostra verdadeira. Estas afirmações tornam-se claras ao analisar-se os dados da pauta de exportações brasileiras durante o período de vigência da UNASUL. A integração no modelo CDS agiu de forma a garantir demanda — elemento essencial, tendo em vista a estrutura do mercado de material bélico — a um fluxo constante e coeso e absorveu cerca de 50% da produção externa nacional. Além disso, a própria menção de expandir e consolidar a Base Industrial de Defesa Regional no corpo do tratado constitutivo do Conselho de Defesa Sul-Americano já dá elementos suficientes para correlacionar o fenômeno do papel expressivo do mercado sul-americano em defesa com o papel da integração. A UNASUL-CDS agiu de forma a abrir o mercado andino às exportações brasileiras no setor, auxiliando na criação de laços securitários entre os sub complexos andino e do cone-sul. Assim classifica-se também enquanto elemento aglutinador e paradigma capaz de manter a coesão no Complexo Regional sul-americano.

No que diz respeito aos objetivos específicos desta pesquisa, logrou-se com sucesso (a) explicitar as principais categorias de análise e extrair da teoria dos Complexos Regionais de Segurança a base necessária para análise da integração em defesa no continente, (b) ilustrar o CDS-UNASUL enquanto paradigma, isto é, projeto político dotado de cosmovisão própria e aglutinador de interesses, e (c) estimar os impactos do paradigma UNASUL na BID regional a partir do estudo de caso brasileiro.

Quanto ao primeiro ponto, ressalta-se a operacionalização dos tipos de Complexo descritos por Buzan & Waever (2003) junto aos possíveis destinos que um CRS pode tomar e sua correlação com o processo de integração. Verifica-se a partir dessas relações que a UNASUL e o CDS apresentaram durante seu período de existência uma via de transformação interna das dinâmicas do bloco que objetivava a construção de uma comunidade de segurança e o processo

de integração inseparável a ela (como demonstrado à nível histórico-material). O abandono do paradigma leva a uma manutenção do status quo pré-regional e de um regime de segurança brando, além de que representa uma tentativa de volta a premissas neoliberais que dominaram a região durante os anos 1990. Entretanto, com a volta do principal polo regional à UNASUL, observa-se a tentativa de retomada desse paradigma. Assim, atualmente, a região encontra-se em um período ímpar de nebulosidade quanto aos rumos do CRS, o que nos leva a resgatar o conceito de limiar, visto que a falta de harmonia na ação dos agentes leva a incerteza da narrativa, isto é, da efetivação da integração regional.

Quanto às conclusões relativas à Análise Multidimensional, verificamos o enquadramento da UNASUL-CDS enquanto um paradigma de integração em defesa: é um produto de expressão política que abarca interesses, cosmovisão e noção de identidade própria. Assim, constitui-se enquanto projeto político compartilhado pelos países da região capaz de influenciar a ação dos mesmos. Enquanto um paradigma, a UNASUL apresenta as três características necessárias conforme definição de Cervo (2003) pois é (a) imbuída de valores comuns, como por exemplo, a preservação da democracia, a luta anticolonial e o direito à autodeterminação. Em conjunto a esses valores está uma (b) cosmovisão, uma identidade compartilhada de irmandade de Sul-Americana originada a partir de uma mazela comum — ingerência externa. E por fim, (c) a UNASUL é um projeto político que aglutina diversos interesses como expresso em seu tratado constitutivo. Dentre eles a preservação da democracia, o desenvolvimento autônomo regional e a conservação conjunta para inserção regional no sistema internacional (Tratado Constitutivo das Nações Sul-Americanas, 2008).

Quanto ao que é possível concluir a partir da análise do Estudo de caso brasileiro, ao olharmos para a organização da Base Industrial de Defesa Nacional em aspectos como o baixo orçamento de investimento numa base industrial robusta em comparação a composição de gasto em folha, poderia indicar o abandono da produção nacional em favor do enfoque na utilização da superioridade tecnológica do mercado internacional, como demonstra o valor alto na obtenção de produtos no exterior. Esse fato se desenha mais claramente ao vermos os números do orçamento do ministério de defesa onde mais de 50% do capital destinado a aquisições acaba no mercado internacional. Contudo, essa conclusão precipitada logo se mostra incoerente ao lançarmos um olhar mais atento às políticas públicas de segurança. A implementação do PAED e de projetos estratégicos com foco na autonomia produtiva e tecnológica nacional nos mostram que apesar das

dificuldades no panorama da Base Industrial de defesa, as ações do Estado se voltam para a uma perspectiva de valorização da capacidade de manter um fluxo industrial constante como parte da segurança nacional. Além disso, o papel do mercado regional sul-americano na pauta de exportação em produtos de defesa é essencial para manutenção do ciclo expansionista que se desenha desde os anos 2000. A entrada nos mercados chileno, equatoriano e colombiano se efetiva a partir de 2008, de forma a concluir-se que a conjugação de dois elementos foram essenciais para tal: (a) a retomada da capacidade industrial através da ação estatal e (b) a criação do Conselho de defesa sul-americano e o novo paradigma UNASUL que incentiva o Estado na retomada de seu papel desenvolvimentista e move o olhar dos atores a valorização da região, gerando um ambiente externo favorável a inserção da BID brasileira. Quanto ao primeiro ponto, ressalta-se o papel dos Projetos Estratégicos das forças armadas que contribuíram de forma a elevar o teto tecnológico nacional tornando os produtos brasileiros mais atrativos e até mesmo representam a possibilidade de retomada de nichos produtivos onde até então o Brasil não estava presente, como o caso do mercado de carros blindados de combate que, desde a o fim das atividades da empresa Engesa, se mostrava um nicho inexplorado.

Conclui-se que o entendimento da Base Industrial de Defesa como assunto essencial ao desenvolvimento nacional no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano é elemento impulsionador da aquisição desses itens intra regionalmente, atendendo tanto às novas demandas securitárias do pós guerra como combate ao tráfico e a ajuda a crises climáticas, quanto às antigas preocupações estadocentricas, como proteção de recursos e manutenção de fronteiras. Fato esses encarnados na necessidade brasileira de defesa da frente amazônica e atlântica. Assim percebe-se que a securitização do desenvolvimento nacional e a compreensão da BID como atrelada a ele, faz com que seja atribuída a UNASUL tanto enquanto projeto político, quanto ambiente institucional, o papel de estruturar o ambiente internacional viabilizando a integração, coordenação em defesa e possibilitando a receptibilidade dos produtos brasileiros e dessa forma a expansão da BID brasileira.

Observamos que há a preservação de uma substancial Base Industrial de Defesa. Esse fato traz em si impactos positivos tanto para a doutrina de segurança nacional quanto para o desenvolvimento nacional como um todo. Como explicitado anteriormente, o ramo industrial de defesa é responsável pela remuneração elevada de diversos trabalhadores brasileiros, sua concentração nacional impacta positivamente o nível de renda e consumo no Brasil. Ademais, a

manutenção de um parque industrial capaz de produzir bens bélicos com relativa autossuficiência (como os blindados da família Guarani) constitui um ponto forte da segurança nacional. A postura do Estado frente à incorporação dos avanços da terceira revolução industrial e da guerra em rede parecem estar sincronizados com a preservação e a percepção da função socioeconômica da BID, fato explicitado pela própria natureza do PAED e seus projetos, como o submarino nuclear, que excedem funções securitárias e avançam para áreas diversas como geração de energia.

Há quatro dados referentes à base industrial de defesa brasileira que se mostram de particular importância para o nível analítico. Primeiramente, a informação destacada por Andrade (2016, pág 18) que “os principais compradores de bens de defesa brasileiros entre os anos de 2000 e 2010 foram Colômbia, Equador e Chile, totalizando cerca de 48% das exportações do setor”. A capacidade de formação de demanda de produtos militares na região leva necessariamente a considerar-se o entorno estratégico brasileiro enquanto palco principal para expansão industrial bélica. Caso seja considerado uma expansão à observância das características do mercado de armamentos, nominalmente modularidade, standardização, interoperabilidade e escala, é possível ampliar expressivamente a produção industrial brasileira, gerando um parque capaz de suprir grande parte da demanda por produtos de defesa em uma estrutura flexível e economicamente eficiente. Além disso garantiria a formação de uma identidade comum em defesa a partir do princípio de interoperabilidade. Em segundo lugar, a cadeia produtiva é majoritariamente internalizada não estando conectada à supply chain mundial e portanto, regional. (SILVA FILHO, 2017). Esse dado nos mostra o potencial inexplorado de complementaridade das indústrias nacionais no âmbito regional. A cooperação técnica e produtiva e a formação de uma BID regional integrada levaria ao elemento crucial para sustentação da atividade econômica industrial: a escala de produção. Em terceiro lugar, ao considerarmos que apenas 30% em média do volume de bens adquiridos seja de origem estrangeira (GESTEIRA, SOUZA, 2022, p.27), nos mostra a autonomia da BID brasileira, que apresenta-se enquanto possibilidade de constituir a espinha dorsal da produção industrial regional. Por fim a ABIMDE reporta que “as empresas associadas teriam obtido um faturamento de aproximadamente 4 bilhões de dólares em 2013” (Abimde, 2014). Esse dado mostra a magnitude do mercado bélico para o Brasil. A possibilidade de geração de emprego, renda e desenvolvimento tanto econômico quanto de capacidades não parece ser observada pelos

diversos governos, principalmente ao considerar que a correspondência do orçamento destinado ao investimento na BID é substancialmente menor ao relativo à manutenção de pessoal.

Dessa forma, a UNASUL-CDS se mostra singular pois buscou conjugar num projeto político único, isto é, em um paradigma, (a) a consolidação do mercado de defesa regional (b) a cooperação tecnológica, e (c) a orientação desenvolvimentista e o resgate do papel dos estados na esfera econômica e securitária à nível regional, de forma a objetivar a construção de uma BID na região e uma identidade em defesa. Apesar de interrompida em 2018 e apresentar relativamente uma curta existência, o seu efeito sobre a formação da demanda regional e da concertação em matéria de defesa se fez sentir na Base Industrial de Defesa Brasileira.

REFERÊNCIAS

A Base industrial de defesa do Brasil. São Paulo: Abimde, Jul. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/oKtVcq>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

About SIPRI. SIPRI. Disponível em: <<https://www.sipri.org/about>>. Acesso em: 28 jan. 2024.
Andrade, Israel de Oliveira Andrade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapeamento da base industrial de defesa.** 2016. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 28 Jan. 2024.

ARGENTINA. **TRATADO CONSTITUTIVO DE LA UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS.** 2008. Disponível em: <https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rp_brasilia08_cumbre_unasur_tratado_constitutivo.pdf>.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II: As formas do tempo e do cronotopo.** Tradução, posfácio e notas de Bezerra, Paulo. ; organização da edição russa de Botcharov, Serguei; Kójinov, Vadim. . São Paulo: Editora 34, 2018. 272p.

BATISTA ; ALBUQUERQUE , I. R. R. B. de A. Multilateralismo intergovernamental: a Unasul como concerto político . *In:* , 2017. **41. Encontro Anual da ANPOCS** . 2017.

BBC News. **Por que bombardeiros russos estão aterrissando na Venezuela, 2023** - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46536262>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL, 2017. **Câmara aprova acordo de compromisso com a democracia entre países da Unasul** - Notícias. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/509032-CAMARA-APROVA-ACORDO-DE-COMPROMISSO-COM-A-DEMOCRACIA-ENTRE-PAISES-DA-UNASUL>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL, **Decisión para el Establecimiento del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR.** . Disponível em: <https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/seguranca/Decision_Consejo_Defesa_Suramerica_no_2008.pdf>.

BRASIL, **Projetos Estratégicos.** Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/copy_of_cartilha_projetosestrategicos_pt_final_site.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. **Brasil formaliza saída da Unasul para integrar Prosul.** Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Normativa UNASUL - CDS - CEED - ESUDE**. 2017. Brasília, 1999.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA**, 2020. . Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**, 2005. . Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA**, 2013. . Disponível em:

<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf>.

BRASIL. **ASTROS** - Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. 2020. Disponível em:

<<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/astros-2020>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003. Acesso em 02 dez 2023

CEPIK, Marco. **Seguranca Internacional - da Ordem Internacional aos Desafios para a America do Sul e para CELAC**, In: BONILLA, Adrian; ALVAREZ, Isabel [editores]. Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica, San Jose, (2013) copy at www.tinyurl.com/zobkx7

CERVO, AMADO LUIZ . **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals), v. 46, n. 2, p. 5–25, 2003.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>>.

Acesso em: 28 jan. 2024.

Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. Disponível em:

<https://funag.gov.br/loja/download/285-Comunidade_Sul-Americana_de_Nacoes.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Consejo de Defensa Suramericano (CDS). **Declaración de Santiago de Chile**. Buenos Aires: Centro de Estudios Estratégicos de Defensa de Unasur, 2008. Acesso em 12 dez 2023

Consejo de Defensa Suramericano (CDS). **Estatuto Del Consejo de Defensa Suramericano**. Buenos Aires: Centro de Estudios Estratégicos de Defensa de Unasur, 2008. Acesso em 12 dez 2023

Consenso de Guayaquil sobre Integración, Seguridad e Infraestructura para el Desarrollo. 2002. II Reunión de Presidentes de América del Sur. Disponível em:

<https://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rp_consenso_de_guayaquil.pdf>.

Acesso em: 28 jan. 2024.

EUA. Department of Defense. **Dictionary of Military and Associated Terms.** (JP 1-02). Washington D.C.: Joint Chiefs of Staff, 2009. Acesso em 22 jan. 2024

Ferreira, Marcos José Barbieri. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapeamento da base industrial de defesa.** 2016. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 28 dez. 2023.

FUCCILLE, L. A. ; REZENDE, Lucas . **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva.** CONTEXTO INTERNACIONAL (PUCRJ. IMPRESSO) , v. 35, p. 77-104, 2013. Acesso em 22 jan. 2024.

GIESTEIRA, Luis Felipe; SOU03ZA, Wagner Goulart. **POLÍTICA DE DEFESA E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2005-2022).** Escola Superior de Guerra. Disponível em:https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/1554/1/8%20TCC%20GIESTEIRA%20e%20GOULART_pol%c3%adtica%20de%20defesa%20e%20a%20base%20industrial%20de%20defesa%20no%20brasil.pdf Acesso em : 28/03/2022

GUIMARÃES, MÁRCIO AZEVEDO. **A política de defesa do Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano.** Ufrgs.br, 2024. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72752>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

HENRIQUE, Antonio. **Integração da Base Industrial de Defesa Sul-Americana: convergências estratégicas, identidades de defesa e interdependências.** Revista Política Hoje, v. 24, n. 1, p. 71–84, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3733/0>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Melo, Regine de. **Indústria de defesa e desenvolvimento estratégico: estudo comparado França-Brasil.** Disponível em: Biblioteca Digital da Fundação Alexandre de Gusmão. Funag.gov.br. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-121-industria_de_defesa_e_desenvolvimento_est_rategico_estudo_comparado_franca_brasil>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). **Base Industrial de Defesa.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>. Acesso em: 28/03/2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL).** Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/cds>>. Acesso em: 5 set. 2023.

Míssil brasileiro de longo alcance está em fase final, diz ministro. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/missil-brasileiro-de-longo-alcance-esta-em-fase-final-diz-ministro>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Organização do Tratado do Atlântico Norte. **Interoperability: connecting forces**. 11 abril 2023. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_84112.htm. Acesso em 22 jan. 2024.

PERES, Clovis Belbute. **BASE INDUSTRIAL DE DEFESA DO BRASIL: NOTAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

PINTO Rafael César Ilha. **A ASCENSÃO E O DEFINHAMENTO DA UNASUL: Contingência, trajetória e o protagonismo presidencial**. Repositório IPEA, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202499>

PLANALTO, **Governo Federal anuncia retorno do Brasil à Unasul**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/governo-federal-anuncia-retorno-do-brasil-a-unasul>>. Acesso em: 5 set. 2023.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce! Explicando a Cooperação Militar na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**; 2013; Tese (Doutorado em PPG Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,; Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik;

SALLES,. **Consórcio público : Construindo Capacidades**. Ufrgs.br, 2021. Acesso em: 28 jan. 2024.

SALLES,. **Consórcio público : instrumento de capacidade estatal**. Editora Dom Modesto.

SANTOS, M. A. UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO ESTRATEGICO KC-390: EXPECTATIVAS E REALIDADE. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, [s. l.], v. 13, n. 25, p. 53–79, 2021. Disponível em: Acesso at: 28 Jan. 2024.

SILVA FILHO, Edson Benito; MENEZES; Julio Eduardo da Silva; **REGIMES ESPECIAIS TRIBUTÁRIOS E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O RETID**. Os Estudos de Defesa e o Bicentenário de Defesa do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1658759365_ARQUIVO_9911b35dd543b932ab57565bdfc5987a.pdf Acesso em: 30/03/2023

SINGER, Florantonia, 2020. **A geopolítica de um supermercado iraniano em Caracas**. El País Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-05/a-geopolitica-de-um-supermercado-iraniano-em-caracas.html>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA AMÉRICA DO SUL COMO BASE PARA INTEGRAÇÃO DO CONTINENTE**; 2013; Dissertação (Mestrado em PPG Geografia - Universidade Federal de Uberlândia ;

TRIZOTTO, Helena Andreis. **A guerra do Iraque e a transformação militar nos Estados Unidos da América**. Ufrgs.br, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193014>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

VAZ; ALCIDES COSTA ;FUCCILLE ALEXANDRE ; REZENDE, LUCAS PEREIRA. UNASUR, 2017. **Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later**. Revista Brasileira De Política Internacional, v. 60, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/HJQFGs3s9D766xGYyTJmJ3L/?lang=en>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Vista de Comunicado de Brasília. Reunión de Presidentes de América del Sur. Septiembre del 2000. Disponível em: <<https://revistas.uasb.edu.ec/index.php/comentario/article/view/257/261>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

WOLFOWITZ, Paul. **Defense Planning Guidance FY 1994-99**. Washington DC: Department of Defense of the United States, April version, 1992b

ANEXO 1 – VALORES EM MILHÕES DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS MILITARES BRASILEIROS

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SIPRI.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	
Afghanistan																	88		26					114	
Angola								6						26											33
Argentina								1																	1
Bolivia						1							4												5
Burkina Faso												13													13
Chile							4	1		18	35								26			18			102
Colombia							22	44	44				1												111
Comoros													1												1
Dominian Republic										9	26														35
Ecuador							17				62	18													96
France																						92			92
Greece									48																48
Guyana																			0						0
India																		10		10					21
Indonesia													18		23	46	18						26		130

